

政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

廉政公署

CCAC

2006 廉政公署年報

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO 2006

目錄

ÍNDICE

第一章 導言	5888	CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO	5888
第二章 體制與組織架構	5891	CAPÍTULO II — REGIME E ESTRUTURA ORGÂNICA	5891
2.1 體制	5891	2.1 Regime	5891
2.2 職能與組織架構	5891	2.2 Funções e Estrutura Orgânica	5891
2.3 廉政公署人員紀律監察委員會	5893	2.3 Comissão Especializada para a Fiscalização dos Problemas Relacionados com Queixas contra a Disciplina do Pessoal do CCAC	5893
第三章 個案處理總體情況	5893	CAPÍTULO III — SITUAÇÃO GERAL DE TRATAMENTO DOS PROCESSOS	5893
3.1 收案數字	5893	3.1 Número de Queixas Recebidas	5893
3.2 案件處理情況	5897	3.2 Tratamento Dado às Queixas	5897
3.3 案件處理進度	5900	3.3 Andamento dos Casos	5900
3.4 廉政公署人員紀律監察委員會處理投訴的狀況	5901	3.4 Tratamento de Queixas por Parte da Comissão Especializada para a Fiscalização dos Problemas relacionados com Queixas contra a Disciplina do Pessoal do Comissariado contra a Corrupção	5901
第四章 反貪工作	5902	CAPÍTULO IV — COMBATE À CORRUPÇÃO	5902
4.1 反貪工作取得階段性成果	5902	4.1 O Combate à Corrupção com Resultado Marcante ..	5902
4.2 舉報和立案數字	5905	4.2 Número de Denúncias e de Processos Instruídos	5905
4.3 結案及移送檢察院的案件	5906	4.3 Processos Findos e Encaminhados para o Ministério Público	5906
4.4 跨境案件協查和交流培訓工作	5909	4.4 Cooperação Transfronteiriça na Investigação de Casos, Intercâmbio e Acções de Formação	5909
4.5 法院判案	5910	4.5 Processos Julgados	5910
4.6 財產申報工作	5915	4.6 Trabalhos Relativos à Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais	5915
第五章 行政申訴工作	5916	CAPÍTULO V — PROVEDORIA DE JUSTIÇA	5916
5.1 調查	5917	5.1 Investigação	5917
5.2 審查	5920	5.2 Pesquisa	5920
5.3 製作指引及舉辦講座 / 工作坊	5937	5.3 Produção de Instruções e Realização de Palestras / Workshops	5937
5.4 人員培訓和學術研究	5938	5.4 Formação de Pessoal e Investigação Académica	5938

第六章 社區關係	5938
6.1 倡廉教育	5939
6.2 推廣行政申訴職能	5948
6.3 常規宣傳工作	5949
6.4 社區辦事處工作	5949
6.5 聯繫與交流	5950
第七章 行政工作	5952
7.1 預算	5952
7.2 人員	5958
附件 行政申訴範疇立案調查個案撮要	5960

圖表索引

圖表一 2000-2006 年收案數字趨勢	5893
圖表二 2004-2006 年收案類別比較	5894
圖表三 2000-2006 年收案數字比較 (按來源界定) ...	5895
圖表四 2006 年收案構成 (按收案方式界定)	5896
圖表五 2004-2006 年收案數字比較 (按收案方式 界定)	5896
圖表六 2006 年收案處理情況	5897
圖表七 2000-2006 年可跟進案件比率比較	5898
圖表八 2006 年共須處理案件	5898
圖表九 2000-2006 年立案數字趨勢	5899
圖表十 2000-2006 年立案數字比較 (按收案來源 界定)	5900
圖表十一 2006 年案件處理進度	5901
圖表十二 2001-2006 年紀監會投訴接收 / 處理情況 ...	5901
圖表十三 2006 年法院判案摘錄	5910
圖表十四 2006 年提交財產申報書人數統計	5915

CAPÍTULO VI — RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	5938
6.1 Sensibilização para a Integridade	5939
6.2 Promoção das Funções da Provedoria de Justiça	5948
6.3 Projectos de Sensibilização Regulares	5949
6.4 Actividades da Delegação do CCAC	5949
6.5 Contactos e Intercâmbio	5950
CAPÍTULO VII — TRABALHO ADMINISTRATIVO ...	5952
7.1 Orçamento	5952
7.2 Pessoal	5958
ANEXO — Resumos de Casos da Provedoria de Justiça Investigados com Processos Instruídos	5960

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I Evolução do número de queixas recebidas entre 2000 e 2006	5894
Quadro II Classificação das queixas recebidas entre 2004 e 2006	5894
Quadro III Quadro comparativo das queixas rece- bidas entre 2000 e 2006 (segundo a ori- gem)	5895
Quadro IV Queixas recebidas em 2006 (segundo a via)	5896
Quadro V Quadro comparativo das queixas rece- bidas entre 2004 e 2006 (segundo a via) ..	5897
Quadro VI Tratamento das queixas recebidas em 2006	5897
Quadro VII Quadro comparativo da percentagem dos processos que reuniram condições para se fazer acompanhamento entre 2000 e 2006	5898
Quadro VIII Total dos processos tratados em 2006 ...	5899
Quadro IX Evolução do número de processos ins- truídos entre 2000 e 2006	5899
Quadro X Quadro comparativo dos processos ins- truídos entre 2000 e 2006 (segundo a origem)	5900
Quadro XI Andamento do tratamento de casos em 2006	5901
Quadro XII Casos recebidos e andamento do seu tra- tamento pela Comissão Especializada entre 2001 e 2006	5901
Quadro XIII Processos julgados em 2006	5912
Quadro XIV Mapa Estatístico do número de pessoas que apresentaram declarações de ren- dimentos e interesses patrimoniais em 2006	5915

圖表十五	2006年行政申訴個案涉及內容	5917	Quadro XV	Descrição dos casos da área de provedoria de justiça em 2006	5917
圖表十六	2006年行政申訴個案的處理情況	5918	Quadro XVI	Tratamento dos casos da área de provedoria de justiça em 2006	5918
圖表十七	2006年行政申訴範疇求助諮詢個案涉及內容	5919	Quadro XVII	Assuntos constantes dos pedidos de apoio e consulta na área de provedoria de justiça em 2006	5920
圖表十八	2000-2006年講座統計總表	5939	Quadro XVIII	Estatística das palestras realizadas entre 2000 e 2006	5940
圖表十九	2006年為公務人員舉辦的各類講座及講解會之統計表	5940	Quadro XIX	Estatística das palestras e sessões de esclarecimento destinadas aos funcionários públicos em 2006	5941
圖表二十	2006年為大、中學生及培訓課程學員舉行講座之統計表	5944	Quadro XX	Estatística das palestras destinadas aos estudantes dos ensinos primário, secundário e universitário em 2006	5944
圖表二十一	2006年為機構舉行講座之統計表	5945	Quadro XXI	Estatística das palestras realizadas para as empresas em 2006	5945
圖表二十二	2006年為社團舉行講座之統計表	5946	Quadro XXII	Estatística das palestras realizadas para as associações em 2006	5946
圖表二十三	2006年各類講座、座談會及工作坊等之統計總表	5947	Quadro XXIII	Estatística geral das palestras, colóquios e <i>workshops</i> organizados em 2006	5948
圖表二十四	2006年社區辦事處接待市民人數統計表 ...	5950	Quadro XXIV	Estatística dos cidadãos atendidos na delegação do CCAC em 2006	5950
圖表二十五	2006年收入管理	5953	Quadro XXV	Receitas — gerência de 2006	5953
圖表二十六	2006年收入結構	5954	Quadro XXVI	Estrutura das receitas cobradas em 2006	5954
圖表二十七	2006年支出管理	5955	Quadro XXVII	Despesas — gerência de 2006	5956
圖表二十八	2006年實際支出結構	5956	Quadro XXVIII	Estrutura das despesas realizadas em 2006	5957
圖表二十九	2006年預算支出與實際支出對比	5957	Quadro XXIX	Comparação entre despesas orçamentadas e realizadas em 2006	5958
圖表三十	1999-2006年人員數目比較表	5958	Quadro XXX	Evolução do número de efectivos entre 1999 e 2006	5959

第一章 導言

2006年，在各界市民、政府和公務員的支持和配合下，廉政工作持續有效開展，並加強對可能存在貪污的環節進行調查，立案審查社會關注的公共行政制度，對市民進行系統化的廉潔教育。在各項工作取得進展的同時，面對社會的急速發展，廉署也作了相關的研究和籌備，為澳門廉政工作進一步的深入建立基礎。

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Em 2006, com o apoio e colaboração dos cidadãos, do Governo e dos funcionários públicos, a promoção da integridade social desenvolveu-se contínua e eficazmente, enquanto que foi reforçada a investigação de casos que envolviam a prática de corrupção. Foram instruídos processos de pesquisa do regime de Administração Pública, objecto de atenção da sociedade, para além de se prosseguir o plano pedagógico sistemático sobre anti-corrupção. Apesar de se terem alcançado progressos nos trabalhos das diversas áreas, face ao rápido desenvolvimento da sociedade, o CCAC procedeu também ao seu estudo e preparação, lançando os alicerces para aprofundamento da promoção da integridade social de Macau.

2006年廉署收到投訴舉報案件840宗，較2005年的1,109宗減少24.3%，較2004年則銳減43%。當中包括刑事投訴案件586宗及行政申訴個案254宗，立案處理共57宗。加上積累和重開的案件，須處理立案案件116宗。全年結案69宗，移送檢察院案件18宗。

2006年，“透明國際”和“政經風險評估”都給了澳門廉潔狀況較高的評價，本澳學術機關的問卷調查也反映，多年來表示未遇到貪污情況的市民都在92%以上，反映普羅市民遇到貪污的情況已經不多。廉署的反貪調查工作也顯示，公務員向市民索賄的舉報和案件大幅減少。這些數字和現象都說明，本澳的廉政建設取得初步成效。

然而，正值數據持續趨向正面的同時，2006年廉署揭發了歷來最嚴重的貪污舞弊案。涉案的前運輸工務司司長為多年來被捕的最高級官員，案中亦有多名澳門知名建築商人先後被捕。案件一方面反映了特區厲行廉政的決心，體現了依法獨立運作的廉政機構的有效運作。另一方面，案件也暴露出在經濟急速發展的情況下，社會必須更加警惕因制度不足和不法潛規則所帶出的社會深層次問題，其帶來的嚴重後果和對特區建設的傷害，值得社會深入反思。

2006年法院審結了廉署偵破的8宗案件，涉及人數列歷年之冠。其中3宗涉嫌立法會的選舉違規案，嫌犯大多罪名成立。這進一步說明漠視法治，輕視執法機關的做法，最終必然會受到法律的制裁。

此外，2006年5月，在菲律賓馬尼拉舉辦的“亞太地區反腐敗行動組第八次指導小組會議”上，澳門特區政府正式成為“亞太反腐敗行動計劃”成員，促進了澳門廉政建設的發展。

2006年，廉署共收到行政申訴個案254宗，求助查詢753宗。運作審查方面，完成和跟進了民政總署的運作審查工作，並與土地工務運輸局合作，就城市建築廳轄下監察處的違法工程處理程序開展審查。制度審查方面，則完成了有關行政當局對私人樓宇使用及管理的介入之審查研究；開展了有關土地批給和工程判給

Em 2006, foram recebidas, no total, 840 queixas e participações, o que corresponde a uma descida de 24,3% relativamente às 1.109 de 2005. Em comparação com 2004, houve uma redução abrupta de 43%. Dessas queixas e participações, as de incidência penal foram 586 e as de provedoria de justiça 254. Dessas, 57 reuniram condições para a instrução de processo. Ao juntarem-se os casos transitados de 2005 e os reabertos em 2006, foram tratados 116 processos. Fruto de um ano de trabalho, 69 dos casos com instrução de processo foram dados como findos, incluindo 18 que foram remetidos para o Ministério Público.

No ano transacto, a «Transparência Internacional» e a «Consultoria de Risco Político e Económico (*Political & Economic Risk Consultancy, PERC*)» classificaram a situação da corrupção em Macau como sendo de baixo risco. Segundo o resultado de um inquérito feito por uma instituição académica local, os cidadãos que afirmaram não deparar com casos de corrupção há vários anos foram mais de 92% do total de inquiridos. Isto demonstra que a corrupção visível é pouca. Em contrapartida, o trabalho do CCAC demonstra que o número de participações sobre funcionários que exigem subornos aos cidadãos registou uma redução substancial. Estes números e os resultados do combate ao fenómeno da corrupção evidenciam que a promoção da integridade começou a ter resultados visíveis.

No entanto, à medida que os dados tendem a ser continuamente positivos, foi descoberto em 2006 um caso de corrupção e fraude, o mais grave desde sempre até à data. O ex-Secretário para Transportes e Obras Públicas, alegadamente envolvido no caso, foi o mais alto titular de um cargo político detido nos últimos anos. Vários empresários de construção civil envolvidos no caso foram também detidos. O caso, por um lado, mostra a determinação da RAEM num rigoroso reforço da integridade, reflectindo o funcionamento eficaz duma instituição de combate à corrupção que funciona independentemente, segundo a lei e, por outro lado, revela que a sociedade, face ao rápido desenvolvimento económico, deve estar mais alerta para os profundos problemas sociais derivados das deficiências do sistema e de «regras ilícitas implícitas», merecendo uma reflexão aprofundada em relação às graves consequências e danos causados à construção da RAEM.

Em 2006, o Tribunal concluiu os julgamentos referentes a oito casos, com um número recorde de pessoas envolvidas, entre os quais se destacam três casos de ilegalidades nas eleições, em que a acusação de grande parte dos arguidos foi considerada procedente, o que demonstra que qualquer acto que ignora a lei e despreza a autoridade, acabar por necessariamente ser sancionado pela lei.

A par disso, o Governo da RAEM aderiu oficialmente ao «Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico» na 8.ª Reunião do Grupo, que teve lugar em Maio de 2006, em Manila, Filipinas, o que contribuiu para a promoção da integridade na RAEM.

Em 2006, foram recebidos 254 queixas e 753 pedidos de informações no âmbito da provedoria de justiça. Na área da pesquisa de funcionamento, foi concluída e acompanhada a pesquisa de funcionamento do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e iniciou-se, em colaboração com a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a pesquisa dos procedimentos de tratamento das obras ilegais da Divisão de Fiscalização do Departamento de Urbanização. No tocante à área da

的制度審查工作，並預計於2007年內完成。此外，第三屆立法會選舉結束後，廉署隨即就《立法會選舉制度及選舉法》以及《選民登記法》進行檢討和分析研究，提出修訂建議，相關的建議書亦已於2006年中提交特區政府參考。

廉政公署自2005年發出“公務人員廉潔操守指引”以來，在推動公務人員誠信建設、樹立公僕的廉潔文化方面起了積極作用。2006年超過九成的公共行政部門都已制定了內部的廉潔守則。廉署並出版了以真實個案改編的《申訴有道——行政申訴個案實錄》，以進一步提高市民對行政申訴工作的認識。

宣傳教育方面，廉署積極舉辦各類型廉政講座共366場，宣揚廉潔資訊，出席人次近24,000人次。而廉署也繼續加強對青少年的廉潔教育，補充了小學生德育教材套的內容，並製作了青少年廉潔網站。此外，廉署也著手向私人機構推行誠信文化。

設於北區的廉署社區辦事處已逐漸為市民所認識，在拓展社區關係、加強青少年廉潔教育方面起了積極作用。社區辦事處也接獲投訴及舉報、求助查詢等共517次，較2005年上升近28%，受到居民的信任和歡迎。

展望2007年，在維持有據必查、大力打擊各種貪污犯罪和加強推廣行政申訴職能的同時，廉署會根據社會的發展，從推動制度建設、鼓勵社會監督和提高公民道德操守三方面進一步採取相應的舉措。尤其加強對中高級公務員的監察，對於由廉署揭發的失職個案，密切跟進當局所進行的紀律程序的合法性和嚴謹性，強化行政申訴職能，對存在漏洞的公共行政制度和行政程序進行分析研究，以促進制度的完善。

因應社會發展的需要及《聯合國反腐敗公約》效力延伸至澳門，廉政公署將配合特區政府，在廉署職能範圍內作出立法研究，尤其關於私人領域方面的廉政監察。待相關研究及法案完成後，將送行政長官考慮。

pesquisa de regimes, foi concluído o estudo de pesquisa sobre o poder de intervenção da Administração no âmbito da má utilização e administração dos edifícios privados. Deu-se também início à pesquisa sobre o regime de concessão de terrenos e adjudicação de obras que estará pronta, previsivelmente, ainda em 2007. Além disso, logo depois das terceiras eleições legislativas, o CCAC procedeu à revisão, bem como à análise e estudo do regime e lei eleitorais da Assembleia Legislativa e da lei que regula o processo de recenseamento eleitoral, tendo, em consequência, apresentado propostas de alteração que foram submetidas em meados de 2006 para referência do Governo da RAEM.

Desde a emissão das «Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública» em 2005, mais de 90% dos serviços da Administração Pública elaboraram os seus códigos internos sobre integridade, o que desempenhou um papel positivo na promoção da integridade no seio dos funcionários públicos.

O CCAC publicou ainda uma edição sobre casos reais de provedoria de justiça, com vista a aprofundar o conhecimento da população quanto aos trabalhos de provedoria de justiça.

No que se refere à divulgação e sensibilização, o CCAC organizou um total de 366 palestras, que se destinaram a transmitir a mensagem de integridade. Cerca de 24 mil pessoas participaram nestas actividades. O CCAC continuou também a reforçar a promoção da honestidade e moral da juventude e a enriquecer o conteúdo do material didáctico de educação moral dos estudantes do ensino primário, para além da preparação de uma página electrónica dedicada à honestidade da juventude. O CCAC procedeu, de igual modo, ao estabelecimento da cultura de honestidade junto das entidades particulares.

Por sua vez, a Delegação do CCAC na Zona Norte tornou-se cada vez mais conhecida da população, desempenhando um papel positivo na promoção das relações comunitárias e no reforço da educação cívica sobre integridade da juventude. Recebeu também queixas, participações e pedidos, num total de 517 registos, um aumento de 28% em comparação com 2005, granjeando confiança e acolhimento dos moradores.

Em 2007, o CCAC, continuando a efectuar investigações sempre que existam provas, bem como o combate firme aos crimes de corrupção, vai também intensificar a função de provedoria de justiça. Encetar acções conducentes a promover a instituição do sistema, incentivar a fiscalização exercida pela sociedade e elevar a ética dos cidadãos. Será reforçada a fiscalização sobre os funcionários públicos, nomeadamente os das camadas médias e superiores. No que diz respeito aos casos de incumprimento de deveres funcionais descobertos pelo CCAC, será feito o acompanhamento de perto da legalidade e rigor dos processos disciplinares instaurados pelas autoridades competentes, intensificando a função dos serviços de provedoria de justiça, e será feita a análise dos regimes da administração pública e procedimentos administrativos que apresentem lacunas, no intuito de promover a melhoria do regime.

Face às necessidades decorrentes do desenvolvimento social e à extensão a Macau da «Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção», o CCAC estudará legislação no âmbito das suas atribuições, em conjugação com o Governo da RAEM, principalmente no que se refere à fiscalização da incorruptibilidade na actividade privada. O respectivo estudo e o projecto de lei, logo após a sua conclusão, serão submetidos à consideração do Chefe do Executivo.

2006年是廉政工作較艱鉅的一年，也是令人振奮而意義深遠的一年。可以肯定的是，廉政工作正在不斷穩中步進，但絕不是一片坦途，尤其在經濟持續急速發展下，廉政工作更沒有可以鬆懈的空間。

第二章 體制與組織架構

2.1 體制

1999年12月20日，澳門特別行政區成立，根據《基本法》第59條的規定，澳門特別行政區設立廉政公署，獨立工作，廉政專員對行政長官負責。

廉政專員由行政長官提名，中央人民政府任命。

廉政公署並非行政機關組織系統的組成部分，而是一個獨立的公共機構，依法負起防止及打擊貪污、處理行政申訴的任務。

2.2 職能與組織架構

2000年8月，立法會通過了廉政公署組織法（第10/2000號法律），廉署的職權得到擴大，包括拘留、搜查、搜索、扣押及配槍等權力，而調查員亦被賦予刑事警察身分，反映出特區政府肅貪倡廉，厲行廉政的決心。

根據《廉政公署組織法》，廉署的主要職能是：

- 開展防止貪污或欺詐的行動；
- 針對貪污行為和公務員作出的欺詐行為，依法進行調查及偵查；
- 針對有關選民登記和選舉的貪污及欺詐行為，依法進行調查及偵查；
- 促使人的權利、自由、保障及正當利益受保護，確保公共行政的公正、合法和效率。

8月21日第31/2000號行政法規（即《廉政公署部門的組織及運作》行政法規）賦予廉署較為完備的組織架構和人力資源。廉署部門包括廉政專員辦公室、反貪局、行政申訴局，具有職能、

O ano de 2006 foi considerado o ano mais difícil no campo do combate à corrupção. Apesar disso, foi também um ano que levantou ânimos e teve um significado profundo e de longo alcance. É certo que os trabalhos de combate à corrupção progridem continuamente, mas o caminho nem sempre é linear, principalmente porque perante o rápido e contínuo desenvolvimento económico não existe a mínima margem para se abrandar.

CAPÍTULO II

REGIME E ESTRUTURA ORGÂNICA

2.1 Regime

Com o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em 20 de Dezembro de 1999, foi criado, ao abrigo do artigo 59.º da Lei Básica, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), órgão público e independente.

O Comissário contra a Corrupção, que é indigitado pelo Chefe do Executivo e nomeado pelo Governo Popular Central, responde perante o Chefe do Executivo.

Sob o ponto de vista da organização política da RAEM, o CCAC não é um órgão do aparelho administrativo, mas sim um órgão público e independente com a missão de combater a corrupção e a ilegalidade administrativa.

2.2 Funções e Estrutura Orgânica

Em Agosto de 2000, foi aprovada pela Assembleia Legislativa a Lei Orgânica do CCAC (Lei n.º 10/2000), que lhe confere não apenas mais poderes funcionais, como os de detenção, revista, busca e apreensão, mas também ao seu pessoal de investigação confere o estatuto de polícia criminal e o direito ao uso e porte de armas de serviço, facto que revela a determinação da RAEM na prevenção e no combate à corrupção.

Nos termos da «Lei Orgânica» do CCAC, são suas atribuições:

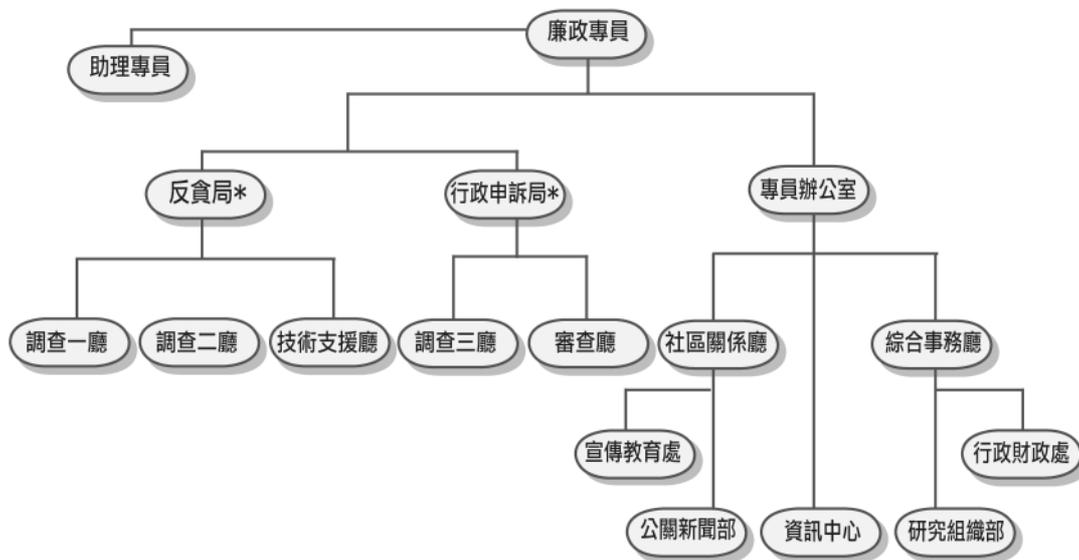
- Desenvolver acções de prevenção de actos de corrupção ou de fraude;
- Praticar actos de investigação e de inquérito referentes a actos de corrupção ou de fraude, praticados pelos funcionários públicos;
- Praticar actos de investigação e de inquérito, de acordo com a lei, referentes a actos de corrupção ou de fraude praticados no âmbito do recenseamento eleitoral e das eleições;
- Promover a defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos e assegurar a justiça, a legalidade e a eficiência da Administração Pública.

Com a entrada em vigor do Regulamento Administrativo n.º 31/2000, de 21 de Agosto, que estabelece a orgânica e funcionamento do Serviço do Comissariado contra a Corrupção (SC), foi aperfeiçoada a estrutura orgânica e foram aumentados os recursos humanos. O SC goza de autonomia funcional, administrativa, financeira e patrimonial e compreende o Gabinete do Comissário contra a Corrupção (GCCAC), a Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC) e a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça (DSPJ). No âmbito da DSCC, cabe aos 1.º e 2.º Departamentos de Investigação o combate aos actos de

行政、財政和財產自治權。反貪局的兩個調查廳負責按廉署權限偵查貪污及欺詐行為，而技術支援廳則為反貪工作提供輔助和接受投訴及檢舉。行政申訴局包括調查三廳和審查廳，負責接受投訴、糾正違法或不公正的行政行為，以及研究改善行政程序及公共部門的運作。廉政專員辦公室下設綜合事務廳、社區關係廳和資訊中心，分別肩負行政財政和人事管理、宣傳教育，以及利用資訊設備優化廉署運作的職責。

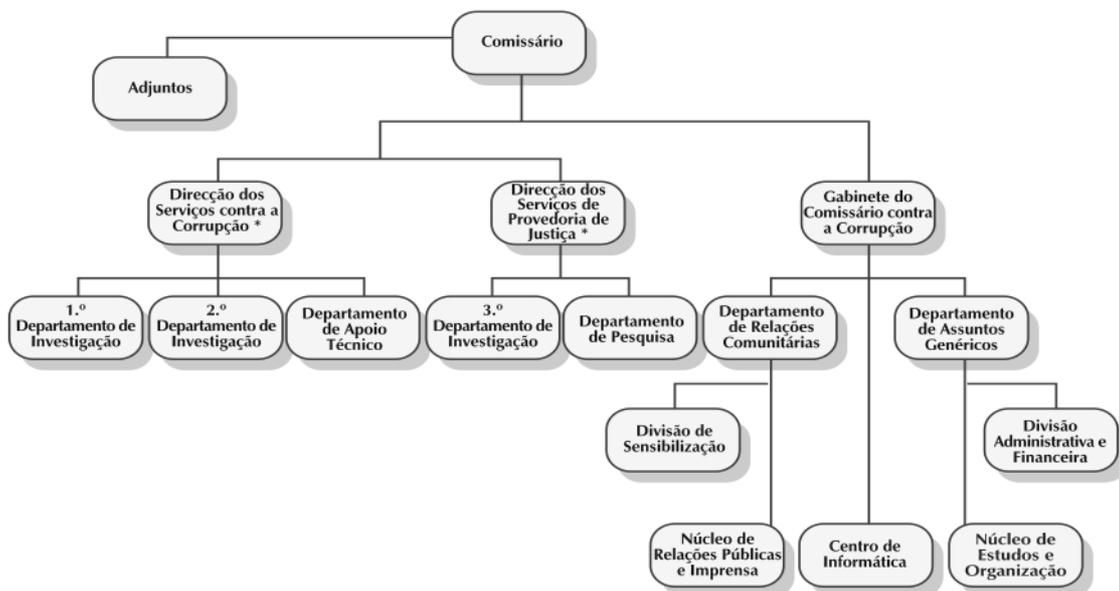
corrupção e de fraude, de acordo com as atribuições e competências do CCAC, enquanto o Departamento de Apoio Técnico se responsabiliza pela prestação de apoio às acções contra a corrupção e pelo recebimento de queixas e participações. Na área da DSPJ, o 3.º Departamento de Investigação e o Departamento de Pesquisa estão incumbidos da recepção de queixas, da correcção de actos administrativos e do funcionamento dos serviços públicos. A Divisão Administrativa e Financeira, o Departamento de Relações Comunitárias e o Centro de Informática são responsáveis, respectivamente, pela gestão administrativa, financeira e do pessoal, pelas acções de divulgação e de sensibilização e pelo funcionamento dos meios informáticos, garantindo a optimização da sua utilização pelos serviços do CCAC.

廉政公署組織架構圖



* 局長一職由一名助理專員當然兼任

Estrutura Orgânica do Comissariado contra a Corrupção



*As funções do director são desempenhadas por um adjunto, por inerência

2.3 廉政公署人員紀律監察委員會

廉政公署人員紀律監察委員會按2001年7月30日第164/2001號行政長官批示設立，主要權限為分析及監察針對廉政公署人員的非刑事性質的投訴所涉及的問題及情況，以及向行政長官作出建議。紀監會由五名成員組成，由行政長官從澳門特別行政區公認具備適當資格的人士中指定，任期為三年。現任紀監會成員包括梁慶庭、林笑雲、關翠杏、李沛霖及許輝年，由梁慶庭擔任主席。

2.3 Comissão Especializada para a Fiscalização dos Problemas relacionados com Queixas contra a Disciplina do Pessoal do Comissariado contra a Corrupção

A Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do CCAC foi criada pelo despacho do Chefe do Executivo n.º 164/2001, de 23 de Julho de 2001. Compete principalmente à Comissão analisar e fiscalizar os problemas e situações decorrentes de queixas de natureza não criminal contra o pessoal do Comissariado contra a Corrupção e emitir recomendações dirigidas ao Chefe do Executivo. A Comissão é composta por cinco membros, todos designados pelo Chefe do Executivo, de entre personalidades da RAEM de reconhecida idoneidade. O mandato dos membros nomeados da Comissão tem a duração de três anos. São actualmente membros da Comissão, Leong Heng Teng, Paula Ling, Kwan Tsui Hang, Lei Pui Lam e Philip Xavier, tendo Leong Heng Teng sido designado para desempenhar as funções de presidente.

第三章 個案處理總體情況

3.1 收案數字

2006年，廉政公署收到舉報案件840宗，較2005年的1,109宗減少24.3%，較2004年則銳減43%，是特區成立後收案數字最少的一年。當中包括刑事投訴案件586宗和行政申訴個案254宗。收案數字的減幅主要來自刑事性質的案件，刑事案件的緩步減少估計與澳門整體廉潔狀況的改善、貪污趨向隱蔽化以及公共行政服務質量的提升有關。

CAPÍTULO III

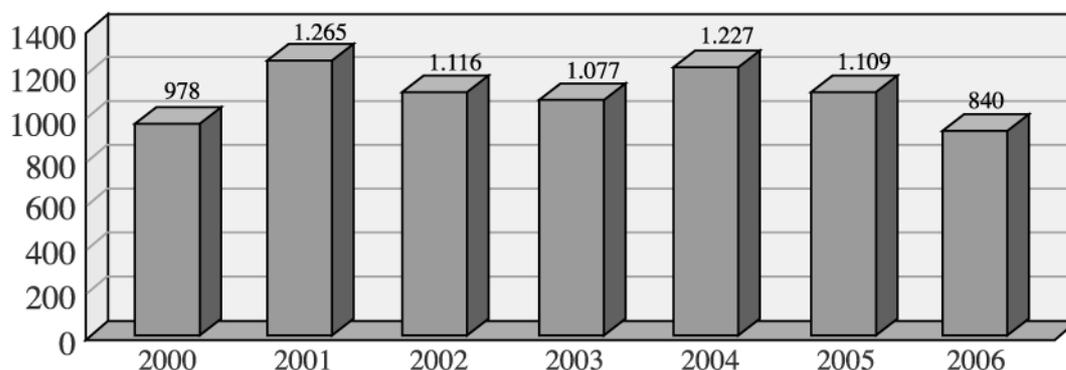
SITUAÇÃO GERAL DE TRATAMENTO DOS PROCESSOS

3.1 Número de queixas recebidas

Em 2006, o CCAC recebeu um total de 840 queixas e participações, o que corresponde a uma descida de 24,3% relativamente às 1.109 de 2005, e de 43%, relativamente a 2004. Foi o ano com menor número de queixas e participações desde o estabelecimento da RAEM. Do total das queixas recebidas, as de incidência penal foram 586 e as de provedoria de justiça 254. A redução do número de queixas recebidas foi principalmente nos casos de natureza penal. A diminuição dos casos de incidência penal deve-se, possivelmente, à melhoria geral da integridade social de Macau, ao facto de os casos de corrupção serem cada vez mais dissimulados e à subida de qualidade dos serviços da Administração Pública.

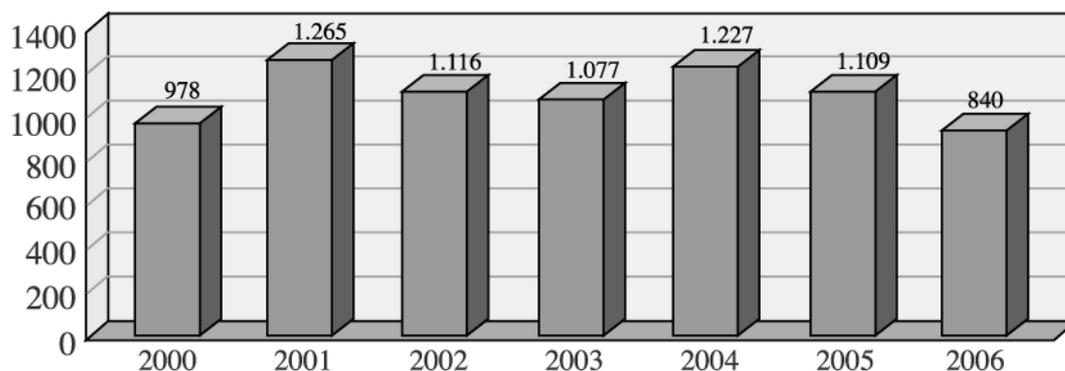
圖表一

2000-2006年收案數字趨勢



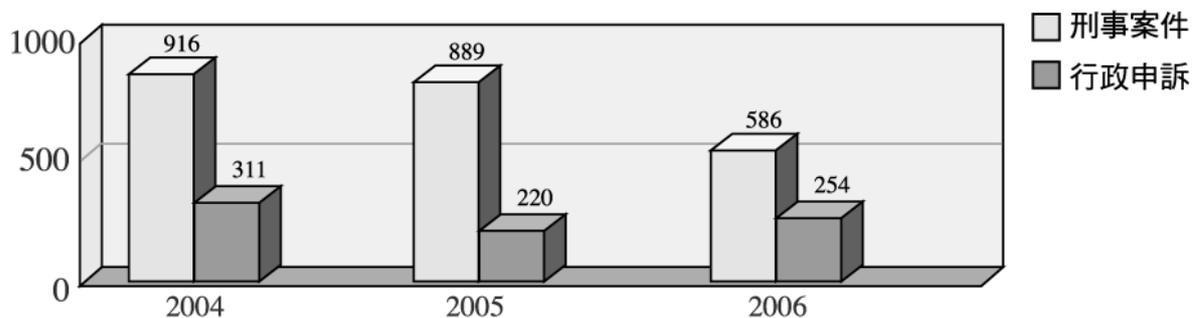
QUADRO I

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2000 E 2006



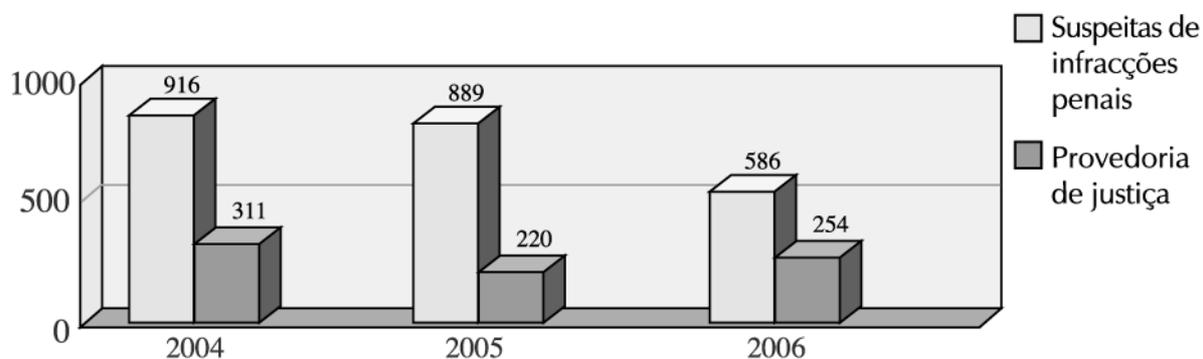
圖表二

2004-2006 年收案類別比較



QUADRO II

CLASSIFICAÇÃO DAS QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2004 E 2006



從收案來源看，市民舉報的案件達 772 宗，約占收案總數的 91.9%。其中請求匿名或匿名的舉報仍然超過半數，約占 52%。然而近年具名或願意提供個人資料的市民比例有所提高，反映市

Da origem das queixas recebidas, as queixas apresentadas pelos cidadãos atingiram os 772 casos, o que representa 91,9% do número total. De destacar que as queixas anónimas continuam a representar a maior fatia, rondando os 52%. No entanto, o peso dos cidadãos que apresentaram queixas com identificação,

民對廉署的信任和認同感增強。由公共機關轉介、舉報或請求的案件有 42 宗，其中包括外地執法機關要求協查的案件 30 宗。除此之外，廉署也關注社會可能存在的貪污舞弊問題，2006 年主動跟進案件 26 宗。

ou disponíveis para fornecer informações pessoais, registou um aumento, o que reflecte o aumento da sua confiança e identificação com o CCAC. Houve 42 casos remetidos, participados ou solicitados por entidades públicas, 30 dos quais solicitados por autoridades do exterior. Por iniciativa do CCAC, em 2006, foram acompanhados 26 casos relativos a problemas de corrupção e fraude.

圖表三
2000-2006 年收案數字比較 (按來源界定)

收案途徑		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
市民 舉報	請求匿名或匿名之投訴	542	55.4%	813	64.3%	708	63.4%	663	61.6%	661	53.9%	650	58.6%	437	52.0%
	具名或願意提供個人資料之投訴	392	40.1%	401	31.7%	370	33.2%	363	33.7%	498	40.6%	403	36.3%	335	39.9%
公共機關之轉介 / 舉報 / 請求		39	4.0%	32	2.5%	28	2.5%	41	3.8%	44	3.6%	45	4.1%	42	5%
傳媒轉介 / 舉報		2	0.2%	6	0.5%	2	0.2%	2	0.2%	3	0.2%	0	0%	0	0%
廉署主動跟進		3	0.3%	13	1.0%	8	0.7%	8	0.7%	21	1.7%	11	1.0%	26*	3.1%
收案總數		978		1,265		1,116		1,077		1,227		1,109		840	

* 包括 6 宗司法機關立案偵查

QUADRO III

QUADRO COMPARATIVO DAS QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2000 E 2006 (segundo a origem)

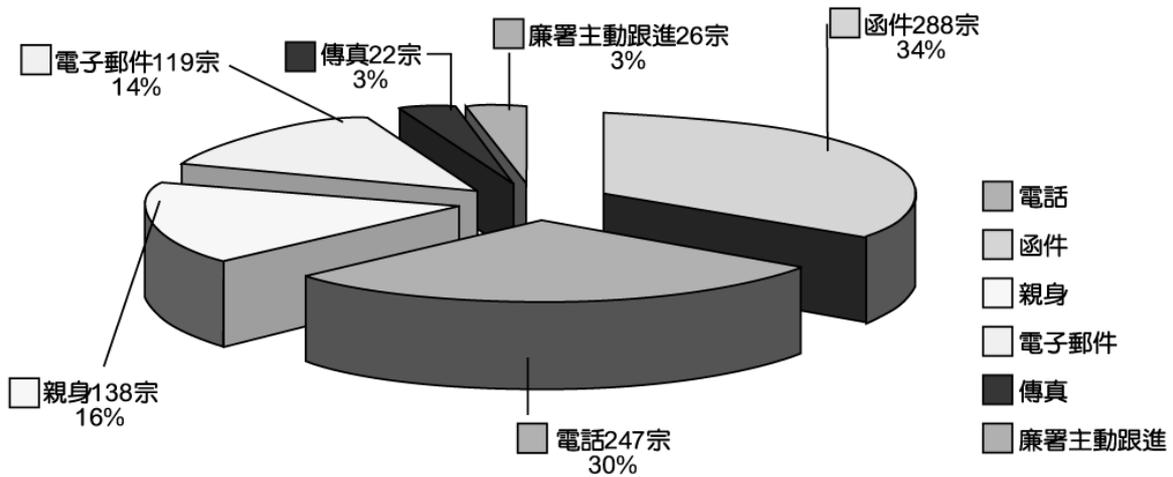
Origem		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
Participações dos cidadãos	Queixas anónimas	542	55,4%	813	64,3%	708	63,4%	663	61,6%	661	53,9%	650	58,6%	437	52,0%
	Queixas com identificação	392	40,1%	401	31,7%	370	33,2%	363	33,7%	498	40,6%	403	36,3%	335	39,9%
Casos remetidos/Participados /Solicitados por entidades públicas		39	4,0%	32	2,5%	28	2,5%	41	3,8%	44	3,6%	45	4,1%	42	5%
Casos remetidos/Participados pela comunicação social		2	0,2%	6	0,5%	2	0,2%	2	0,2%	3	0,2%	0	0%	0	0%
Intervenções por iniciativa do CCAC		3	0,3%	13	1,0%	8	0,7%	8	0,7%	21	1,7%	11	1,0%	26*	3,1%
Total		978		1 265		1 116		1 077		1 227		1 109		840	

*Inclui seis casos cujos processos de investigação foram instruídos pela instituição judicial.

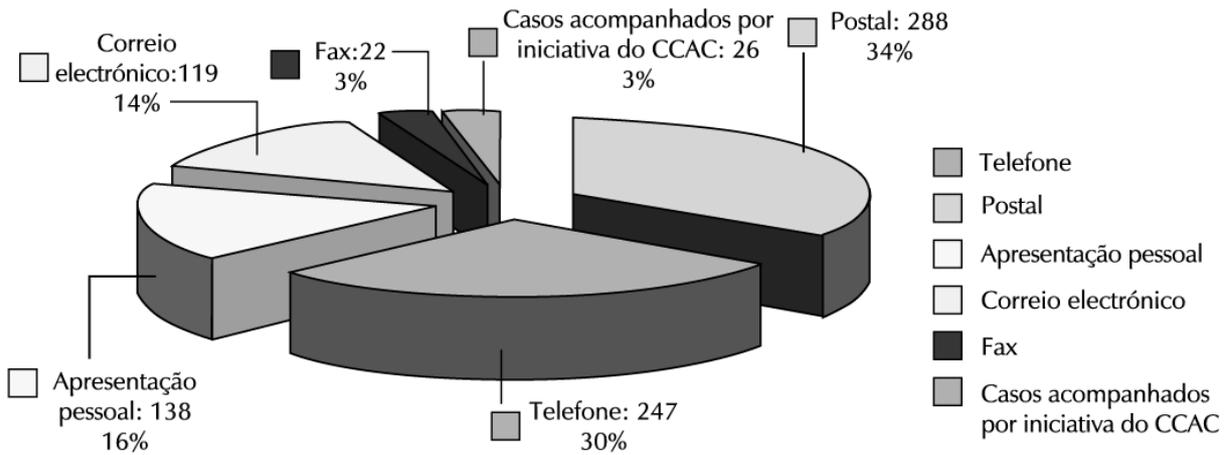
從收案方式看，函件和電話是市民最常用的舉報方式，占收案總數的63.7%；市民親身舉報的也有138宗，比例較去年減少；而使用電子郵件舉報的數字不斷上升。廉署未來會繼續宣傳，讓市民信任所提供的資料將得到保密，鼓勵市民盡可能具名或親身舉報，以提高案件處理的效率。

Das formas de apresentação de queixas, a via telefónica e postal são as mais utilizadas, representando 63,7% do número total. Houve também 138 queixas que foram apresentadas pessoalmente pelos cidadãos, registando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior. Paralelamente, as queixas através de correio electrónico têm revelado uma tendência crescente nos últimos anos. O CCAC reforçará a divulgação, para que os cidadãos saibam que as informações fornecidas são mantidas confidenciais, encorajando-os a apresentar queixas identificadas, tendo em vista melhorar a eficiência do tratamento dos casos.

圖表四
2006年收案構成 (按收案方式界定)



QUADRO IV
QUEIXAS RECEBIDAS EM 2006 (segundo a via)



圖表五
2004-2006年收案數字比較 (按收案方式界定)

收案方式	2004		2005		2006	
	數量	比例	數量	比例	數量	比例
函件	395	32.2%	358	32.3%	288	34.3%
電話	414	33.7%	377	34.0%	247	29.4%
親身	288	23.5%	230	20.7%	138	16.4%
電子郵件	84	6.9%	116	10.5%	119	14.2%
傳真	25	2.0%	17	1.5%	22	2.6%
廉署主動跟進	21	1.7%	11	1.0%	26*	3.1%
收案總數	1,227	100.0%	1,109	100.0%	840	100.0%

* 包括6宗司法機關立案偵查

QUADRO V

QUADRO COMPARATIVO DAS QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2004 E 2006 (segundo a via)

Via usada na queixa	2004		2005		2006	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Telefone	395	32,2%	358	32,3%	288	34,3%
Postal	414	33,7%	377	34,0%	247	29,4%
Apresentação Pessoal	288	23,5%	230	20,7%	138	16,4%
Correio electrónico	84	6,9%	116	10,5%	119	14,2%
Fax	25	2,0%	17	1,5%	22	2,6%
Casos acompanhados por iniciativa do CCAC	21	1,7%	11	1,0%	26*	3,1%
Total	1 227	100,0%	1 109	100,0%	840	100,0%

*Inclui seis casos cujos processos de investigação foram instruídos pela instituição judicial.

3.2 案件處理情況

2006年，廉署收到840宗案件，有460宗未備具條件展開調查，原因仍主要是所舉報的內容不涉及貪污舞弊行為、不屬廉署職權範圍，以及資料不足無法跟進等。而其餘380宗案件，以立案、轉介、非正式途徑方式處理。相對而言，2006年案件的可跟進比率較去年大幅上升，反映近年市民舉報內容的質量逐步提高。

3.2 Tratamento dado às queixas

De entre as 840 queixas recebidas em 2006, 460 não reuniram condições para serem investigadas, por não envolverem actos de corrupção ou fraude, por não caberem na competência do CCAC ou por insuficiência das informações fornecidas. No que diz respeito às restantes 380, umas viram a instrução dos respectivos processos, outras foram remetidas para outras entidades ou tratadas por vias informais. Comparativamente aos casos de 2005, a percentagem dos casos susceptíveis de acompanhamento em 2006 registou uma subida substancial, o que reflecte que a qualidade das informações constantes das queixas se torna cada vez melhor.

圖表六

2006年收案處理情況

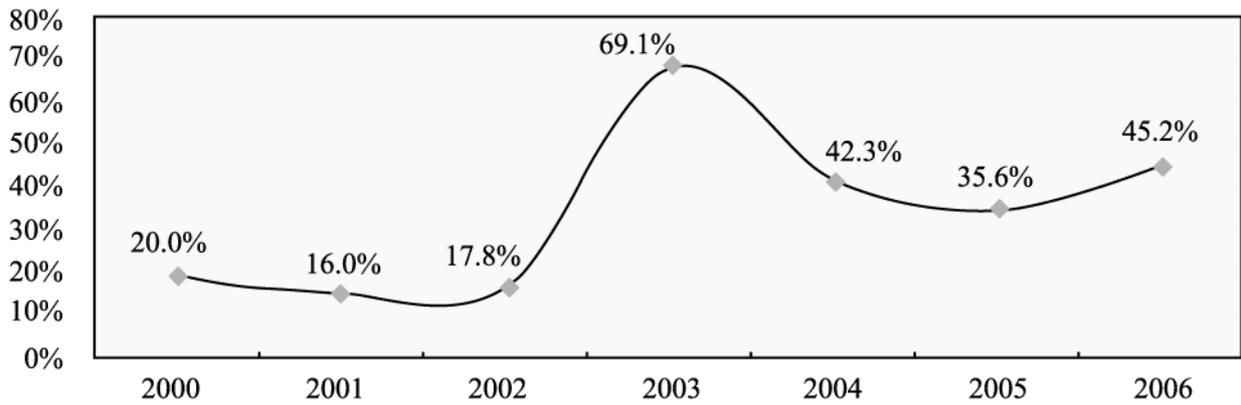
處理情況		數量	百分比
具條件處理	立案	57	45.2%
	轉介予其他部門	31	
	以非正式途徑處理	292	
未具足夠條件展開調查		460	54.8%
總計		840	100.0%

QUADRO VI

TRATAMENTO DAS QUEIXAS RECEBIDAS EM 2006

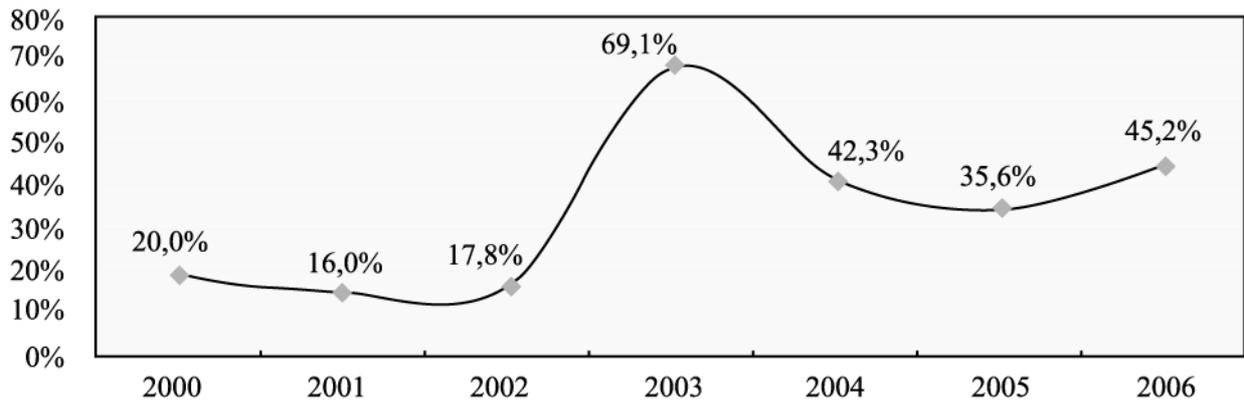
Situação de tratamento		Total	Percentagem
Queixas com condições para serem investigadas	Com instrução de processo	57	45,2%
	Remetidas para outros serviços	31	
	Por meios informais	292	
Queixas sem condições para serem investigadas		460	54,8%
Total		840	100,0%

圖表七
2000-2006年可跟進案件比率比較



QUADRO VII

QUADRO COMPARATIVO DA PERCENTAGEM DOS PROCESSOS QUE REUNIRAM CONDIÇÕES PARA SE FAZER ACOMPANHAMENTO ENTRE 2000 E 2006



在具備條件跟進的380宗個案中，廉署立案處理57宗，轉介其它部門31宗，非正式途徑處理292宗。而2006年可跟進的案件，加上2005年轉入和2006年重開的案件，全年共須處理案件493宗，包括立案案件116宗，非立案案件377宗。

De entre os 380 casos que reuniram condições para se fazer o acompanhamento, 57 viram a instrução dos respectivos processos, 31 foram remetidos para outras entidades e 292 foram tratados por vias informais. Junto os processos transitados de 2005 e os reabertos em 2006, foram tratados 493 casos, dos quais 116 com o respectivo processo instruído e 377 com dispensa deste procedimento.

圖表八
2006年共須處理案件

案件處理分類		數量	
立案處理	2006年立案	57	116
	2006年重開	2	
	2005年轉入	57	
非立案方式處理	2006年收案	323	377
	2005年轉入	54	
總計		493	

QUADRO VIII

TOTAL DOS PROCESSOS TRATADOS EM 2006

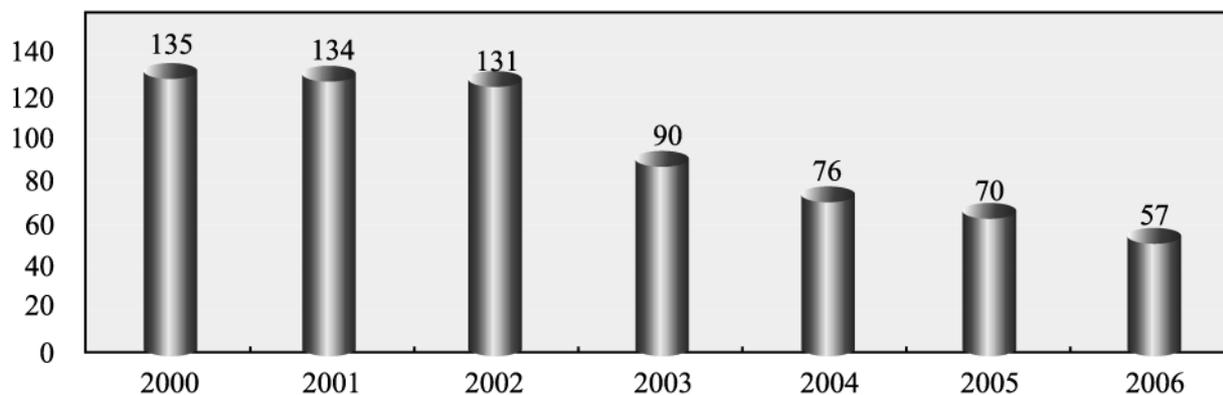
Casos tratados		Total	
Com instrução de processo	Processos instruídos em 2006	57	116
	Processos reabertos em 2006	2	
	Processos transitados de 2005	57	
Sem instrução de processo	Casos recebidos em 2006	323	377
	Transitados de 2005	54	
Total		493	

2006年廉政公署立案57宗，包括54宗刑事案件和3宗行政申訴個案。立案案件的減少除與收案數字逐年遞減有關外，也和廉署奉行嚴謹的立案原則相關。刑事案件方面，廉署設立了案件初查機制，以調查案件是否具備條件跟進。行政申訴個案方面，會依照涉及問題的複雜程度而採取適當的跟進方法。為迅速有效地幫助市民解決問題，大多數行政申訴個案採取轉介和非正式途徑方式跟進；一些問題複雜或關係重大的個案，才會以立案方式跟進。

Em 2006, foram instruídos 57 processos, dos quais 54 penais e 3 de provedoria de justiça. A descida do número total de processos instruídos relaciona-se com o decréscimo progressivo de queixas que se vem registando de ano para ano, e também com o facto do CCAC seguir um princípio de rigor para a instrução do processo. No que se refere aos casos penais, foi estabelecido um mecanismo de investigação preliminar para identificar se os processos reúnem condições para se fazer o acompanhamento. No âmbito da provedoria de justiça, adopta-se o método de acompanhamento adequado conforme o grau de complexidade dos problemas. Para ajudar os cidadãos a resolver problemas com rapidez e eficácia, a maioria dos processos no âmbito da provedoria de justiça foram encaminhados ou tratados por vias informais. Só se faz acompanhamento através da instrução de processo nos casos com maior complexidade.

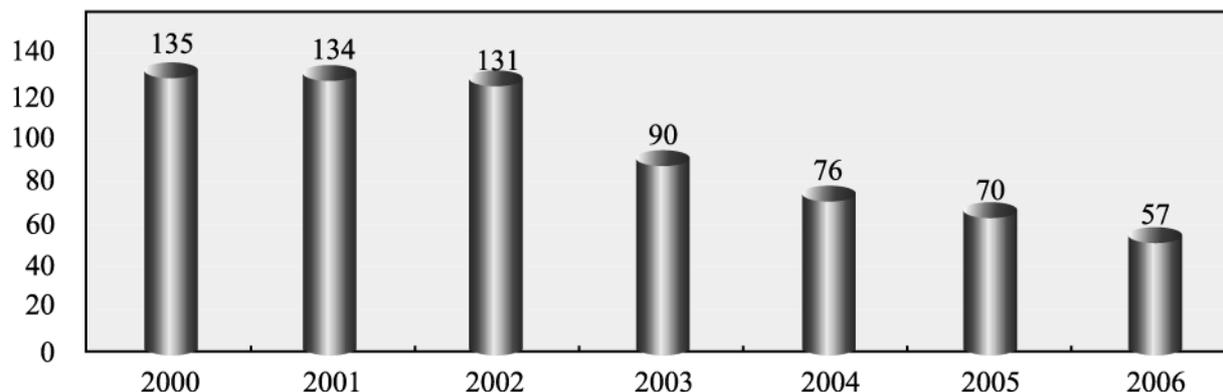
圖表九

2000-2006 年立案數字趨勢



QUADRO IX

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS INSTRUÍDOS ENTRE 2000 E 2006



從收案來源看，大多數立案案件來自市民的舉報投訴，其中請求匿名或匿名的約占一半。所有立案案件，廉署都本著不偏不倚和無私無畏的態度加以跟進調查，然而匿名投訴帶來的資料不足可能影響案件的及時跟進而錯失時機。此外，廉署主動立案案件也較上年有較大的升幅。

Das queixas e participações recebidas, a maioria dos processos instruídos foram provenientes das queixas e participações dos cidadãos, sendo anónimas metade dessas. O CCAC teve sempre uma atitude imparcial, desinteressada e corajosa no acompanhamento e investigação; no entanto, a insuficiência de informações das queixas anónimas pode afectar um acompanhamento atempado. Registou-se uma maior subida do número de processos instruídos por iniciativa do CCAC em comparação com o ano anterior.

圖表十

2000-2006年立案數字比較（按收案來源界定）

收案途徑		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
市民舉報	請求匿名或匿名之投訴	47	70	65	40	41	40	26
	具名或願意提供個人資料之投訴	55	32	46	26	20	24	16
公共機關轉介/舉報/請求		30	20	17	24	2	2	2
傳媒轉介/舉報		0	0	1	0	0	0	0
廉署主動跟進		3	12	2	0	13	4	13*
立案總數		135	134	131	90	76	70	57

* 包括6宗司法機關立案偵查

QUADRO X

QUADRO COMPARATIVO DOS PROCESSOS INSTRUÍDOS ENTRE 2000 E 2006

(segundo a origem)

Origem		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Participações dos cidadãos	Queixas anónimas	47	70	65	40	41	40	26
	Queixas com identificação	55	32	46	26	20	24	16
Casos remetidos/Participados /Solicitados por entidades públicas		30	20	17	24	2	2	2
Casos remetidos/Participados pela comunicação social		0	0	1	0	0	0	0
Intervenções por iniciativa do CCAC		3	12	2	0	13	4	13*
Total		135	134	131	90	76	70	57

*Inclui seis casos cujos processos de investigação foram instruídos pela instituição judicial.

3.3 案件處理進度

截止2006年12月，廉署處理完結立案案件69宗、非立案案件296宗，總計365宗，其中18宗案件移送檢察院。而須轉入下一年度跟進的案件有128宗，包括立案案件47宗、非立案案件81宗。

3.3 Andamento dos casos

Até Dezembro de 2006, os casos dados por findos somaram 365, entre os quais 69 com e 296 sem processos instruídos. Destes 365 casos, 18 foram remetidos para o Ministério Público. Um total de 128 casos transitaram para 2007, sendo 47 com e 81 sem processo instruído.

圖表十一
2006年案件處理進度

案件類別	2006年須處理案件	2006年結案案件	轉入2007年案件
立案案件	116	69	47
非立案案件	377	296	81
總數	493	365	128

QUADRO XI

ANDAMENTO DO TRATAMENTO DE CASOS EM 2006

Categoria	Tratados em 2005	Dados por findos em 2005	Transitados para 2006
Casos com processo instruído	116	69	47
Casos sem processo instruído	377	296	81
Total	493	365	128

3.4 廉政公署人員紀律監察委員會處理投訴的狀況

廉政公署人員紀律監察委員會自2001年成立以來，共接收投訴8宗，已處理的7宗，內容主要涉及調查程序的合法性及對人員態度的不滿。

紀監會在收到投訴和調查報告後會進行分析和討論，並按需要作出建議。迄今為止，未有廉署人員被裁定違紀。

3.4 Tratamento de queixas por parte da Comissão Especializada para a Fiscalização dos Problemas relacionados com Queixas contra a Disciplina do Pessoal do Comissariado contra a Corrupção

A Comissão Especializada para a Fiscalização dos Problemas relacionados com Queixas contra a Disciplina do Pessoal do Comissariado contra a Corrupção, desde a sua criação em 23 de Julho de 2001, recebeu um total de oito queixas, sete das quais foram tratadas. As queixas têm a ver principalmente com a legalidade dos procedimentos de investigação e descontentamento para com a atitude do pessoal.

Depois da recepção das queixas, a Comissão procede à sua análise e discussão e a um relatório de investigação. Até à data, não se registou nenhuma violação de disciplina por parte dos trabalhadores do CCAC.

圖表十二

2001-2006年紀監會投訴接收 / 處理情況

年份	2001	2002	2003	2004	2005	2006	合共
接獲投訴宗數	1	1	2	3	0	1	8
處理投訴宗數	0	2	0	2	1	2	7

QUADRO XII

CASOS RECEBIDOS E ANDAMENTO DO SEU TRATAMENTO PELA COMISSÃO ESPECIALIZADA ENTRE 2001 E 2006

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Casos recebidos	1	1	2	3	0	1	8
Casos tratados	0	2	0	2	1	2	7

第四章 反貪工作

2006年，是廉署反貪工作艱鉅而深具意義的一年。廉政公署在本年度偵破了數宗涉及人員眾多、影響廣泛的案件，特別是經過長時期偵查而揭發的運輸工務範疇的涉嫌貪污案。這是澳門特別行政區成立以來，涉及官員級別最高、受賄金額最大、牽涉最廣的貪污案件，此案為2006年的廉政建設寫下沉重的一頁。

2006年，法院也先後審訊並判決了多宗廉署偵破的案件，例如三宗選舉案、一宗前水警（現海關關員）受賄案以及一宗前財政司人員貪污案。這些案件的審判對推動本澳的廉政建設發揮了重要作用，而國際評估機構也對本澳的廉潔水平給予較高的評價。

此外，為打擊跨境貪污犯罪，2006年廉署加強與相鄰地區的個案協查合作，也擴大和國際反貪機構的交流合作。在內部方面，廉署繼續為人員舉辦了多層次的專業培訓活動，致力提高調查人員的偵查能力。同時，新招聘調查人員的入職，也增強了廉署的調查力量。

4.1 反貪工作取得階段性成果

綜觀2006年，是澳門廉政工作取得階段性成果的一年，主要表現在以下三方面：

一、揭發前運輸工務司司長歐文龍涉嫌巨額受賄案

廉署經調查發現，前運輸工務司司長歐文龍涉嫌利用職權嚴重受賄和進行非法金融操作活動，涉及資產在億元以上。2006年12月6日晚上，歐文龍被廉政公署依法拘留調查，同案另有8男3女包括歐文龍的親屬被拘留，有關嫌犯分別涉嫌行賄、受賄和清洗黑錢。12月7日上午，行政長官何厚鏞在特區政府總部公布歐文龍涉嫌受賄的案件；同日，中央人民政府根據澳門特別行政區行政長官何厚鏞的建議，免除歐文龍的職務。12月8日，廉政

CAPÍTULO IV COMBATE À CORRUPÇÃO

O ano de 2006 foi considerado um ano com dificuldades mas também com muito significado no combate à corrupção. O CCAC descobriu no ano a que o relatório se reporta vários casos em que se envolvem numerosas pessoas e com amplo impacto, especialmente o alegado caso de corrupção na área dos transportes e obras públicas que foi descoberto depois de investigações prolongadas. Trata-se de um caso de corrupção que envolve o titular de um cargo mais elevado e o montante de corrupção passiva mais avultado e que tem amplas implicações, marcando pesadamente a promoção da integridade social em 2006.

Em 2006, os Tribunais apreciaram e julgaram vários casos descobertos pelo CCAC, entre os quais se destacam três casos de corrupção eleitoral, um caso que se relaciona com um agente da Polícia Marítima (actual agente dos Serviços de Alfândega) e um caso de corrupção relativo a um ex-funcionário da Direcção dos Serviços de Finanças. O julgamento desses casos desempenhou um papel importante na promoção da integridade social no Território. Por outro lado, a nível internacional, o combate à corrupção e os esforços feitos por Macau nessa área, granjearam o reconhecimento de várias entidades.

Além disso, para combater os crimes de corrupção transfronteiriços, em 2006, o CCAC reforçou a cooperação com os territórios vizinhos na investigação de casos pontuais, bem como alargou o intercâmbio e cooperação com as entidades internacionais de combate à corrupção. A nível interno, continuou a realizar diversas acções de formação profissional para o seu pessoal, a fim de elevar a capacidade de investigação dos agentes. Entretanto, o ingresso de investigadores recém-recrutados enriqueceu também os seus meios de investigação.

4.1 O combate à corrupção com resultado marcante

Partindo de uma visão global, o ano de 2006 foi um ano em que o CCAC obteve resultados marcantes, que se traduzem principalmente nos três aspectos que se seguem:

1. Descoberta do caso de suposta corrupção passiva do ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Ao Man Long

Na sequência de diligências de investigação, o CCAC deteiu que o ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas, alegadamente, se tinha aproveitado dos poderes governamentais para a prática de corrupção passiva grave e de actividades financeiras ilegais, envolvendo bens em montante superior a centenas de milhões de patacas. Ao Man Long foi detido pelo CCAC na noite do dia 6 de Dezembro de 2006. Foram igualmente detidos mais oito homens e três mulheres envolvidos no caso, entre os quais familiares de Ao. Suspeita-se que estes arguidos tenham praticado corrupção activa, corrupção passiva ou branqueamento de capitais. Na manhã do dia 7, o Chefe do Executivo, Ho Hau Wah, comunicou oficialmente o caso do ex-Secretário Ao Man Long na sede do Governo da RAEM. No mesmo dia, o Governo Popular Central exonerou o titular do cargo de Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Ao Man Long, sob proposta do Chefe do Executivo. No dia 8 de Dezembro, os doze

公署將案中 12 名嫌犯移送檢察院處理。這宗案件震驚澳門，並引起國際社會的關注，給澳門政界、建築界、房地產界都帶來震盪。

二、重大案件判決推動廉政建設的發展

2006 年，三宗廉署偵破的選舉違規案首次宣判，澄清了 2005 年選舉所引起的各種揣測和陰霾，同時判決也有助於提高本澳的公民意識和阻嚇相關的不法活動。

2006 年 11 月，澳門有史以來首次有人因選舉犯罪被法院判刑，其中兩名被告被處以徒刑，不得緩刑，3 名被告被處以緩刑並須繳納罰金，其餘 5 名被告被處以罰金。12 月 15 日，另一宗選舉案 14 名被告因賄選和留置選民證罪名成立，其中 7 人被判處徒刑，不得緩刑，另外 7 人被判處罰金。第三宗選舉案於 12 月審結，2007 年 1 月 5 日宣判，6 名被告被判賄選罪名成立，其中一名被判處徒刑，不得緩刑，另外 5 名被判處罰金。

此外，2001 年由廉署偵破的前水警受賄案也在 2006 年 9 月 8 日作出判決。法庭判處一名高級關員受賄罪名成立，一名洋酒行東主行賄罪名成立，兩人均被處徒刑，不得緩刑。

三、澳門廉政工作得到國際認同

國際反腐敗非政府組織“透明國際”(Transparency International)，於 2006 年 11 月 6 日公佈國際“清廉指數”(Corruption Perception Index 2006，簡稱 CPI) 排名，澳門首次納入被評之列，於亞太 25 個國家及地區中排行第 6 名，僅次於新西蘭、新加坡、澳洲、香港及日本；在全球 163 個國家及地區中，排行第 26 名。

“2006 清廉指數”匯集了多項國際及地區性調查資料，對不同國家及地區的廉潔程度進行評比。能被納為依據的資料必須符合嚴格的條件，相關的資料包括“倫敦經濟學人智庫”所公佈的《國家風險分析及預測》、“世界經濟論壇”的《全球競爭力報告》、“國際市場研究中心”的《風險排行》及“經濟風險評估”的《亞

arguidos foram entregues ao Ministério Público. Este caso não só surpreendeu toda a população da RAEM como também despertou a atenção da comunidade internacional, tendo causado impacto nos sectores político, da construção civil e do imobiliário.

2. Os julgamentos de casos importantes contribuíram para a promoção da integridade social

Em 2006, os julgamentos dos três casos de irregularidades nas eleições descobertos pelo CCAC serviram para esclarecer as especulações e desvanecer as dúvidas que existiam, contribuindo também para elevar a consciência cívica no Território e dissuadir a prática de actos ilícitos.

Em Novembro de 2006, pela primeira vez na história de Macau, o Tribunal condenou pessoas pela prática de crimes eleitorais. Os dois primeiros réus foram condenados a penas de prisão (não passíveis de suspensão) enquanto outros três réus foram condenados a penas de prisão, suspensas na sua execução, e com pagamento de multa. Os restantes cinco réus foram condenados a penas de multa. Em 15 de Dezembro, a acusação de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor de 14 réus de um outro caso de corrupção eleitoral foi julgada procedente. De entre estes, sete réus foram condenados a penas de prisão (não passíveis de suspensão) enquanto os restantes sete réus foram condenados a penas de multa. Quanto ao terceiro caso, o julgamento deu-se por concluído em Dezembro e a sentença foi proferida a 5 de Janeiro de 2007. A acusação de corrupção eleitoral de seis réus foi julgada procedente, dos quais um foi condenado a pena de prisão (não passível de suspensão), e os restantes cinco condenados a penas de multa.

A decisão judicial de um caso de corrupção passiva envolvendo um ex-agente da Polícia Marítima descoberto em 2001 pelo CCAC foi proferida no dia 8 de Setembro de 2006. O Tribunal julgou procedentes a acusação de corrupção passiva de um verificador superior dos Serviços de Alfândega e a acusação de corrupção activa do proprietário de uma firma de vinhos. Ambos foram condenados a penas de prisão, não havendo lugar à suspensão das referidas penas.

3. Os trabalhos de promoção de integridade social de Macau são reconhecidos internacionalmente

A Transparência Internacional, organização internacional não governamental contra a corrupção, publicou, em 6 de Novembro de 2006, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2006, contemplando, pela primeira vez, Macau. De entre os 25 países e regiões da Ásia-Pacífico, o Território foi o 6.º melhor classificado, logo a seguir à Nova Zelândia, Singapura, Austrália, Hong Kong e o Japão, e o 26.º melhor classificado entre os 163 países e territórios avaliados a nível mundial.

Na classificação do nível de transparência dos países e territórios, o IPC, referente ao ano de 2006, leva em conta diversos inquéritos internacionais e regionais realizados. Os dados, para serem contemplados, têm que satisfazer requisitos rigorosos. Entre as fontes contam-se os «Country Risk and Forecasts», da Economist Intelligence Unit, o «Global Competitiveness Report», do World Economic Forum, os «Risk Ratings», do World Markets Research Centre, e a «Asian Intelligence», da Consultoria de Risco Político e Económico (Political and Economic Risk Consultancy).

洲情報》等等。而“透明國際”在報告中特別提到：“在亞太區，澳門第一次上榜即以6.6高分躋身第26名，這跟當地反貪機構大力倡導反腐敗運動的努力是分不開的。”

Segundo destaca a TI, «na região Ásia-Pacífico, Macau, embora contemplado pela primeira vez pelo IPC, ocupa o 26.º lugar, com 6,6 pontos, ao que está indissociável o grande esforço da instituição local no combate à corrupção».

關於澳門在“清廉指數”中的得分排位，具體見下表：

2006 國際“清廉指數”部分排名			
國家 / 地區	亞太區排名	國際排名	“清廉指數”得分
芬蘭	-----	1	9.6
冰島	-----	1	9.6
新西蘭	1	1	9.6
丹麥	-----	4	9.5
新加坡	2	5	9.4
澳洲	3	9	8.7
荷蘭	-----	9	8.7
香港	4	15	8.3
日本	5	17	7.6
澳門	6	26	6.6
葡萄牙	-----	26	6.6
台灣	7	34	5.9
南韓	8	42	5.1
馬來西亞	9	44	5.0
黎巴嫩	-----	63	3.6
塞舌爾群島	-----	63	3.6
泰國	10	63	3.6
中國	11	70	3.3
印度	11	70	3.3
海地	-----	163	1.8
國家總數	25	163	-----

資料來源：“透明國際”（www.transparency.org）

A classificação de Macau no «IPC»:

Ranking de alguns dos países e territórios avaliados pelo IPC 2006			
País/Território	Classificação Ásia-Pacífico	Classificação Mundial	IPC
Finlândia	—	1	9,6
Islândia	—	1	9,6
Nova Zelândia	1	1	9,6
Dinamarca	—	4	9,5

Ranking de alguns dos países e territórios avaliados pelo IPC 2006			
País/Território	Classificação Ásia-Pacífico	Classificação Mundial	IPC
Singapura	2	5	9,4
Austrália	3	9	8,7
Holanda	—	9	8,7
Hong Kong	4	15	8,3
Japão	5	17	7,6
Macau	6	26	6,6
Portugal	—	26	6,6
Taiwan	7	34	5,9
Coreia do Sul	8	42	5,1
Malásia	9	44	5,0
Líbano	—	63	3,6
Ilhas Seichelles	—	63	3,6
Tailândia	10	63	3,6
China	11	70	3,3
Índia	11	70	3,3
Haiti	—	163	1,8
Total	25	163	—

Transparência Internacional (www.transparency.org)

此外，總部設在香港的“政經風險評估”，基於近年澳門經濟的持續增長和成為不少外資投資對象，在2006年發表的亞洲貪污趨勢年報中，亦首次把澳門列為調查對象。“政經風險評估”在2006年1月至2月期間，以問卷及面談方式，對13個亞洲國家及地區逾1,200名外商或外來工作人員進行調查，以10分為貪污情況最嚴重、分數越低越廉潔來排名，結果得分最佳的國家是新加坡1.30分，其次為日本3.01分及香港3.13分，澳門以4.78分名列第四。報告肯定了澳門廉政公署的正面意義和國際認同。

國際評估機構首次把澳門納入為評估對象，一方面為評估澳門廉政工作成效提供了重要參考；另一方面，也折射出澳門在邁向國際化進程中，社會廉政建設的重要性。

4.2 舉報和立案數字

2006年，廉政公署收到涉及刑事性質的舉報586宗，與2005年的889宗相比，下降34%。舉報數字的下降原因是多方面的，然而多項調查評估和具體的反貪工作都顯示，這和本澳公共行政的改善以及貪污手法更隱蔽有關。

A par disso, a Consultoria de Risco Político e Económico (Political & Economic Risk Consultancy, PERC), sediada em Hong Kong, tendo em conta o crescimento económico que Macau tem registado nos últimos anos e o facto deste Território se tornar um destino de investimentos estrangeiros, no relatório anual relativo às tendências da corrupção na Ásia, contemplou também, pela primeira vez, Macau como objecto de levantamento. Entre Janeiro e Fevereiro de 2006, a PERC inquiriu, através de um questionário escrito e entrevista, mais de 1 200 empresários e trabalhadores expatriados e que investiram ou prestam serviço em 13 países e territórios asiáticos. Com base nos resultados, fez a classificação da situação da corrupção, numa escala de 10 pontos; quanto mais baixa a pontuação, mais transparente é o país ou território avaliado. Segundo o relatório, Singapura obteve a pontuação mais baixa, 1,30, seguida do Japão, com 3,01 e Hong Kong, com 3,13, enquanto que Macau surge no quarto lugar na lista, com 4,78 pontos. Este relatório reconhece o significado positivo e o reconhecimento internacional do CCAC.

4.2 Número de denúncias e de processos instruídos

Em 2006, as queixas de incidência criminal apresentadas ao CCAC foram 586, registando-se uma descida de 34%, em comparação com os 889 casos de 2005. A descida do número de queixas deve-se a vários factores; no entanto, a avaliação de levantamentos e os trabalhos do combate à corrupção demonstram que, em grande parte, tem a ver com a melhoria da Administração Pública do Território e uma maior «dissimulação» das formas de corrupção.

通過對舉報案件的分析和初查和跟進，收案總數中具備條件處理的刑事案件有126宗，其中立案跟進54宗。加上2005年積存和重開的案件，2006年共須處理刑事案件205宗，其中立案案件112宗。

4.3 結案及移送檢察院的案件

2006年刑事案件共結案68宗，包括移送檢察院案件18宗，歸檔案件50宗。移送檢察院的案件主要涉及公務員詐騙、濫用職權及受賄，以及接續2005年處理的選舉犯罪等案件。

以下簡要摘錄2006年移送檢察院的案件：

2月 偵破海關關員涉嫌濫用職權、受賄案。2006年春節後，廉署收到線報，指駐守機場貨運站的海關人員藉節日不法索取大量利益。其後，廉署人員在貨運站海關辦公室和在場的關員身上搜獲大量利益和現金。涉案的1名關務督察、2名副關務督察和9名關員涉嫌利用速遞貨運公司講求效率和順利通關的需要，向貨運站內的速遞和貨運公司職員索取各種利益，如中秋節要求提供月餅、聖誕節要求贊助聖誕舞會費用、農曆新年要求給付利益等。每當速遞公司不肯付出利益或付出較少利益時，有關關員便會作出刁難，甚至以檢查作藉口暫時扣留有關公司的貨物，讓其不能迅速提貨。案件於2006年2月10日移送檢察院處理。

2月 偵破一宗選民證留置案。經查明，於2005年立法會選舉活動期間，有9名人士在明知收取利益將觸犯選舉條例的情況下，仍根據有關人士的要求將其本人的選民證交予他人，以確保投票意向。案件於2006年2月23日移送檢察院處理。

3月 偵破一宗違反選舉法案。市民投訴指，2005年9月25日立法會投票日當天，多個投票站外均站立穿著某候選組別“制服”的人士，並有選民在投票後前往該等人士處登記，懷疑有不

Da análise, averiguação preliminar ou acompanhamento dos casos denunciados, entendeu-se que 126 das queixas de natureza penal reuniam condições para serem tratadas. Para 54 dessas queixas foram instruídos os respectivos processos. Somados os processos transitados de 2005 e os reabertos, os casos de incidência penal tratados em 2006 foram 205, dos quais 112 tiveram processos instruídos.

4.3 Processos findos e encaminhados para o Ministério Público

Em 2006, foram dados como findos 68 processos. De entre eles, 18 foram remetidos para o Ministério Público e 50 arquivados. Os processos encaminhados para o Ministério Público reportam, na sua maioria, a fraude, abuso de poder e corrupção passiva praticados por funcionários públicos, para além da continuação do tratamento dos processos dos crimes praticados no âmbito das eleições de 2005.

Em seguida apresenta-se o resumo de alguns casos descobertos pelo CCAC e encaminhados para o Ministério Público em 2006:

Em Fevereiro, foi descoberto que vários agentes dos Serviços de Alfândega tinham, alegadamente, praticado abuso de poder e corrupção passiva. Depois do Ano Novo Lunar de 2006, o CCAC recebeu uma participação acusando alguns agentes dos Serviços de Alfândega destacados no Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Macau de, sob pretexto das festividades, exigirem grandes quantidades de «lai si». Durante as investigações os agentes do CCAC encontraram grandes quantidades de «lai si» e dinheiro no gabinete dos Serviços de Alfândega no Terminal de Carga e na posse dos agentes que ali estavam presentes. O caso envolveu um inspector e dois subinspectores alfandegários e nove verificadores que terão aproveitado o facto das empresas de entrega rápida e de carga precisarem de despachar as mercadorias com eficiência e rapidez para exigir aos empregados no Terminal diversos «favores». Por exemplo, na Festa do Bolo Lunar, pedem bolos lunares, no Natal o patrocínio das despesas com as festas do Natal e durante o Ano Novo Lunar os «lai si». Se uma empresa se recusava a pagar ou se o montante fosse inferior ao que pediam, os agentes dos Serviços de Alfândega criariam dificuldades, e chegaram mesmo a apreender, provisoriamente, mercadorias, sob pretexto de inspecção, para que não fosse possível efectuar o seu levantamento com rapidez. O caso foi remetido no dia 10 de Fevereiro de 2006 para o Ministério Público.

Em Fevereiro, foi descoberto um caso de retenção de cartões de eleitor. Segundo foi apurado, durante o período das eleições legislativas de 2005, nove indivíduos, mesmo sabendo ser proibido angariar cartões de eleitor, continuaram a entregar a terceiros o seu cartão de eleitor, para garantir o voto. O caso foi remetido no dia 23 de Fevereiro de 2006 para o Ministério Público.

Em Março, foi descoberto um caso suspeito de infracção à lei eleitoral. Alguns cidadãos queixaram-se de que, no dia 25 de Setembro de 2005, no próprio dia das eleições legislativas, no exterior de várias assembleias de votos estavam pessoas com «uniformes» de uma determinada lista de candidatura. Alguns eleitores, depois de votarem, iam ter com essas pessoas onde registavam o seu nome numa lista que estas tinham em seu poder. Perante estes indícios deduziu-se que havia suspeitas da prática de actos ilícitos. Efectuadas as diligências de investigação, o

法行為。經廉署調查後發現，有1名候選人及52名某同鄉會會員及其他人士涉嫌違反選舉法。案件於2006年3月1日移送檢察院處理。

3月 偵破一宗經濟局稽查人員受賄案。投訴指經濟局稽查人員在查廠後，透過第三者向廠家索取金錢作為經濟局不處罰該廠的報酬。經深入調查後發現，經濟局一名趙姓督察串同一名吳姓中間人，在經濟局的查廠執法行動中，以事先通風報信的方式，或於查廠後協助處理有關罰款的事宜，藉此索取賄賂。涉案的嫌犯包括該名經濟局督察共4人。案件已於2006年3月6日移送檢察院處理。

3月 偵破一宗涉嫌行賄案。2006年3月，廉署接獲投訴，指一名於博彩娛樂場俗稱“抓爛腳”的陳姓女子，涉嫌在娛樂場內偷竊賭客籌碼時被現場的職員發現。該名陳姓女子意圖行賄賭場職員，作為讓其離開現場的報酬。經廉署人員調查，並根據現場資料及人證顯示，該名陳姓女子涉嫌觸犯行賄罪。案件已於2006年3月13日移送檢察院處理。

3月 偵破一宗民政總署職員涉嫌詐騙房屋津貼的案件。廉署調查發現，民政總署一名姓黃職員由1995年2月至2004年5月期間，擁有無抵押的自置物業，卻一直以另一物業的供樓單及其兄弟發出的虛假租單向部門申領房屋津貼，涉嫌騙取的房屋津貼合共達澳門幣11萬多元。案件已於2006年3月14日移送檢察院處理。

3月 偵破一宗懷疑公務員濫用職權案。涉案兩人為澳門廣播電視有限公司某部門一名陳姓經理及其李姓妻子。2005年，廉署接獲投訴，指任職澳廣視某部門的陳姓經理為澳廣視採購電腦資訊設備時，在諮詢和批給過程中舞弊。案件經調查後，懷疑在採購過程中，有人未依據公平合理原則，同時沒有採取適當的迴避措施。結果，多項電腦設備合同由涉案者妻子開設的公司成為供應商。案件已於2006年3月29日移送檢察院處理。

6月 偵破一宗公務員涉嫌詐騙津貼案。廉署收到投訴指，澳門基金會輔助人員偽造出勤及加班紀錄，以詐騙薪酬。經調查

CCAC detectou que um dos candidatos e 52 sócios de uma Associação de Conterrâneos e outras pessoas teriam, alegadamente, violado a Lei Eleitoral. O caso foi remetido no dia 1 de Março de 2006 para o Ministério Público.

Em Março, foi descoberto um caso de alegada corrupção passiva praticada por um inspector da Direcção dos Serviços de Economia. Segundo a queixa, o inspector da DSE, depois das visitas de inspecção, por interposta pessoa, exigia dinheiro a proprietários de fábricas como retribuição de a DSE não lhes ter aplicado multas. Depois da investigação, foi detectado que o inspector, de apelido Chio, em conluio com um intermediário, de apelido Ng, informava os responsáveis das fábricas com que mantinham relações para que se preparassem antecipadamente face às acções de inspecção da DSE ou depois das visitas de inspecção, ajudavam os proprietários a tratar das questões relacionadas com as multas, aproveitando para exigir subornos. Os arguidos deste caso são quatro, incluído o inspector da DSE. O caso foi remetido no dia 6 de Março de 2006 para o Ministério Público.

Em Março, foi descoberto um caso suspeito de corrupção activa. O CCAC recebeu uma denúncia em Março de 2006, alegando que uma mulher procurou oferecer uma vantagem ilícita a um funcionário de casino que a havia descoberto a roubar fichas de jogo a jogadores. Segundo o denunciante, a mulher, de apelido Chan, deambulava dentro do casino a pedir gorjetas aos jogadores. Em resultado da investigação, e com base nos indícios encontrados no local e nas declarações das testemunhas, a referida mulher foi tida como suspeita de cometer o crime de corrupção activa. O caso foi encaminhado, a 13 de Março de 2006, para o Ministério Público.

Em Março, foi descoberto um caso de obtenção do subsídio de residência através de meios fraudulentos por um trabalhador, de apelido Wong, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Em resultado da investigação, o CCAC detectou que Wong, entre Fevereiro de 1995 e Maio de 2004, enquanto proprietário de uma fracção autónoma livre de hipoteca, obteve subsídios de residência junto do Serviço onde trabalhava, através de notas de pagamento de amortizações e falsos documentos de arrendamento emitidos pelo seu irmão, tendo recebido, fraudulentamente, um valor superior a 110 mil patacas. O caso foi remetido no dia 14 de Março de 2006 para o Ministério Público.

Em Março, foi descoberto um caso suspeito de abuso de poder por funcionários públicos. Os alegados autores foram um responsável de um departamento da Teledifusão de Macau, S.A., e a esposa. Em 2005, o CCAC recebeu uma denúncia, alegando que o envolvido, de apelido Chan, responsável de um departamento da TDM, nos processos de aquisição de equipamentos de informática, teria praticado actos de fraude na solicitação de propostas e nas adjudicações. Em resultado da investigação, suspeita-se que, nos processos de aquisição, não tenham sido seguidos os princípios da justiça e da razoabilidade, nem que o suspeito tenha tomado medidas para não intervir por estar sujeito a impedimento. Como resultado, vários processos de aquisição de equipamentos foram adjudicados à empresa de que é proprietária a sua esposa, de apelido Lei. O caso foi encaminhado no dia 29 de Março de 2006 para o Ministério Público.

Em Junho, foi descoberto um caso de alegada obtenção fraudulenta de subsídio por funcionários públicos. Segundo a de-

後發現，黎姓及梁姓教科文中心職員多次因遲到、早退，或身在內地而找保安員打咭，以此方式騙取薪酬。本案共有5名嫌犯。案件已於2006年6月14日移送檢察院處理。

7月 偵破一宗公務員涉嫌詐騙津貼案。廉署收到投訴指，一名前金融管理局職員騙取房屋津貼。調查發現，該職員涉嫌不法取得房屋津貼共達澳門幣9萬多元，其中約1萬4千元涉嫌通過偽造文件和詐騙取得。案件已於2006年7月27日移送檢察院處理。

7月 偵破一宗民政總署職員涉嫌詐騙家庭津貼和房屋津貼的案件。調查發現，民政總署陳姓職員涉嫌在2000年至2004年期間，利用兩名同事的信任，編造虛假證明書，使其符合發放家庭津貼的婚姻狀況，騙取家庭津貼共達澳門幣2萬3千元。另外，在上述期間內，陳姓公職人員亦涉嫌多次假冒他人簽名，以偽造租單向政府申請房屋津貼，騙取房屋津貼共達澳門幣3萬5千元。案件已於2006年7月27日移送檢察院處理。

8月 偵破一宗涉嫌詐騙政府津貼案。廉署收到投訴，指澳門某拳擊會姓鄭會長出外比賽時向體育發展局虛報人數，藉此騙取政府津貼。調查發現，其涉嫌偽造文件和詐騙，以此獲取的津貼共達澳門幣5萬多元。案件已於2006年8月24日移送檢察院處理。

8月 偵破一宗公務員涉嫌濫用職權案。調查發現，有2名財政局高層人員涉嫌濫用職權，為自己預留應公開售賣的物品。案件已於2006年8月25日移送檢察院處理。

11月 偵破一宗涉嫌受賄案。廉署調查發現，澳門廣播電視股份有限公司梁姓職員自1989年入職後便將其名下車行牌照出租予其朋友經營，月租澳門幣2,000元。其後梁姓職員利用職務之便，將大部份損壞的澳廣視車輛直接交予上述車行維修，從中抽取一成維修費用作為佣金。根據2000年至2005年記錄，該名澳

núncia recebida pelo CCAC, dois funcionários do Centro UNESCO de Macau obtiveram remunerações através da falsificação dos registos de assiduidade e de trabalho extraordinário. Em resultado da investigação, os referidos funcionários, de apelido Lai e Leong, solicitaram várias vezes a elementos de uma agência de segurança privada que prestavam serviço no Centro, ajuda para marcar o ponto, por chegarem atrasados, saírem mais cedo ou se ausentarem para a China, com vista a obter, por este meio fraudulento, remuneração. Este caso envolve um total de cinco arguidos. Foi encaminhado no dia 14 de Junho de 2006 para o Ministério Público.

Em Julho, foi descoberto um caso suspeito de obtenção fraudulenta de subsídio por um funcionário público. Segundo uma denúncia recebida pelo CCAC, uma ex-trabalhadora da Autoridade Monetária obteve, por meios fraudulentos, o subsídio de residência. Segundo os resultados da investigação, a trabalhadora obteve de forma ilícita subsídio de residência num valor de 90 mil patacas, das quais cerca 14 mil patacas foram obtidas supostamente através de documentos falsos e de fraude. O caso foi remetido no dia 27 de Julho de 2006 para o Ministério Público.

Em Julho, foi descoberto um caso suspeito de obtenção fraudulenta de subsídios de família e de residência. Segundo o apurado na investigação, um trabalhador do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, de apelido Chan, visando a obtenção do subsídio de família, terá enganado dois colegas, entre 2000 e 2004, que acabaram por declarar ao serviço que Chan, relativamente ao seu estado civil, preenchia os requisitos para a concessão do subsídio, tendo obtido um valor total de vinte e três mil patacas. Suspeita-se ainda que, durante o mesmo período, Chan tenha obtido o subsídio de residência através do uso repetido de recibos de renda falsos, com assinatura de terceiro falsificada. O valor envolvido ronda as trinta e cinco mil patacas. O caso foi remetido no dia 27 de Julho de 2006 para o Ministério Público.

Em Agosto, foi descoberto um caso de alegada obtenção fraudulenta de subsídios do Governo. Segundo a denúncia recebida pelo CCAC, o presidente de uma Associação de Boxe, de apelido Cheang, forneceu, repetidamente, falsas informações ao Instituto do Desporto sobre o número de atletas, a fim de obter, por meios fraudulentos, subsídios relativos à participação em competições. Com base na investigação, o CCAC descobriu que Cheang terá feito documentos falsos, obtendo, por meios fraudulentos, mais de 50 mil patacas. O caso foi remetido a 24 de Agosto de 2006 para o Ministério Público.

Em Agosto, foi descoberto um caso de abuso de poder de 2 dirigentes da DSF. Segundo a investigação, ambos retiraram, para uso próprio, bens destinados à hasta pública, privando os cidadãos de os comprar. O caso foi remetido no dia 25 de Agosto de 2006 para o Ministério Público.

Em Novembro, foi descoberto um caso de corrupção passiva. Segundo a investigação, quando iniciou funções em 1989 na TDM, Leong cedeu a exploração da sua oficina a um amigo, que lhe pagava um aluguer mensal de duas mil patacas. Suspeita-se que Leong se tenha aproveitado das suas funções para entregar a essa oficina automóveis para manutenção e reparações, recebendo 10% dos custos de reparação, a título de comissão. De acordo com os registos, no período de 2000 a 2005, terá recebido,

廣視職員共進行了10多次抽取佣金行為。上述行為涉嫌構成受賄作合規範行為。案件已於2006年11月29日移送檢察院處理。

4.4 跨境案件協查和交流培訓工作

4.4.1 跨境案件協查

2006年，廉政公署協助外地執法機關調查案件30宗，連同2005年轉入需要繼續協查的案件15宗，合共45宗。至2006年年底，廉署完成協查案件26宗，跟進中19宗，而廉署要求外地執法機關調查取證的也有8宗。

廉署接到協查請求的機關主要來自內地和香港兩地的執法部門，也有部份來自美國、印尼及台灣地區的執法機關。2006年，廉署成功為外地的執法機關追回不法資產約澳門幣130萬元，並且透過與澳門相關政府部門的合作，成功取消了利用不法所得在澳門取得投資居留權人士的資格。而廉署也曾要求內地、香港、澳洲、泰國及新加坡等國家地區的執法機關協查取證，並與這些國家地區的執法機關建立了良好的合作關係。

2006年9月14日至16日，澳門廉政公署主辦了“第二屆粵港澳個案協查工作座談會”。除了粵港澳三地的協查人員與會外，大會還邀請了最高人民檢察院以及國務院港澳辦的代表列席。會上，三方就協查工作中遇到的實際問題進行了深入的討論，各代表也介紹了本身範圍內的協查立案程序，商討了跨境作證的證人安排程序問題、協助追贓問題，並就異地取證的陪同問題達成了共識。

4.4.2 培訓工作

廉政公署一向注重提升調查人員的調查能力。2006年，廉署派員參加多項培訓課程，包括兩次派遣調查員前往位於北京的中國人民公安大學接受有關調查的專業培訓；派出兩名調查員赴香港廉政公署參加為期四個月的培訓；派出兩批人員前往新加坡反貪局接受不同內容的調查培訓。同時，廉署也邀請了中國人民公安大學資深專家畢惜茜教授到澳門，為廉署調查人員就訊問技巧進行專題培訓。

por mais de 10 vezes, a referida comissão, acto que constitui corrupção passiva. O caso foi encaminhado no dia 29 de Novembro de 2006 para o Ministério Público.

4.4 Cooperação transfronteiriça na investigação de casos, intercâmbio e acções de formação

4.4.1 Cooperação transfronteiriça na investigação de casos

Em 2006, o CCAC prestou apoio a autoridades do exterior na investigação de 30 casos, para além dos 15 iniciados em 2005 que se prolongaram pelo ano de 2006. Até final de 2006, 26 casos foram dados como findos e 19 continuaram a ser acompanhados. Em contrapartida, a autoridades do exterior foi pedido apoio na investigação e recolha de prova para oito casos.

Os pedidos de apoio na investigação dirigidos ao CCAC vieram, principalmente, das autoridades da China continental e de Hong Kong. No entanto, houve também dos E.U.A., Indonésia e Taiwan. Em 2006, o CCAC conseguiu recuperar, por conta das autoridades do exterior, bens ilícitos no valor de cerca de 1,3 milhões de patacas. E, através da cooperação com os serviços competentes de Macau, conseguiu desqualificar os indivíduos que tinham obtido autorização para fixação de residência temporária por rendimentos ilícitos. Por sua vez, o CCAC pediu também apoio a autoridades de vários países e territórios, nomeadamente à China continental, Hong Kong, Austrália, Tailândia e Singapura na investigação e recolha de provas, tendo estabelecido boas relações de cooperação com as autoridades destes países e territórios.

No âmbito da cooperação, o CCAC organizou entre 14 e 16 de Setembro de 2006, o «II Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos em Guangdong, Hong Kong e Macau». Para além da presença de elementos ligados à investigação de Guangdong, Hong Kong e Macau, o CCAC convidou também representantes da Suprema Procuradoria Popular e do Gabinete para Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado. Durante o encontro, as três partes discutiram as questões com que se confrontam no apoio à investigação e apresentaram os respectivos procedimentos de instrução de processos relativos a esse apoio. Abordaram os procedimentos de audição de testemunhas que se encontrem num dos territórios e o apoio na recuperação de bens ou capitais desviados. Chegaram também a consenso sobre o acompanhamento na recolha de provas em territórios terceiros.

4.4.2 Acções de formação

O CCAC atribui grande importância à promoção e elevação das capacidades de investigação dos seus funcionários. Em 2006, enviou pessoal para participar em vários cursos de formação, incluindo duas acções de formação realizadas na Universidade de Segurança Pública da China em Beijing; enviou dois investigadores para participar numa acção de formação de quatro meses na Independent Commission Against Corruption em Hong Kong e dois grupos de investigadores para formação no Corrupt Practices Investigation Bureau de Singapura. Entretanto, convidou também a professora Bi Xixian, da Universidade de Segurança Pública da China, para proporcionar aos investigadores do CCAC formação específica em técnicas de interrogatório.

此外，廉署也對新招聘的調查員進行了嚴格而全面的綜合入職培訓，培訓期共17周，培訓地點包括內地、香港和澳門三地，培訓的導師既有廉署的領導和資深調查人員，也聘請了澳門的法官、檢察官、大學教授等作為導師。培訓內容涉及法律知識、刑事偵查技術、體能訓練、攝影技巧、急救以及槍械使用等方面。

4.5 法院判案

2006年，法院先後審訊並宣判了由廉署偵破的8宗案件，共46人被判有罪，相比2005年的3宗11人，分別上升了167%和318%，涉及人數創歷年之冠。當中包括前財政司職員犯罪後潛逃多年被成功攔截，判處徒刑；有海關人員受賄被判處徒刑；也首次有數十名被告因選舉犯罪被判罪。

Para os investigadores recém-recrutados o CCAC proporcionou formação rigorosa durante um período de 17 semanas. A formação realizou-se na China, Hong Kong e Macau. De entre os monitores havia dirigentes do CCAC e investigadores qualificados, bem como juizes, procuradores e professores universitários de Macau. A formação abarcou conhecimentos jurídicos, técnicas de investigação criminal, exercício físico, técnicas de fotografia, primeiros-socorros e uso de armas de fogo.

4.5 Processos julgados

Em 2006, o Tribunal julgou e sentenciou oito casos descobertos pelo CCAC, tendo sido condenadas 46 pessoas. Comparativamente com as 11 condenações em três casos de 2005 registou-se uma subida de 167% no número de casos e 318% no número de condenações, sendo que 2006 foi o ano em que se registou o maior número de pessoas envolvidas em casos no Território. De entre os condenados destacamos um ex-funcionário da Direcção dos Serviços de Finanças, que foi interceptado depois de estar ausente do território há vários anos, um agente dos Serviços de Alfândega, que foi condenado a pena de prisão por corrupção passiva e, pela primeira vez, dezenas de pessoas foram condenadas por crimes eleitorais.

圖表十三

2006年法院判案摘錄

判決日期	被告 / 嫌犯	被告 / 嫌犯之身份	判決結果
09/02/2006	FERNANDO VALENTIM DA SILVA NOGUEIRA (中文譯名諾基亞)	前財政司職員	被告多年前缺席審判並逃往外地，於2006年入境時被攔截。經法院審理，合議庭維持被告的有罪之判決，即被控的7項公務上之侵占及5項詐騙罪名全部成立。法官指，由於首次審訊時被告被判15年徒刑及340日罰金（每日20元，即合共澳門幣6,800元），但鑒於現行刑法已作出修訂，而本次被告亦同樣被處以數罪並罰合共10年之徒刑，因現行刑法典判處之刑罰較過往為輕，所以取其輕者，即判處被告10年徒刑。此外，被告須償還5名事主合共超過澳門幣一仟萬元的被騙款項，且須支付所有利息。
04/05/2006	鄭永佳	前水警稽查隊警員	基於被告在庭上自願認罪，且已將騙取的津貼款項如數退還予退休基金會，法官裁定被告詐騙罪成立，判處90天罰金，按每日50元計算，合共澳門幣4,500元，如不繳付則處60天徒刑。
08/09/2006	陸錦雄	海關高級關員	受賄罪名成立，判處徒刑2年9個月，不得緩刑。
	張耀權	洋酒行東主	行賄罪名成立，判處徒刑1年，不得緩刑。
14/09/2006	呂文興	汽車清潔公司職員	詐騙、行賄、偽造具特別價值文件及偽造文件罪名成立，判處徒刑共4年9個月，不得緩刑。
	顧振東	治安警察局交通廳警員	詐騙、受賄及偽造具特別價值文件罪名成立，判處徒刑共3年6個月，不得緩刑。
	盧志雄	司機	詐騙及偽造文件罪名成立，並與過往刑事案件合併處理，判處徒刑3年，緩刑4年。

判決日期	被告 / 嫌犯	被告 / 嫌犯之身份	判決結果
14/09/2006	伍潤樺	車行東主	詐騙罪名成立，判處徒刑3年，緩刑3年。
	梁翠儀	賭場貴賓廳帳房職員	詐騙及偽造文件罪名成立，判處徒刑2年6個月，緩刑3年。
	楊嘉樂	汽車音響公司職員	詐騙罪名成立，判處徒刑2年3個月，緩刑3年。
	李結圓	賭場糾察	詐騙及偽造文件罪名成立，判處徒刑1年10個月，緩刑2年。
	冼達強	裝修工人	詐騙及偽造文件罪名成立，判處徒刑1年9個月，緩刑2年。
	陳斌偉	送貨司機	詐騙罪名成立，判處徒刑1年6個月，緩刑2年。
27/10/2006	屈桂慶	澳門大學圖書館助理員	合議庭考慮被告正在分期償還款項，且屬初犯，故裁定被告詐騙罪名成立，判處1年徒刑，緩刑2年。
08/11/2006	蕭鴻偉	地產經紀	留置選民證罪名成立，判處1年6個月徒刑，不得緩刑。
	鍾偉俊	礦泉水送貨員	留置選民證罪名成立，判處1年4個月徒刑，不得緩刑。
	戴祖炫	賭場侍應	留置選民證罪名成立，判處2年徒刑，緩刑4年，3個月內須向特區政府賠償澳門幣10,000元。
	陸振峰	高中學生	留置選民證及提供選民證2項罪名成立，兩罪併罰判處1年9個月徒刑，緩刑3年，3個月內須向特區政府賠償澳門幣5,000元。
	古健龍	賭場莊荷	留置選民證罪名成立，判處1年徒刑，緩刑3年，3個月內須向特區政府賠償澳門幣5,000元；緩刑期間不但要守行為，更要定期接受社會重返廳及法官監督改善進度。
	黃世雄	裝修工人	5名被告均被判提供選民證罪名成立，判處於法定期限內向特區政府繳納罰金120日，按每日100元計算，合共澳門幣12,000元，期限內未能繳交罰金則須入獄80日。
	李榮發	裝修工人	
	何澤彬	酒店行李員	
	林佩玲	賭場侍應	
	黃卓杰	賭場莊荷	
	郭司盈	高三準畢業生	2名被告均被判提供選民證罪名成立，判處於法定期限內向特區政府繳納罰金120日，按每日60元計算，合共澳門幣7,200元，期限內未能繳交罰金則須入獄80日。
關武強	大學生		
15/12/2006	梁銳生	地盤泥水工人	賄選及留置選民證罪名成立，判處2年6個月徒刑，不得緩刑，另中止政治權利4年。
	高惠文	地盤泥水工人	2名被告均被判賄選及留置選民證罪名成立，判處2年徒刑，不得緩刑，另中止政治權利4年。
	郭玉瑜	現無業，曾做水客	
	郭滿華	地盤泥水工人	賄選及留置選民證罪名成立，判處1年3個月徒刑，不得緩刑。
	馮帛強	地盤泥水工人	賄選及留置選民證罪名成立，判處9個月徒刑，不得緩刑，另中止政治權利4年。
	李麗萍	家庭主婦	2名被告均被判賄選及留置選民證罪名成立，判處9個月徒刑，不得緩刑。
	連建豪	賭場公關	

判決日期	被告 / 嫌犯	被告 / 嫌犯之身份	判決結果
15/12/2006	梁坤明	賭場疊碼	賄選及提供選民證罪名成立，判處罰金300日，按每日100元計算，合共澳門幣30,000元。
	陳亞燦	酒吧侍應	
	劉倩如	地盤散工裝修	4名被告均被判賄選及提供選民證罪名成立，判處罰金180日，按每日100元計算，合共澳門幣18,000元。
	李堅強	大廈管理員	
	何家祺	賭場莊荷	
	方啟華	賭場莊荷	
	鄭遠彬	高三學生	賄選及提供選民證罪名成立，判處罰金180日，按每日60元計算，合共澳門幣10,800元。
05/01/2007	張永佳	娛樂場水吧服務員	賄選罪名成立，判處1年8個月徒刑，不得緩刑。
	葉展程	賭場莊荷	5名被告均被判賄選罪名成立，判處270日罰金，按每日100元計算，合共澳門幣27,000元。
	劉志豪	水吧服務員	
	何玉嬋	賭場角子機服務員	
	何有幫	賭場莊荷	
	林志誠	娛樂場酒吧部長	

QUADRO XIII

PROCESSOS JULGADOS EM 2006

Data da Sentença	Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Sentença
09/02/2006	Fernando Valentim da Silva Nogueira	Ex-trabalhador da Direcção dos Serviços de Finanças	O caso foi julgado há vários anos e o réu condenado à revelia. Foi detido no regresso ao Território em 2006. No novo julgamento, o Tribunal Colectivo, julgava ainda procedentes as acusações do primeiro julgamento, i.e., sete crimes de peculato e cinco crimes de burla. Salientou o juiz que, dada a revisão da lei penal, foi escolhida a pena mais leve, entre a decidida no primeiro julgamento e a do novo julgamento. Os 15 anos de prisão e 340 dias de multa (a 20 patacas por dia e num total de 6.800 patacas) passaram a 10 anos de prisão. O réu foi condenado pelo Tribunal cumulativamente à pena de 10 anos de prisão, à devolução às cinco vítimas dos montantes defraudados e respectivos juros, num total superior a 10 milhões de patacas.
04/05/2006	Cheang Weng Kai	Ex-agente da Polícia Marítima e Fiscal	Tendo em conta que o réu confessou ter praticado os actos de que era acusado, e ter devolvido ao Fundo de Pensões as quantias obtidas por meios fraudulentos, foi condenado com pena de multa de 90 dias, a 50 patacas por dia e no valor total de 4500 patacas, ou com pena de prisão de 60 dias, em caso de não pagamento da referida multa.

Data da Sentença	Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Sentença
08/09/2006	Lok Kam Hong	Verificador Superior dos Serviços de Alfândega	Foi condenado por crime de corrupção passiva, com pena de prisão efectiva de 2 anos e 9 meses.
	Cheong Io Kun	Proprietário de uma firma de vinhos	Foi condenado pelo crime de corrupção activa, com pena de prisão efectiva de 1 ano.
14/09/2006	Loi Man Heng	Empregado de uma companhia de limpeza de automóveis	Foi condenado à pena de prisão efectiva de 4 anos e 9 meses, por crimes de burla, falsificação de documentos e corrupção activa.
	Ku Chan Tong	Agente do Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública	Foi condenado à pena de prisão efectiva de 3 anos e 6 meses, por crimes de burla, falsificação de documentos e corrupção passiva.
	Lou Chi Hong	Motorista	Foi condenado à pena única de prisão de 3 anos, por crimes de burla e de falsificação de documentos e em acumulação com outros casos penais, sendo a pena suspensa por 4 anos.
	Ng Ion Wa	Proprietário de uma oficina de reparações de veículos	Foi condenado à pena de prisão de 3 anos, por crime de burla, sendo a pena suspensa por 3 anos.
	Leong Choi I	Empregado da tesouraria de uma Sala VIP de casino	Foi condenado à pena de prisão de 2 anos e 6 meses, por crimes de burla e de falsificação de documentos, sendo a pena suspensa por 3 anos.
	Ieong Ka Lok	Empregado de uma companhia de equipamento sonoro de automóveis	Foi condenado à pena de prisão de 2 anos e 3 meses, por crime de burla, sendo a pena suspensa por 3 anos.
	Lei Kit Un	Fiscal de casino	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 10 meses, por crimes de burla e de falsificação de documentos, sendo a pena suspensa por 2 anos.
	Sin Tat Keong	Operário de benfeitorias	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 9 meses, por crimes de burla e de falsificação de documentos, sendo a pena suspensa por 2 anos.
	Chan Pan Wai	Motorista de transporte de mercadorias	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, por crime de burla, sendo a pena suspensa por 2 anos.
	27/10/2006	Wat Kuai Heng	Auxiliar da Biblioteca da Universidade de Macau
08/11/2006	Sio Hong Wai	Mediador imobiliário	Foi condenado à pena de prisão efectiva de 1 ano e 6 meses, por retenção de cartão de eleitor.
	Chong Wai Chon	Empregado de entregas de água engarrafada	Foi condenado à pena de prisão efectiva de 1 ano e 4 meses, por retenção de cartão de eleitor.
	Tai Chou Un	Empregado de mesa de casino	Foi condenado à pena de prisão de 2 anos, por retenção de cartão de eleitor, sendo a mesma suspensa por 4 anos, e ao pagamento de indemnização ao Governo da RAEM no valor de 10 mil patacas no prazo de 3 meses.
	Lok Chan Fong	Estudante do ensino secundário complementar	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 9 meses, por retenção e entrega de cartão de eleitor, suspensa por 3 anos, e ao pagamento da indemnização ao Governo da RAEM no valor de 5 mil patacas no prazo de 3 meses.
	Ku Kin Long	<i>Croupier</i>	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, por retenção de cartão de eleitor, suspensa por 3 anos com a condição de bom comportamento e apresentação periódica no Departamento de Inserção Social e perante o juiz, e ao pagamento de indemnização ao Governo da RAEM no valor de 5 mil patacas no prazo de 3 meses.

Data da Sentença	Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Sentença	
08/11/2006	Wong Sai Hong	Operário de benfeitorias	Foram condenados à pena de multa de 120 dias, por entrega de cartão de eleitor, correspondendo cada dia de multa a 100 patacas e sendo o total de 12 mil patacas, ou pena de prisão de 80 dias, em caso de não pagamento ao Governo da RAEM da multa no prazo legalmente estabelecido.	
	Lei Weng Fat	Operário de benfeitorias		
	Ho Chak Pan	Despachante de bagagens		
	Lam Pui Leng	Empregado de mesa de casino		
	Wong Cheok Kit	<i>Croupier</i>		
	Kuok Si Ieng	Estudante finalista do curso secundário complementar		
	Kuan Mou Keong	Estudante universitário		
15/12/2006	Leong Ioi Sang	Operário de estaleiro de obras	Foi condenado a uma pena de prisão efectiva de 2 anos e 6 meses, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor, ficando privado de direitos políticos por 4 anos.	
	Kou Wai Man	Operário de estaleiro de obras	Foram ambos condenados a penas de prisão de 2 anos, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor. Ficaram também privados de direitos políticos por 4 anos.	
	Kuok Iok U	Desempregada		
	Kuok Mun Wa	Operário de estaleiro de obras	Foi condenado a uma pena de prisão efectiva de 1 ano e 3 meses, por corrupção eleitoral e retenção de cartões de eleitor.	
	Fong Pak Keong	Operário de estaleiro de obras	Foi condenado a uma pena de prisão efectiva de 9 meses, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor e privado de direitos políticos por 4 anos.	
	Lei Lai Peng	Doméstica	Foram ambos condenados a penas de 9 meses de prisão efectiva, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor.	
	Lin Kin Hou	Assistente de relações públicas de casino		
	Leong Kuan Meng	«Bate-fichas»	Foi condenado a pena de multa 300 dias, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor, correspondendo cada dia de multa a 100 patacas no total de 30 000 patacas.	
	Chan A Chan	Empregado de mesa de bar	Foi condenado a pena de multa 240 dias, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor, correspondendo cada dia de multa a 100 patacas no total de 24 000 patacas.	
	Lao Sin U	Assalariado de benfeitorias em estaleiro de obras	Foram os quatro, condenados a pena de multa 180 dias, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor, correspondendo cada dia de multa a 100 patacas no total de 18 000 patacas.	
	Lei Kin Keong	Porteiro de edifício		
	Ho Ka Kei	<i>Croupier</i>		
	Fong Kai Wa	<i>Croupier</i>		
		Kuong Un Pan	Estudante do 3.º ano do curso secundário complementar	Foi condenado a pena de multa 180 dias, por crimes de corrupção eleitoral e de retenção de cartões de eleitor, correspondendo cada dia de multa a 60 patacas no total de 10 800 patacas.
	05/01/2007	Cheong Weng Kai	Empregado de balcão de bebidas	Foi condenado a pena de 1 ano e 8 meses de prisão efectiva, por crime de corrupção eleitoral.
Ip Chin Cheng		<i>Croupier</i>	Foram os cinco condenados a pena de multa 270 dias, por crime de corrupção eleitoral, correspondendo cada dia de multa a 100 patacas no total de 27 000 patacas.	
Lao Chi Hou		Empregado de balcão de bebidas		
Ho Iok Sim		Empregada de serviços de <i>slot machine</i>		
Ho Iao Pong		<i>Croupier</i>		
Lam Chi Seng		Chefe de bar de clube de diversões		

4.6 財產申報工作

財產申報制度是防範和監察公務員財產狀況的一項重要制度。澳門廉政公署在職責範圍內對全澳一般公務員的財產申報進行保管、存檔和監察工作。根據現行法例，公職人員在進入公職、職等變動、離職又或每隔五年等情況下，須申報其個人及配偶，或類同配偶狀況生活的人士的財產。同時，根據第10/2000號法律第四條第五款，廉政公署有監督涉及財產利益之行為的合規性及行政正確性。自“財產申報”法律生效以來，沒有申報人因履行申報義務不當而須承擔相關的法律責任，財產申報工作收到了預期的效果。

2006年，廉政公署共接收到7,791位公職人員提交的財產申報書，其中包括開始擔任職務2,343人、職務變動2,794人、終止職務1,302人、因年屆五年而須提交更新的財產申報書458人及自願更新財產資料29人，而配偶或有事實婚關係者履行提供資料義務的則有865人。

4.6 Trabalhos relativos à declaração de rendimentos e interesses patrimoniais

O Regime de Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais é um regime importante para a prevenção e fiscalização da situação patrimonial dos funcionários públicos. O CCAC assegura, no âmbito das suas atribuições, a conservação, arquivo e fiscalização das declarações de rendimentos e interesses patrimoniais de todos os funcionários públicos normais de Macau. De acordo com a legislação em vigor, os funcionários públicos devem obrigatoriamente declarar os seus rendimentos e interesses patrimoniais e do seu cônjuge ou da pessoa com quem vivam em união de facto, no início das suas funções, alteração da situação jurídico-funcional que implique mudança de grau, cessação das funções ou após cinco anos sobre a última apresentação se não tiver havido alterações. Entretanto, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º da Lei n.º 10/2000, compete ao CCAC fiscalizar a licitude e a correcção administrativa de actos que envolvam interesses patrimoniais. Desde a entrada em vigor da lei que regula a «declaração de rendimentos e interesses patrimoniais», nenhum declarante foi sancionado pelo cumprimento defeituoso do dever de declaração, tendo os trabalhos relativos à declaração de rendimentos e interesses patrimoniais obtido resultado desejado.

Em 2006, o CCAC recebeu 7 791 declarações de rendimentos e interesses patrimoniais dos trabalhadores da função pública, das quais 2 343 por início de funções, 2 794 por alteração da situação jurídico-funcional, 1 302 por cessação de funções, 458 por actualização quinquenal, 29 por actualização voluntária e 865 por cumprimento do dever de prestação de informações relativas ao cônjuge ou pessoa com quem vivem em união de facto.

圖表十四

2006年提交財產申報書人數統計

開始擔任職務	2,343 人
職務變動	2,794 人
終止職務	1,302 人
五年更新	458 人
自願更新	29 人
履行提供資料義務	865 人
總計	7,791 人

QUADRO XIV

MAPA ESTATÍSTICO DO NÚMERO DE PESSOAS QUE APRESENTARAM DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS E INTERESSES PATRIMONIAIS EM 2006

Início de funções	2 343
Alteração da situação jurídico-funcional	2 794
Cessaçao de funções	1 302
Actualização quinquenal	458
Actualização voluntária	29
Cumprimento do dever de prestação de informações	865
Total	7 791

此外，2006年廉政公署繼續為大量招聘新入職人員的部門舉行“財產申報講解會”，令新入職的公職人員更加認識履行申報財產義務的意義和重要性以及相關法規的內容，幫助其正確填寫財產申報書。

第五章 行政申訴工作

2006年，廉政公署收到行政申訴個案254宗，較上年增加15.5%。個案涉及的內容以公職制度、市政、政府運作等方面為多，其中廉署對3宗個案進行了深入調查，並發出勸喻及建議。此外，廉署也接到求助諮詢個案753宗，當中關於經屋/社屋、非法工作、交通違例的諮詢個案大幅增加。

審查工作方面，2006年廉署完成了《有關完善立法會選舉制度的分析研究》和《行政當局針對私人樓宇的使用及管理不善所具有的介入權》兩項制度審查，相關報告已送交行政當局。運作審查方面，土地工務運輸局成為新的“合作夥伴”，廉署就社會長期關注的違法工程處理程序進行審查；以及繼續跟進民政總署及衛生局運作改善措施的落實情況。

2006年，廉署出版了《申訴有道——行政申訴個案實錄》，藉以加強市民和公務人員對行政申訴局運作的瞭解。同時，亦繼續與社團合辦“維護權益 申訴有道”座談會，促進市民維護自身合法權益的意識。在公職領域，廉署繼續跟進及協助各部門/機構製作內部廉潔守則，亦因應部門和機構的需要而舉辦“廉潔操守”和“公務採購”講座。

為推動澳門行政申訴制度的研究工作，廉署與澳門基金會合辦“亞洲行政申訴制度比較研究獎勵計劃”。人員培訓方面，派員參加與中國人民公安大學合辦的偵查課程和香港廉政公署舉辦的指揮課程，並邀請本地司法官進行內部人員培訓。

Além disso, o CCAC, em 2006, continuou a organizar «sessões de esclarecimento da declaração de rendimentos e interesses patrimoniais» para os serviços públicos que tenham recrutado grande quantidade de trabalhadores, para que os mesmos conheçam o significado e a importância do dever de declaração de rendimentos e interesses patrimoniais e o conteúdo da respectiva legislação, com vista a preencher correctamente a declaração.

CAPÍTULO V

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Em 2006, o CCAC recebeu, no âmbito da provedoria de justiça, 254 queixas e participações, registando um aumento de 15,5% relativamente ao ano anterior. Matérias respeitantes ao Regime da Função Pública, assuntos municipais e funcionamento do Governo foram as mais visadas nas queixas e participações. De entre estas, três casos foram objecto de diligências mais aprofundadas, bem como de recomendações e sugestões. A par disso, o CCAC recebeu 753 pedidos de consultas, dos quais se destacam os relativos à habitação económica/social, obras ilegais e transgressões ao Código da Estrada.

No âmbito do trabalho de pesquisa de regimes jurídicos em 2006, foram concluídos dois projectos intitulados «Estudo sobre o aperfeiçoamento do regime eleitoral para a Assembleia Legislativa» e «O poder de intervenção da Administração no âmbito da má utilização e administração dos edifícios privados», tendo os respectivos relatórios sido entregues ao Governo. Relativamente à pesquisa de funcionamento, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes tornou-se um novo «parceiro», procedendo o CCAC à pesquisa sobre o procedimento de tratamento das obras ilegais que têm sido objecto de atenção da sociedade. Neste âmbito, continuámos também a acompanhar a implementação das medidas para a melhoria do funcionamento do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e da Direcção dos Serviços de Saúde.

O CCAC publicou, em 2006, uma edição sobre casos reais de provedoria de justiça, com vista a aprofundar o conhecimento da população. Entretanto, continuou a organizar palestras em colaboração com as associações, no sentido de sensibilizar os cidadãos a salvaguardar os seus próprios direitos e interesses legítimos. No domínio da função pública, o CCAC prosseguiu o acompanhamento e o apoio aos serviços/entidades públicos na elaboração dos códigos internos sobre integridade, para além da realização de palestras sobre a integridade e aquisição de bens e serviços.

A fim de impulsionar a investigação do regime de provedoria de justiça de Macau, o CCAC organizou, em conjunto com a Fundação Macau, o «Programa de Bolsas para o Estudo Comparativo de Sistemas de Provedoria de Justiça na Ásia». Quanto à formação do pessoal, enviou funcionários para participar no curso de investigação ministrado em conjunto com a Universidade de Segurança Pública Popular da China e no curso de comandos organizado pela Independent Commission against Corruption de Hong Kong, para além de ter convidado magistrados judiciais locais para proporcionar formação interna ao seu pessoal.

5.1 調查**5.1.1 個案介入****5.1.1.1 收案及處理情況**

2006年，廉署共受理行政申訴案件254宗，比2005年的220宗升幅逾15%，這與廉署積極推廣行政申訴職能、社區辦事處“深入社區”功能的強化、市民勇於投訴舉報行政違法或失當等原因有關。總結2006年受理的行政申訴個案，仍以涉及公職制度、市政、違法工程的居多。

5.1 Investigação**5.1.1 Intervenção****5.1.1.1 Recepção e tratamento de queixas**

Em 2006, no âmbito da provedoria de justiça, foram recebidas 254 queixas e participações, registando-se uma subida de 15% em relação às 220 de 2005. Esta subida deve-se ao facto de o CCAC promover activamente as suas funções de provedoria de justiça, a intensificação da função de «inserção na comunidade» da delegação do CCAC e o facto dos cidadãos ousarem denunciar as infracções e ilegalidades. Em suma, nas queixas e participações recebidas em 2006 predominaram ainda as respeitantes ao Regime da Função Pública, assuntos municipais e obras ilegais.

圖表十五**2006年行政申訴個案涉及內容**

涉及問題	數量
公職制度（人員權益、聘用、內部管理、紀律及濫權）	87
市政	36
違法工程	33
交通違例	16
公務採購	8
社屋/經屋	7
職安健	7
保險	4
其它程序失當	54
非本署權限	2
總計	254

QUADRO XV**DESCRIÇÃO DOS CASOS DA ÁREA DE PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2006**

Matérias respeitantes	N.º de casos
Regime de Função Pública (direitos e interesses do pessoal, recrutamento, gestão interna, disciplina e abuso de poder)	87
Assuntos municipais	36
Obras ilegais	33
Transgressões ao Código da Estrada	16
Aquisição de bens e serviços	8
Habitação social/económica	7
Higiene e segurança no trabalho	7
Seguros	4
Irregularidades em outros procedimentos administrativos	54
Fora da competência do CCAC	2
Total	254

2006年接到的行政申訴個案，加上2005年帶入的34宗，以及扣除涉相同問題的個案28宗，全年共須處理260宗投訴舉報個案，當中203宗已被處理存檔，結案率78%。

存檔處理的個案包括不具行政違法或失當跡象、經廉署正式及非正式介入而得到部門適當處理、非廉署權限、資料不足等情況。當中經廉署介入而獲部門/機構適當處理的個案有45宗，包括一宗正式立案而發出勸喻的個案，約占總數的22%，比例較過往數年有所上升。這反映行政申訴按照個案性質和涉及問題的複雜程度而採取適合的跟進手段，能更有效適時地解決行政違法及失當問題，也更能發揮確保市民合法權益的角色。

Do ano de 2005 transitaram 34 casos. Subtraídas as 28 queixas e participações que visavam o mesmo assunto, em 2006 as queixas tratadas totalizaram 260. Destas, 203 foram dadas como concluídas e arquivadas, representando 78% do total.

O arquivamento deu-se essencialmente nos casos em que não foram detectados indícios de ilegalidade ou irregularidade administrativa, nos que já tinham sido devidamente resolvidos pelos serviços envolvidos através da intervenção formal ou informal, nos que ultrapassavam a esfera de competências do CCAC ou naqueles a que faltavam elementos. De destacar os casos que foram tratados adequadamente pelos serviços/entidades com a intervenção do CCAC: 45, incluindo um caso em relação ao qual foi instruído formalmente um processo e emitida uma recomendação, 22% do total, registando-se uma subida relativamente aos anos anteriores. Isto reflecte que os meios de acompanhamento adoptados, consoante a natureza e o grau de complexidade dos casos, no âmbito de provedoria de justiça, são capazes de resolver eficaz e atempadamente as questões relacionadas com as ilegalidades ou irregularidades administrativas e ajudam a assegurar melhor os direitos e interesses dos cidadãos.

圖表十六

2006年行政申訴個案的處理情況

歸檔原因	數字
無行政違法或失當跡象	118
部門已作適當處理（經本署轉介、非正式介入或發出勸喻/建議）	45
資料不足	29
非本署權限	5
其它	6
總數	203

QUADRO XVI

TRATAMENTO DOS CASOS DA ÁREA DE PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2006

Razão do Arquivamento	N.º de casos
Sem indícios de ilegalidade ou irregularidade administrativa	118
Objecto de tratamento apropriado pelo serviço visado (remessa, intervenção informal ou emissão de recomendação/sugestão)	45
Insuficiência de informação	29
Fora da competência do CCAC	5
Outros	6
Total	203

5.1.1.2 立案調查

2006年期間，廉署完成了3宗行政申訴個案的立案調查，並發出勸喻及建議，涉及事項為“人員招聘程序中的學歷審查機制以及紀律程序預審員的委任”、“懷孕公務人員因產前保健/檢

5.1.1.2 Investigação mediante instrução de processo

Em 2006, três casos foram objecto de investigação pelo CCAC, e culminaram com a emissão de recomendações e sugestões. No anexo ao presente relatório encontram-se os resumos desses três casos cujas matérias dizem respeito ao «mecanismo de verificação de habilitações académicas e nomeação de instrutor de processo disciplinar», «faltas por cuidados de saúde/exame pré-na-

查而缺勤”及“《公共地方總規章》有關未成年人違法責任的規定”，有關個案的撮要詳見附件。

5.1.2 求助諮詢

2006年廉署共收到753宗求助諮詢個案，同比有近24%的升幅，當中升幅尤為明顯的，主要有經屋/社屋方面升逾四倍、非法工作方面則逾一倍、交通違例方面亦逾八成，反映本年社會關注的民生焦點問題。

至於非廉署權限的求助諮詢個案亦占了整體數字的16%，與2005年相若。值得關注的是，當中涉及私人領域的求助諮詢，2005年及2006年均占逾35%。事實上，許多市民向廉署投訴非屬權限的問題，部分甚至涉及私人貪污舞弊行為，反映不少市民認為廉署應有權處理這些問題。

另一方面，2006年與《公務人員廉潔操守指引》相關的求助諮詢個案，比2005年減少逾三成。這主要是各部門/機構基本上已製作了內部廉潔守則並落實推行，而廉署亦一直提供協助以完善守則及確保其有效實施。

tal das funcionárias públicas», bem como as «normas sobre a responsabilidade pela infração de menores previstas no Regulamento Geral dos Espaços Públicos».

5.1.2 Pedidos de Consulta

Em 2006, os pedidos de apoio e consulta recebidos no CCAC totalizaram 753, o que corresponde a uma subida de 24% comparativamente ao ano anterior. De salientar que a subida com maior visibilidade recai sobre os pedidos relativos à habitação económica/social, que mais que quadruplicou, trabalho ilegal com mais do dobro e transgressões ao Código da Estrada com mais 80%, o que espelha as questões do quotidiano que mereceram a atenção da sociedade.

No que se refere aos pedidos de apoio e consulta que não competem ao CCAC, representaram também 16% do total, sensivelmente igual ao número registado em 2005. Os pedidos de consulta relativos ao sector privado representaram 35% em 2005 e 2006. Com efeito, muitos cidadãos apresentaram queixas fora da competência do CCAC, sendo parte delas relacionadas com corrupção e fraudes no sector privado. Segundo a opinião de muitos cidadãos, o CCAC deve ter poder para tratar destas questões.

Por outro lado, em 2006, o número de pedidos de apoio e consulta em relação às «Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública», em comparação com o de 2005, sofreu uma redução de 30%. Isto deve-se principalmente ao facto dos serviços/entidades terem basicamente elaborado e implementado os seus códigos internos, com o apoio do CCAC ao seu aperfeiçoamento e garantia da sua execução eficaz.

圖表十七

2006年行政申訴範疇求助諮詢個案涉及內容

涉及問題	數量
公職制度（人員權益、聘用、紀律操守及財產申報）	174
市政	72
廉潔操守指引	61
交通違例	58
勞資糾紛	40
經濟房屋及社會房屋	25
違法工程	24
公務採購	15
稅務	15
非法工作	14
醫療衛生	13
社保	11
就業培訓	6
教育	6
其它	95
非本署權限（私人領域及訴訟案件）	124
總計	753

QUADRO XVII

ASSUNTOS CONSTANTES DOS PEDIDOS DE APOIO E CONSULTA NA ÁREA DE
PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2006

Assuntos	N.º de pedidos
Regime de Função Pública (direitos e interesses do pessoal, recrutamento, gestão interna bem como disciplina e abuso de poder)	174
Assuntos municipais	72
Orientações para uma Conduta Íntegra	61
Transgressões ao Código da Estrada	58
Conflitos laborais	40
Habitação económica e social	25
Obras ilegais	24
Aquisição de bens e serviços	15
Regime fiscal	15
Trabalho ilegal	14
Cuidados de saúde	13
Segurança social	11
Formação pré-emprego	6
Educação	6
Outros	95
Fora da competência do CCAC (Sector privado e acções judiciais)	124
Total	753

5.2 審查

5.2.1 制度審查

審查工作方面，2006年，廉署完成了《有關完善立法會選舉制度的分析研究》和《行政當局針對私人樓宇的使用及管理不善所具有的介入權》兩項制度審查，相關報告已送交行政當局，以下為審查報告的總結部分：

5.2.1.1 《有關完善立法會選舉制度的分析研究》

自葡萄牙承認澳門為中國的一部分後，雖然仍繼續其對澳門的管治，但容許澳門有本身的立法機關，由立法會與總督共同分享立法權。立法會議員的組成，除了一部分由總督委任外，尚有另一部分由選舉產生，而選舉則分直接和間接兩種模式。

回歸前，基於種種因素，由立法會真正行使立法權、制定法律的情況大大不及總督，澳門的管治決策仍然掌握在澳葡當局的手上。澳人在立法會的角色相對被動，主要作用在於針對澳葡當局的管治決策，提出會否與澳門整體社會明顯格格不入或造成重

5.2 Pesquisa

5.2.1 Pesquisa de Regimes Jurídicos

Em 2006, o CCAC concluiu e submeteu ao Governo da RAEM, dois projectos de pesquisa de regimes jurídicos, um sobre «Estudo sobre o aperfeiçoamento do regime eleitoral para a Assembleia Legislativa» e o outro sobre «O poder de intervenção da Administração sobre a utilização e má administração dos edifícios privados». Passamos agora a apresentar os resumos dos dois relatórios.

5.2.1.1 «Estudo sobre o aperfeiçoamento do regime eleitoral para a Assembleia Legislativa»

Depois do reconhecimento por Portugal de que Macau era parte integrante da China, e apesar de a administração sobre Território de Macau continuar a ser por si exercida, foi consentido que o Território dispusesse de órgãos legislativos próprios, sendo o poder legislativo partilhado pela Assembleia Legislativa (doravante AL) e pelo Governador. A AL era constituída por deputados nomeados pelo Governador e por deputados eleitos por sufrágio directo e indirecto.

Antes do retorno de Macau à China, a AL mostrava-se muito menos dinâmica do que o Governador no exercício do poder legislativo e na produção de leis, devido a múltiplos factores. Na verdade, o poder decisivo sobre a governação do Território continuava nas mãos da Administração Portuguesa. Restava às gentes locais que integravam a AL um papel relativamente passivo,

大衝擊的意見。澳人議員的角色較突顯在平衡澳葡當局的決策上，而議員個人及其利益界別的優越性則未見有明顯的反映。在這客觀環境下，不論直選或間選，長期以來均沒有出現激烈競爭的局面。直至臨近澳門回歸中國的時期，社會上有較多的利益界別人土開始意識到，如其取得立法會議員的席位，便能為自己和所代表的利益界別爭取更多利益。於是選舉開始出現了競爭激烈的局面，而1996年的立法會選舉，更被輿論評為一次賄選情況嚴重的選舉。

回歸後，在落實澳人治澳的國家治澳方針的前提下，立法會過去存在的以澳葡當局和澳人代表形成的兩大板塊局面已不再存在。雖然選舉制度與過去的分別不大，但不論是由行政長官委任、抑或是透過間選或直選晉身立法會的議員，都是澳門人的議員。他們之間並非以管治理念來識別，加上大都有其本身的社團背景，而社團又是在直選和間選中支持相關議員當選的主力組織。所以，不少人便會以各議員背後所代表的利益界別來將彼等區分，並形成了獲取利益的意識：特定利益界別（社團）→參選人→參選人當選→當選者和相關利益界別均自管治政策中受惠。根據廉署在回歸後針對首兩屆立法會選舉執行工作所得的經驗，這種互動互利的折射作用，導致在制度上幾乎不受任何監管的社團，在選舉中扮演著重要的角色，成為政治活動的核心組織及有意晉身立法會人士的“買票”工具或動員對象；至於大型企業，則可利用其僱主地位和數目龐大的員工隊伍等優勢來“勸誘”選票。所以，在這種背景下進行的選舉活動，蒙上了不少賄選陰霾，嚴重影響特區的廉潔形象。廉署經過對選舉期間和前後出現的情況進行分析，並將本澳的選舉制度和香港、葡萄牙及台灣的相关制度從實務操作的角度進行了比較，再從社團在政治活動中所扮演的角色與社團制度本身是否適應方面作出了深入的探討，總結出以下幾方面的建議，旨在完善現行的立法會選舉制度：

1. 對於一些涉嫌違規的選舉宣傳行為，選舉委員會的適時行動係維護選舉公平公正的關鍵，對提升立法會選舉的公平、公正

que consistia essencialmente em pronunciar-se sobre a eventualidade de as decisões políticas da Administração estarem em manifesta desarmonia com a conjuntura social do Território ou de causarem grande impacto negativo. Uma vez que a actuação dos deputados apenas se destacava em contrabalançar as políticas da Administração Portuguesa de Macau, não era muito visível a defesa dos seus interesses pessoais e do círculo de interesses sociais que representavam. Neste contexto, não se assistiu, durante muito tempo, a forte afluência nas eleições legislativas, quer por sufrágio directo quer por sufrágio indirecto. Com a aproximação da data do retorno de Macau à China, na sociedade começou a despertar a convicção entre muitos indivíduos, pertencentes a diferentes círculos de interesses sociais, de que: quem conseguir obter um lugar na AL terá em vantagem para obter mais interesses pessoais e do círculo que representa. Disputas intensas começaram a surgir nas eleições legislativas. Foi o que aconteceu no processo eleitoral de 1996, que, na opinião pública, foi gravemente atingido pela corrupção eleitoral.

Após o retorno, com a aplicação do princípio político nacional de «Macau ser governado pelas suas gentes», foi posto fim à constituição da AL por dois blocos de deputados, os representantes da Administração Portuguesa e os da sociedade local. Embora o actual regime eleitoral não apresente grandes diferenças em relação ao anterior, os deputados, quer os nomeados pelo Chefe do Executivo quer os eleitos por sufrágios directo ou indirecto, já são todos gente de Macau. Acresce que os deputados não são identificados pelas suas ideologias político-governativas mas sim, pelas ligações que a maioria deles tem com as associações, que constituem as principais forças de apoio às respectivas candidaturas nos sufrágios directo e indirecto. Por esta razão, numerosas pessoas distinguem os deputados pelos círculos de interesses sociais que estes representam e formam a consciência de obter benefícios através da participação política: círculo de interesses sociais específicos (associação) Æ candidato Æ candidato eleito Æ políticas governativas benéficas para o eleito e para o círculo que representa. Em jogo está a reciprocidade de benefícios, tal como constata o Comissariado, a partir da experiência adquirida no exercício de funções no decorrer dos dois primeiros processos eleitorais para a AL, após o retorno. Como resultado, as associações, sobre as quais o regime eleitoral não exerce quase nenhum controlo, desempenham um papel importante nas eleições, tornando-se em organizações nucleares na vida política, bem como em instrumentos para «compra de votos» ou de mobilização para os interessados a um lugar na AL. Há ainda a referir que as empresas de grande dimensão, pelo seu estatuto de empregador e pelo elevado número de pessoas que empregam, oferecem maiores facilidades para a «persuasão e captação» de votos. Sobre este pano de fundo, as eleições decorrem à sombra da corrupção eleitoral, o que causa graves prejuízos à imagem de integridade da RAEM. Com base na análise dos casos detectados no decorrer dos processos eleitorais, e nas respectivas fases anterior e posterior; no estudo comparativo sobre a prática do regime eleitoral do Território com o de Hong Kong, Portugal e Taiwan; e no estudo aprofundado da conformidade entre o papel das associações na vida política e o regime a que estão sujeitas, o Comissariado formula as seguintes sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do actual regime eleitoral para a AL:

1. Em relação a alguns dos actos de propaganda eleitoral que se suspeite serem irregulares, a intervenção da Comissão Eleitoral em momento oportuno é a chave para assegurar que as

形象具有重要作用。為使選委會能全面發揮其監督選舉的角色，以及針對一些違規的情況及早加以預防或制止，有必要將選委會定為常設機關，以確保選舉活動的有序開展。

2. 一些關於選民登記的偽造行為，例如透過虛假資料令有效的選民登記被取消，尚未納入現行《澳門選民登記法》的制裁範圍，形成了漏洞。故有需要制定一項概括性規定，以涵蓋所有未直接納入現行規定的偽造行為。

3. 另一方面，為完善現行的選舉制度，建議借鑒香港、葡萄牙和台灣的部分立法經驗。

3.1 香港對界定賄選犯罪、限制選舉宣傳和經費方面有下列五項值得引進之處：

a) 將賄賂候選人或準候選人的舞弊行為列為犯罪；

b) 引入類似香港所定的有關“在選舉中賄賂選民或他人的舞弊行為”規定，以有效針對：i) 誘使他人作選民登記，以影響投票意向；ii) 其它形式的買賣選票；以及 iii) 賄賂社團領導層或以捐助社團的方式買票等舞弊行為加以懲處；

c) 透過界定“選舉聚會”的方式，明確禁止向選民提供飲食、娛樂及旅遊等款待以影響其投票意向；

d) 任何人未經授權而招致選舉開支均予處罰，以免出現不當地透過他人作選舉宣傳和規避選舉開支上限的情況；

e) 縮減選舉開支上限至合理水平，避免造成“銀彈競選”的不公平現象。

3.2 至於在法律體制上與澳門有深厚淵源的葡萄牙，其現行選舉制度在刑罰設定和各種選舉舞弊犯罪的界定方面也有以下四項值得借鑒之處：

a) 由於買票賣票活動對選舉的公正性和地區政制的信心所造成的危害，並不會因未遂而減輕，故針對犯罪未遂及實行未遂的處罰應與犯罪既遂相同；

eleições decorram de forma justa e contribui, em muito, para a melhoria da imagem de justiça das eleições legislativas. Para assegurar a plena realização das operações eleitorais, é necessário determinar que a Comissão Eleitoral seja um órgão permanente, por forma a permitir o desenvolvimento pleno do seu papel de supervisão das eleições, com tomada de medidas preventivas e supressivas das irregularidades.

2. Há actos de falsificação praticados pelos eleitores que ainda não estão acautelados pela actual Lei do Recenseamento Eleitoral de Macau. É o caso do fornecimento de elementos falsos que resulta na anulação da inscrição válida no recenseamento eleitoral. Para suprir a lacuna, é necessário estabelecer uma norma genérica, que abranja todos os actos de falsificação que não estejam acautelados pelo actual regime.

3. É aconselhável tomar como referência algumas das experiências legislativas como são as de Hong Kong, Portugal e Taiwan, por forma a aperfeiçoar o actual regime eleitoral para a AL.

3.1 Relativamente à prática de Hong Kong, no respeitante à definição do crime de corrupção eleitoral e às normas restritivas quanto à realização e aos fundos para a propaganda eleitoral, há cinco pontos que merecem ser seguidos:

a) Incriminar os actos de oferta de vantagens ilícitas (subornos) a candidatos e a futuros candidatos;

b) Estabelecer normas semelhantes às de Hong Kong, relativamente a «actos de oferta de vantagens ilícitas (subornos) a eleitores e outros nas eleições», tendo por objectivo punir os actos de corrupção como os de: i) pela indução de terceiro a inscrever-se no recenseamento eleitoral, influenciando o respectivo sentido de voto; ii) comprar e vender votos por outras formas; iii) comprar votos mediante a oferta de vantagens ilícitas a dirigentes de associações ou através de financiamento das associações;

c) Proibir, através da definição do «comício eleitoral», a oferta de comidas e bebidas, diversões e viagens e outras hospitalidades, para influenciar o respectivo sentido de voto;

d) Punir o responsável por actos de realização de despesas eleitorais sem autorização, de modo a prevenir casos irregulares de realização de propaganda eleitoral e de subtracção ao controlo, por terceiro, do limite de despesas eleitorais;

e) Reduzir o limite das despesas eleitorais para um nível razoável, evitando a injustiça originada pelas «candidaturas mais abastadas».

3.2 Relativamente ao regime eleitoral vigente em Portugal, país a que Macau mantém profundas ligações a nível de ordenamento jurídico, há quatro pontos, relativos à determinação de sanções penais e à definição dos crimes de corrupção eleitoral, que merecem ser tomados como referência:

a) Mesmo que se trate de actos sob a forma tentada, não se atenuam os prejuízos causados pelos actos de compra e venda de votos à justiça nas eleições e à confiança relativamente ao sistema político de uma região, pelo que as sanções aplicadas à tentativa e aos actos de execução não consumados, devem ser as mesmas que são aplicadas ao acto de crime consumado;

b) 採用開放式條款及概括性用語，以懲處各項偽造、欺詐、脅迫及買賣選票的行為，堵塞漏洞；

c) 針對職業上的脅迫，雖然《澳門選舉法》的規定與葡萄牙類似，但由於澳門的勞工法律制度對僱員的保障不足，所以針對選舉方面的防止職業脅迫機制不足以發揮實效，有必要加強對僱員的保障；

d) 採用“買賣選票”的表述方式，務求涵蓋各種以“利誘”手段獲取選票的行為。

3.3 至於同屬華人社會和實行資本主義制度的台灣，在選舉制度方面亦有下列四項可供借鑒之處：

a) 宜立法規定，以提供利益予社團領導層或以捐助社團的方式換取社員選票的行為亦屬違法；

b) 明文引入污點證人制度，以便因一時蒙蔽而輕易受賄的選民有將功贖罪的機會；

c) 盡量設立更多的投票站，以減少選民接受免費車輛接送投票的意欲；

d) 規定各相關部門和機構須向反賄選調查機關提供涉及清洗黑錢的可疑交易報告，提升反賄選工作的主動性和成效。

4. 對於一些未必適宜單純借鑒外地作法的其它妨礙“三公一廉”選舉的問題，本署尚有下列四項建議：

4.1 取消選民證，以提高買票賣票活動在組織和結算上的難度；

4.2 如不取消選民證，應以掛號信方式發送選民證，又或規定選民須親身或透過受權人領取選民證，以確保選民證能送到選民本人手上；

4.3 應限制公共部門領導主管或從事特定職能的公務員為他人公開作競選宣傳，以確保行政當局的中立形象；

b) Adotar normas abertas e expressões abrangentes para punir os actos de falsificação, fraude, coacção e compra e venda de votos, suprimindo assim as lacunas;

c) Quanto à coacção relativa ao emprego, as disposições da Lei Eleitoral de Macau são semelhantes às da legislação portuguesa, mas as garantias que o regime jurídico laboral de Macau prevê para os empregados revelam-se insuficientes. Fica assim comprometida a eficácia na prevenção da coacção relativa ao emprego no âmbito de eleições, devendo, por isso, ser reforçadas as garantias aos empregados;

d) Usar a expressão «compra e venda de votos», procurando assim que fiquem abrangidos os actos mais variáveis de obtenção de votos mediante atribuição de vantagens.

3.3 Relativamente ao regime eleitoral de Taiwan, região em que domina a comunidade chinesa e se pratica o sistema capitalista, tal como em Macau, há também quatro pontos merecedores de referência:

a) Produzir normas legais determinando que são ilegais os actos de oferecimento de vantagens a dirigentes de associações ou de concessão de financiamento a associações, em troca de votos dos seus associados;

b) Introduzir o regime de suspeito-testemunha, proporcionando aos eleitores comprometidos instantaneamente pela oferta de vantagens ilícitas que tenham a oportunidade de reparar esta situação;

c) Instalar o maior número possível de assembleias de voto, evitando que os eleitores recorram aos transportes gratuitos para se deslocarem a estas assembleias para votar;

d) Impor aos respectivos serviços e instituições o dever de apresentarem relatório sobre transacções suspeitas de branqueamento de capitais, aos órgãos de investigação da corrupção eleitoral, de modo a contribuir para que o trabalho de combate à corrupção eleitoral seja mais activo e eficaz.

4. Existem ainda outras circunstâncias que podem pôr em causa a transparência, igualdade, justiça e integridade nas eleições, e para as quais não é recomendável a simples observância das práticas no exterior, pelo que o Comissariado apresenta mais quatro sugestões:

4.1 Cancelar o cartão de eleitor, de modo a dificultar a prática de compra e venda de votos tanto na sua organização como na liquidação dos montantes envolvidos;

4.2 No caso de não ser cancelado o cartão, fazer a sua entrega através de carta registada ou impor a presença pessoal do eleitor ou a indicação de um procurador para a obtenção do respectivo cartão, tendo por objectivo assegurar que o cartão seja entregue em mãos ao seu titular;

4.3 Impor restrições ao pessoal de direcção e chefia dos serviços públicos e aos funcionários públicos com funções específicas na propaganda eleitoral em favor de terceiro, por forma a assegurar a imagem de imparcialidade da Administração;

4.4 提高對勞動者的保障，特別是針對僱主的單方解約權方面定出較嚴格的限制或提高補償額，以遏止或減少因拉票而進行的職業上脅迫。

5. 由於社團為本澳市民進行政治活動、行使政治權的核心組織，但現行的社團制度卻存在不少缺陷，包括不利於維護行政當局的中立形象；不利於選舉開支的界定與結算，難以監控選舉經費來源；間選法人選民資格的認定不能反映其在相關界別的代表性與認受性等。因此，從長遠角度，有必要考慮以下政策：

5.1 就政治活動的核心組織重新界定，特別是現時名存實亡的政治團體制度；

5.2 如仍維持目前的狀況，即任何社團均可在政治活動中扮演核心角色，便有必要完善現行的社團制度，尤其是從下列四方面入手：

a) 在社團的組成方面，應對成員的澳門居民身份有一定比例的要求，而在社員的數目方面亦應設定下限，又或最低限度針對法人選民的社團設定下限；

b) 帳目方面應訂立適當的監管制度，特別是關於收入來源和開支方面，以及訂明在某些特定情況下的公布機制；

c) 關於間選的法人選民資格的獲取方面，有必要提高門檻，尤其須將社團在擬獲確認的利益界別中是否具備一定的代表性和認受性列作申請法人選民資格的條件；另外，也有必要考慮是否有需要將投票權的分配作出修訂，以免那些純為選舉而成立的社團可與長期實際運作、更具代表性和認受性的社團同樣獲得相同票數的投票權；此外，對於有意取得法人選民資格的社團，也有必要審查其成員是否大部分亦屬另一已取得選民資格社團的成員，減少“影子社團”泛濫；

d) 訂立取消法人選民資格的機制，以確保法人選民具備最起碼的代表性與認受性，特別是將一些長期無運作、僅在選舉期間才“復甦”的社團剔除。

4.4 Prever mais garantias aos empregados, especialmente através da imposição de limitações mais rigorosas ou pela elevação dos montantes de compensação a pagar, relativamente ao exercício, pelo empregador, do direito de rescisão unilateral do contrato de trabalho, por forma a impedir ou reduzir os casos de coacção no emprego visando a captação de votos.

5. As associações são as organizações nucleares para a participação dos cidadãos locais em actividades políticas, no exercício do poder político. No entanto, o actual regime regulador das associações apresenta deficiências, as quais põem em causa a salvaguarda da imagem de imparcialidade da Administração, a determinação e cálculo das despesas eleitorais e a supervisão da origem dos fundos eleitorais, bem como inviabiliza que a capacidade eleitoral activa de uma pessoa colectiva no sufrágio indirecto espelhe a representatividade e a aceitação desta no respectivo círculo. Neste sentido, e numa perspectiva a longo prazo, torna-se necessário ponderar aplicar as seguintes políticas:

5.1 Proceder à redefinição das organizações nucleares para actividades políticas, especialmente no que toca ao regime das associações políticas, o que, na prática, só existe pelo nome;

5.2 No caso de manter-se a actual situação — isto é, qualquer associação pode desempenhar papel nuclear em actividades políticas —, é necessário aperfeiçoar o actual regime das associações, especialmente em quatro vertentes, a saber:

a) Sobre a composição da associação, deve ser imposto que uma determinada percentagem do n.º total de associados deve ser constituída por residentes de Macau e estabelecer, pelo menos em relação à associação que seja pessoa colectiva inscrita no recenseamento eleitoral, um número mínimo de associados;

b) Relativamente às contas, deve ser criado um regime adequado de supervisão, especialmente no respeitante às fontes de receitas e à realização de despesas, bem como estabelecer medidas que prevejam a publicação das contas em determinadas situações;

c) Sobre a obtenção, por pessoa colectiva, da capacidade eleitoral no sufrágio indirecto, devem ser estabelecidas normas mais exigentes, especialmente no sentido de incluir, nos requisitos do requerimento da capacidade eleitoral, o dever de confirmação da representatividade e da aceitação da associação requerente no respectivo círculo de interesses sociais. Também é necessário ponderar a revisão das normas referentes à distribuição do poder de voto, tendo por objectivo evitar que as associações criadas só para efeitos das eleições tenham direito ao mesmo número de votos relativamente àquelas que estão em actividade permanente, são mais representativas, conhecidas e aceites. Em relação às associações interessadas em adquirir capacidade eleitoral, torna-se igualmente necessário apurar se os seus associados fazem parte de outras associações que já possuem a mesma capacidade eleitoral, de modo a impedir o aparecimento excessivo de «associações fantasma»;

d) É recomendável que se estabeleça um regime de cancelamento da capacidade eleitoral da pessoa colectiva, de forma a assegurar o mínimo de representatividade e de aceitação das pessoas colectivas recenseadas, eliminando as associações que se encontrem em situação de inactividade prolongada e que só «ressuscitam» no período eleitoral.

6. 最後，不能忽略的是，賄選多發生於一些公民意識薄弱的社會。如果社會上買賣選票的行為普遍，就是意味著賄選者可以輕易地在“市場上”物色願意賣票的選民。所以，必須透過長期有系統的公民教育灌輸賄選的禍害，有針對性地加強市民的公民意識，使彼等能抵擋行賄者形形色色的利誘，讓廣大市民對賄選產生強烈的反感，自然會對遏止或減少賄選舞弊行為產生正面作用。

5.2.1.2 《行政當局針對私人樓宇的使用及管理不善所具有的介入權》

在尊重私人產權的原則下，對於私人樓宇的使用及管理，行政當局當然不應輕易干預，但當樓宇的使用或管理危及公共利益時，行政當局便應依法介入，如“現法”不善則應“修法”及“立法”；如“介入”不準便應改善操作。

綜合本澳社會所發生的多宗典型個案，基於私人樓宇的使用及管理不善而觸及公共利益的情況主要有：更改單位用途、違法工程、滋擾鄰居、占用樓宇共同部分等。

存在上述情況的原因多與小業主欠缺相關法律知識、無組織小業主會、無訂立《分層建築物管理規章》、難以滿足高要求的法定程序等有關。因此，當市民本身無論從主、客觀方面均難以解決這些涉及其私產的使用及管理問題時，便會求諸行政當局為彼等排難解困，特別是這些問題多同時構成行政違例行為，市民總期望當局能有效檢控及處罰，以省卻自己在小業主之間來回周旋。無奈現行法例卻不濟事，一方面，界定有關違法行為的法例未有就檢控程序作專門規定；另一方面，《一般制度》所定的規範又十分粗糙，行政當局難以掌握如何適用《行政程序法典》的規定，又適用《刑法典》及《刑事訴訟法典》的一般原則的準繩，加上法例又單純將“強制清拆”及“強制恢復原狀”作為最後手段，沒有顧及民生社會的認受性，導致徒有罰則而不能實施。

以下用圖表方式將這些涉及私人樓宇使用及管理不善的行政違例問題歸納。

6. Por último, não é de menosprezar que a corrupção eleitoral ocorra mais em sociedades em que se constata fraco grau do civismo dos cidadãos. A generalização da prática de compra e venda de votos significa que os corruptores podem encontrar facilmente no «mercado» eleitores dispostos a vender o seu voto. Deve, por isso, apostar numa educação cívica permanente e sistematizada a fim de dar a conhecer aos cidadãos os prejuízos provocados pela corrupção eleitoral, melhorando, assim, o grau de civismo. O que se pretende é que os cidadãos sejam capazes de resistir às tentações dos corruptores, nas suas formas mais variáveis, e que tenham uma forte aversão ao fenómeno, o que permitirá, que desta forma, se produza um efeito positivo para a repressão ou redução da prática da corrupção eleitoral.

5.2.1.2 «O poder de intervenção da Administração no âmbito da má utilização e administração dos edifícios privados»

Sob o princípio do respeito do direito à propriedade privada, é certo que a Administração deve adoptar uma postura menos intervencionista na utilização e administração dos edifícios privados, mas quando estes colocam em perigo o interesse público, a Administração deverá então, intervir nos termos da Lei. Se a legislação vigente não for adequada, deve ser alterada ou ser criada nova legislação. Se houver falhas na intervenção, devem ser melhorados os procedimentos.

Sintetizando, os vários casos típicos ocorridos em Macau, as principais situações que afectam o interesse público pela má utilização e administração dos edifícios privados são: a alteração do fim a que se destina fracção, as obras ilegais, as perturbações dos vizinhos e a ocupação das partes comuns do edifício.

A razão por que existem as situações acima referidas reside, principalmente, na falta de conhecimento dos condóminos sobre a respectiva legislação, na inexistência de assembleias gerais de condóminos e de um Regulamento do Condomínio, bem como na dificuldade em satisfazer os requisitos dos trâmites legais que são bastante exigentes. Por isso, quando um cidadão encontra dificuldades, tanto do ponto de vista subjectivo como objectivo, para resolver problemas relativos à utilização e administração da sua propriedade privada, recorre sempre à Administração para ultrapassar as suas dificuldades, especialmente quando estes problemas constituem simultaneamente infracções administrativas, esperando que esta autue e sancione com eficácia, sem que ele precise de lidar com outros condóminos. Porém, a legislação vigente não ajuda. Por um lado, na legislação que define as respectivas infracções há carência de normas que especifiquem o procedimento de autuação, por outro lado, as normas do «Regime Geral das Infracções Administrativas» são demasiado «deficientes», sendo por isso difícil à Administração controlar a aplicação do «Código de Procedimento Administrativo» ao mesmo tempo que aplica os princípios gerais do Direito Penal e do Direito Processual Penal, tanto mais que a legislação prevê unicamente, e sem ter em conta a aceitação por parte da sociedade, como medidas de último recurso, a «demolição coerciva» e a «reposição coerciva do estado original», tornando, por isso, inaplicável a penalidade existente.

Apresentamos resumidamente as questões relativas aos procedimentos adoptados após a constatação de infracções administrativas pela má utilização e administração dos edifícios privados.

圖一：經核實違法工程後當局須展開的程序

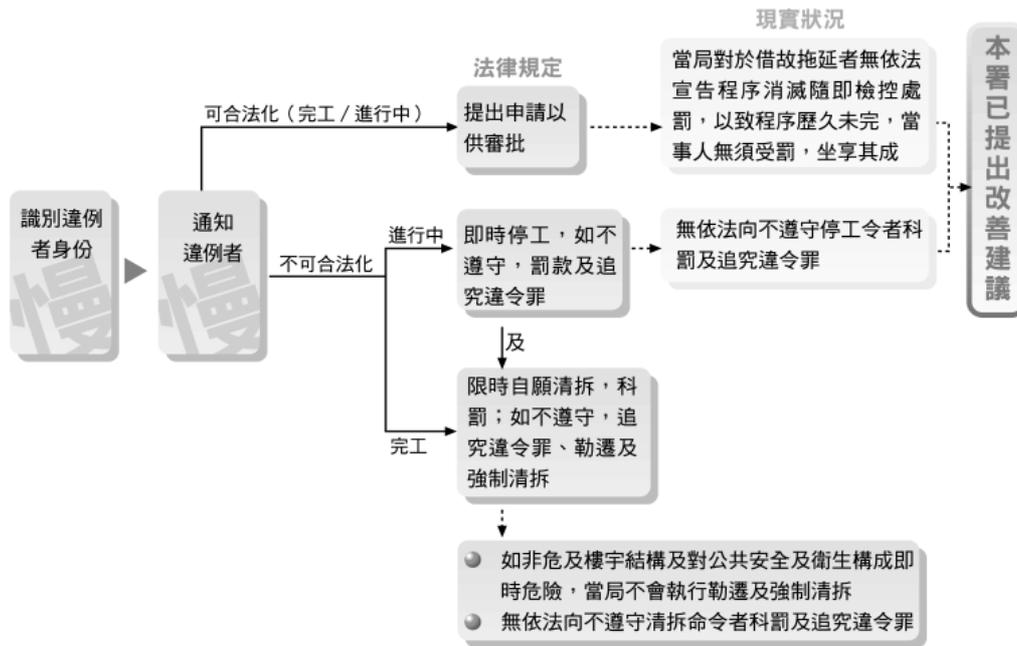
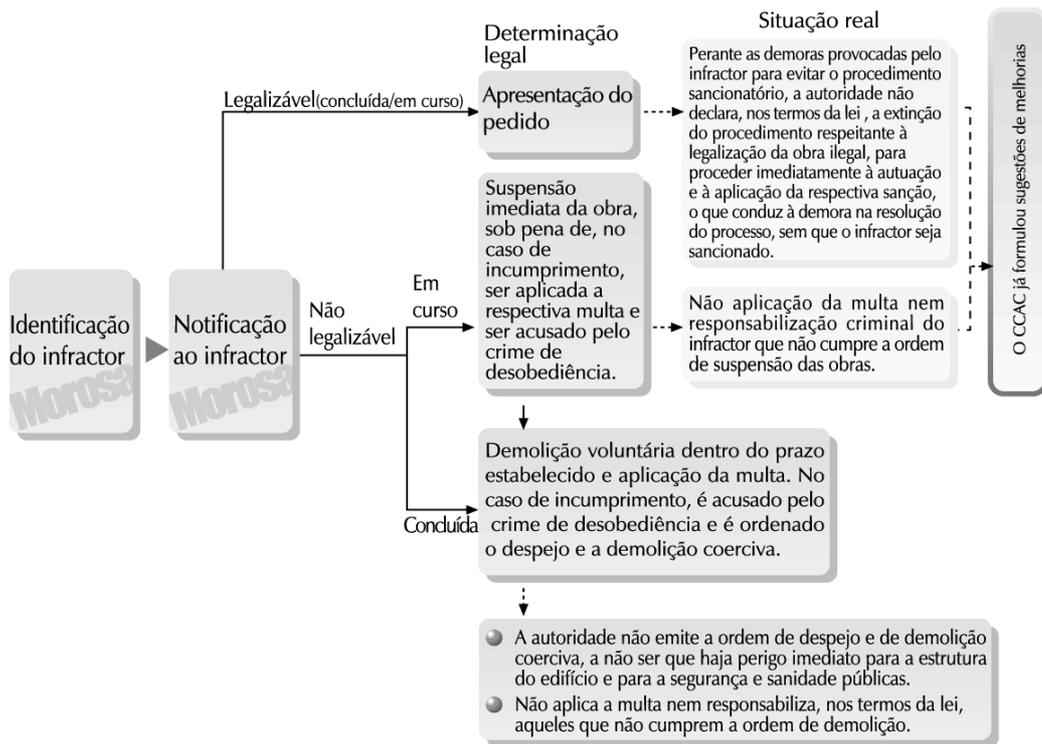


Figura 1: Os procedimentos da autoridade competente depois de verificada a existência de obras ilegais



上述兩“慢”的主要原因是現行《都市建築總章程》沒有確立
 立到場者有義務提供工程主或負責人的識別資料，亦沒有推定違
 例者在郵遞通知發出後若干日即視為已被通知的規範。當局雖依

A morosidade que se verifica nas duas situações acima referidas deve-se, principalmente, ao facto de o «Regulamento Geral da Construção Urbana» não ter previsto o dever das pessoas que se encontram no local da infracção de fornecer os dados de identificação do dono ou do responsável pela obra, nem ter estabelecido a presunção de que as notificações aos infratores se consideram feitas alguns dias depois do envio pelo Correio. Apesar da autoridade competente emitir, nos termos da lei, ordem provisória ou ordem definitiva de suspensão das obras, a falta do referido mecanismo, aliada ao facto de a autoridade com-

法發出臨時停工令及正式停工令，在欠缺上述機制的前提下，加上當局無積極採取有效措施（例如透過大廈管理機關）及省掉多餘措施（例如親身通知），造成“慢”上加“慢”。

至於違法工程經年處於“待合法化”階段而當事人無需受罰，以及依法須清拆的違法工程歷久長存，一方面，固然與當局未有積極執法（適時處罰、追究違令罪等）有關，另一方面，亦與《都市建築總章程》單純以“勒遷”及“強制清拆”作為最後手段有關，由於這些手段往往觸及居民的基本生活，在違法工程尚未危及樓宇結構及公共安全衛生等方面的前提下，當局有法難施，故有必要在這等最後手段以外另立其它更具實效的阻嚇手段。

事實上，針對違法工程的檢控及處罰程序中一些可在未修法階段先行完善的問題（例如查取資料、通知、跟進及檢控程序、提供資訊等方面），本署已在本年與工務局合作進行運作審查期間建議該局改善，並要求當局考慮運用《都市建築總章程》第76條第3款所賦予的立規權，透過行政長官的批示將相關操作程序進一步訂明。

petente não ter adoptado medidas mais eficazes (por exemplo, solicitando a colaboração do órgão de administração do edifício) nem ter afastado as medidas consideradas desnecessárias (por exemplo, a comunicação pessoal), agrava ainda mais esta «demora».

Quanto às obras ilegais que se encontram «por legalizar» durante vários anos, sem que os interessados tenham sido sancionados, e as obras ilegais que continuam a existir quando, nos termos da lei, deveriam ser demolidas, são situações que derivam, sem sombra de dúvida, por um lado, da falta de iniciativa por parte da autoridade competente em actuar (aplicação atempada da sanção e responsabilização criminal no caso de desobediência), por outro lado, do facto de o «Regulamento Geral da Construção Urbana» prever apenas o «despejo» e a «demolição coerciva» como meios a utilizar em último recurso. Como estes meios afectam as condições mais elementares da vida dos cidadãos, e enquanto as obras ilegais não colocam em perigo a estrutura do edifício e a segurança e sanidade públicas, torna-se difícil à autoridade competente aplicar a lei, pelo que se torna necessário estabelecer outros meios dissuasores mais eficazes para além daqueles.

Com efeito, em relação a alguns problemas que se verificam nos procedimentos de autuação e sancionatórios das obras ilegais (por exemplo, procedimentos de acesso aos dados de identificação, de notificação, de acompanhamento e de autuação, bem como a prestação de informações) e que são susceptíveis de serem aperfeiçoados antes da alteração da legislação vigente, o CCAC sugeriu, na sequência da pesquisa de funcionamento que foi realizada, no corrente ano, em colaboração com a DSSOPT, que as referidas melhorias fossem concretizadas e solicitou que fosse ponderado o exercício do poder regulamentar que é conferido pelo n.º 3 do artigo 76.º do «Regulamento Geral da Construção Urbana», no sentido de, através de Despacho do Chefe do Executivo, serem estipulados de uma forma mais clara os respectivos procedimentos operativos.

圖二：單純更改用途（例如住宅單位用作社團會址 / 貿易行 / 自由職業經營場所）

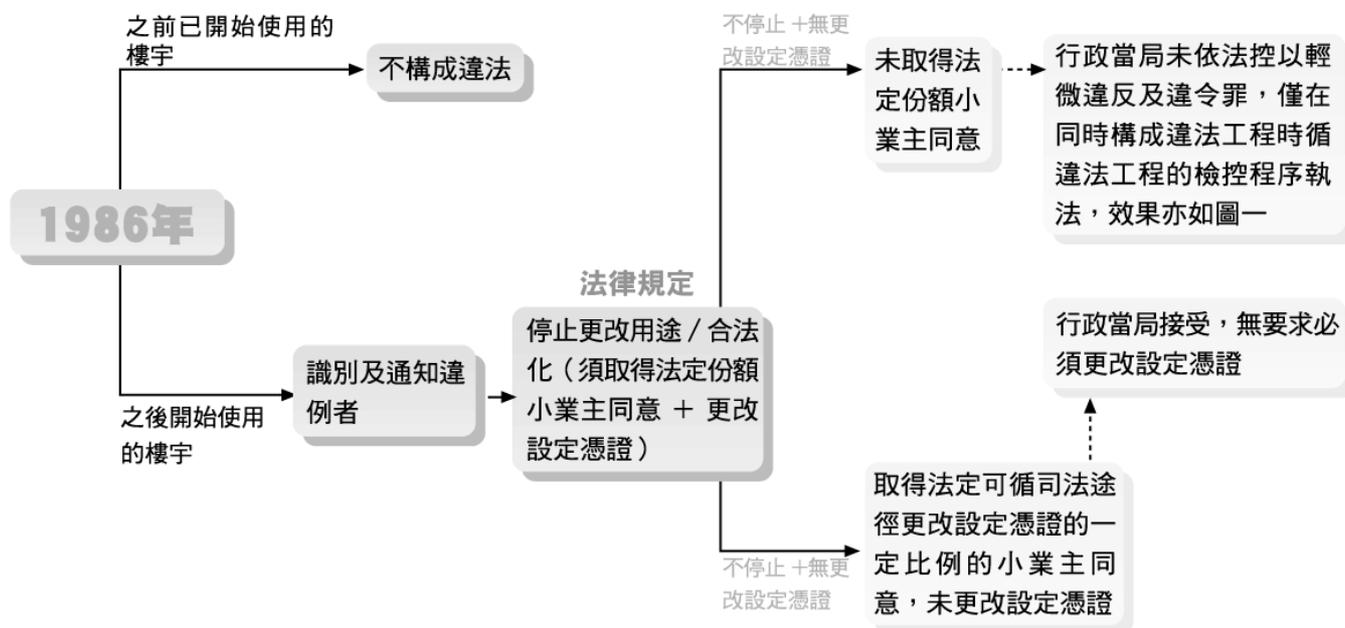


Figura 2: Mera alteração da finalidade do prédio (por exemplo, para servir de sede associativa/ de firma comercial/ para exercício de profissão liberal)



顯然，針對未取得大部分小業主同意而改變單位用途的情況，當局並未有依法追究當事人的刑事責任，而單純以“違法工程”名義進行檢控及處罰，在前述的執法與立法兩不全的前提下，效果不彰是無可避免的。

至於未取得足夠法定份額的小業主同意，但已具有一定比例足以循司法程序補足上述份額者，行政當局現時容許“免走司法程序”及“免正式更改設定憑證”的做法，實屬顧及社會現實之舉，因為司法程序耗費金錢、時間，正式更改設定憑證則會影響相關單位的市場價值及銷售出路。然而，行政當局的良政亦應有合法基礎，否則便會容易受到法律挑戰，導致公信力受損。

此外，對於1986年前已開始使用的樓宇，雖然不適用不當使用的檢控及處罰制度，對於此等樓齡不斷增高的建築物會否因改變其原定用途而造成結構上負擔或危及公眾安全，暫未見當局採取預防性的關注措施。

É óbvio que, em relação à alteração do fim a que se destina a fracção sem que tenha sido obtida a concordância da maioria dos condóminos, a autoridade não responsabiliza criminalmente o infractor nos termos da lei, mas apenas se limita a atuar e sancionar o infractor por «obras ilegais», caso estas existam. Desta feita, face às mencionadas deficiências quer de actuação quer de legislação, é inevitável que os efeitos sejam pouco visíveis.

Para os casos em que não tenha sido obtido o acordo dos condóminos em número legalmente exigido, mas sim em proporção suficiente para o respectivo suprimento, através da via judicial, a Administração admite a «dispensa dos trâmites judiciais» e a «dispensa da alteração formal do título constitutivo», numa atitude de consideração para com a verdadeira realidade social na medida que os procedimentos judiciais envolvem dispendio de dinheiro e de tempo, enquanto que a alteração formal do título constitutivo afecta o valor comercial da respectiva fracção. No entanto, esta política bem intencionada da Administração deve ter suporte legal, caso contrário, será fácil colocá-la num imbróglgio jurídico e daí, ficar prejudicada a credibilidade da Administração.

Além disso, os edifícios cuja utilização já ocorre antes do ano de 1986 não estão abrangidos pelo actual regime sancionatório. Mas, em relação a estes edifícios com «idade» mais avançada, cuja alteração da finalidade original possa representar um encargo para a respectiva estrutura ou perigo para a segurança pública, não se vê que a autoridade competente esteja a tomar quaisquer medidas «preventivas».

圖三：更改單位用途並無牌經營

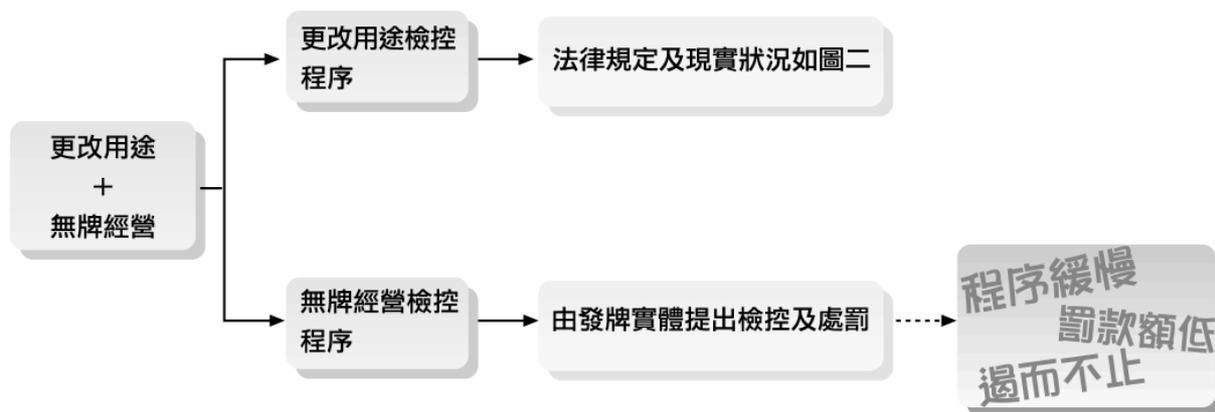
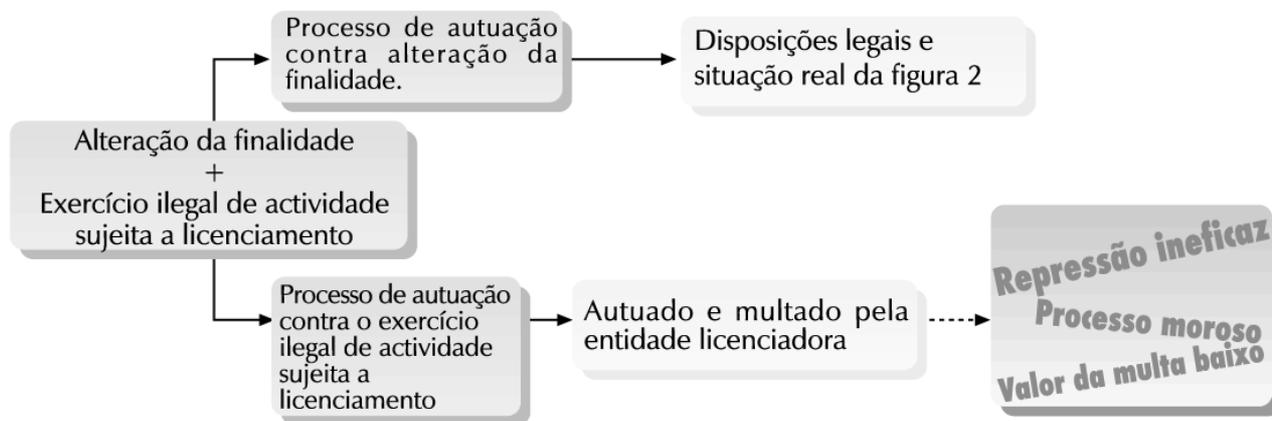


Figura 3: Alteração da finalidade da fracção e exercício ilegal de actividade sujeita a licenciamento



在實務上，當局僅針對當事人循“無牌經營”程序檢控及處罰，如同時存在違法工程，亦依違法工程程序檢控。一旦“無牌經營”的檢控因取證困難而不成功，即使有關單位改變用途後足以構成滋擾鄰居，當局亦不會以滋擾鄰居檢控。這樣，基於違法工程的檢控存在立法與執法上的缺陷，違法者便可逍遙法外。

至於“無牌經營”的檢控，由於相關准照制度往往適用《一般制度》，以致檢控及處罰程序需時甚長（關於《一般制度》所存在的問題，本署去年的制度審查報告《有關行政違例的檢控及執行程序的若干問題》已作分析），何況一些能順利檢控的個案又會因法定罰款額較低而難以發揮阻嚇力，故過而不止。

Na prática, a Autoridade competente autua e sanciona o infractor pelo «exercício ilegal de actividade sujeita a licenciamento» e, se ao mesmo tempo existirem obras ilegais, é também aplicado o procedimento sancionatório relativo às obras ilegais. Quando o procedimento sancionatório contra o «exercício de actividade sem licença» não conseguir prosseguir por dificuldades na recolha de provas, mesmo que a alteração da finalidade da respectiva fracção cause perturbações aos vizinhos, a autoridade competente nunca autua o infractor por perturbações aos vizinhos. Posto isto, graças às deficiências constatadas na legislação e na forma de aplicação desta nos procedimentos sancionatórios contra as obras ilegais, os infractores estão sempre livres de qualquer responsabilidade.

No que se refere ao processo de autuação contra o «exercício de actividade sem licença», e tendo em conta que no regime de licenciamento é aplicado o «Regime Geral das Infracções Administrativas», os procedimentos de autuação e sancionatórios são muito demorados (refira-se que no ano transacto, o CCAC realizou uma pesquisa sobre alguns dos problemas que existem no «Regime Geral das Infracções Administrativas» que culminou com a elaboração do «Relatório de pesquisa de algumas considerações sobre o procedimento acusatório e da aplicação de sanções contra as infracções administrativas» do ano passado). Acrescenta-se ainda que, o facto do valor legalmente fixado para a multa ser demasiado baixo, torna difícil a produção de efeitos dissuasores aos casos autuados, pelo que a repressão não é eficaz.

有必要強調的是，針對無牌經營例子中近期頗受社會關注的非法旅館問題，由於涉及當局對“存在以營商方式向公眾提供住宿並提供其他輔助服務”的認定，實不能單純以設施不具法定條件就否定其存在提供旅舍住宿的商業活動的基礎。因為提供旅舍住宿合同與單純屬民事性質的不動產租賃合同有區別，這問題已在本報告第三部分詳細分析，在此不再重複。

É de salientar que, em relação aos exemplos relativos ao exercício de actividade sem licença, nomeadamente o problema das «pensões» ilegais que recentemente mereceu a atenção da sociedade e que implica a confirmação da autoridade competente quanto à «prestação ao público de alojamento e outros serviços complementares com fins lucrativos», não se pode, com efeito, afirmar que não existe fundamento para proporcionar actividades comerciais de hospedagem apenas porque os equipamentos não satisfazem os requisitos legais, visto que o contrato de hospedagem é diferente do contrato de arrendamento de bens imóveis de natureza civil. Não vamos aqui repetir este problema, uma vez que ele já foi objecto de uma análise mais pormenorizada na Parte III deste relatório.

圖四：滋擾鄰居

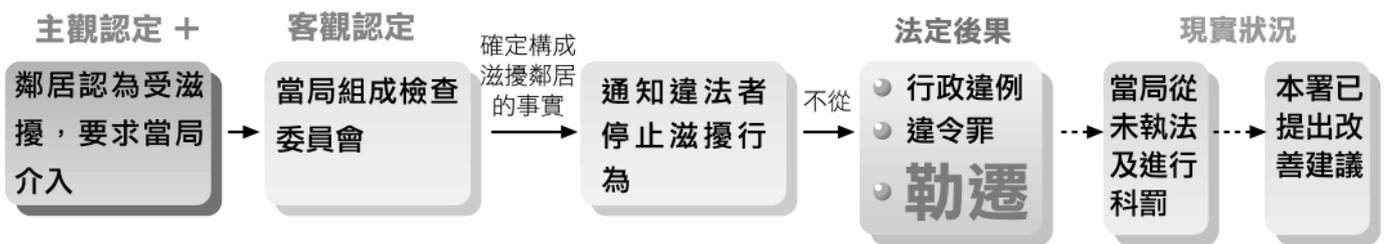
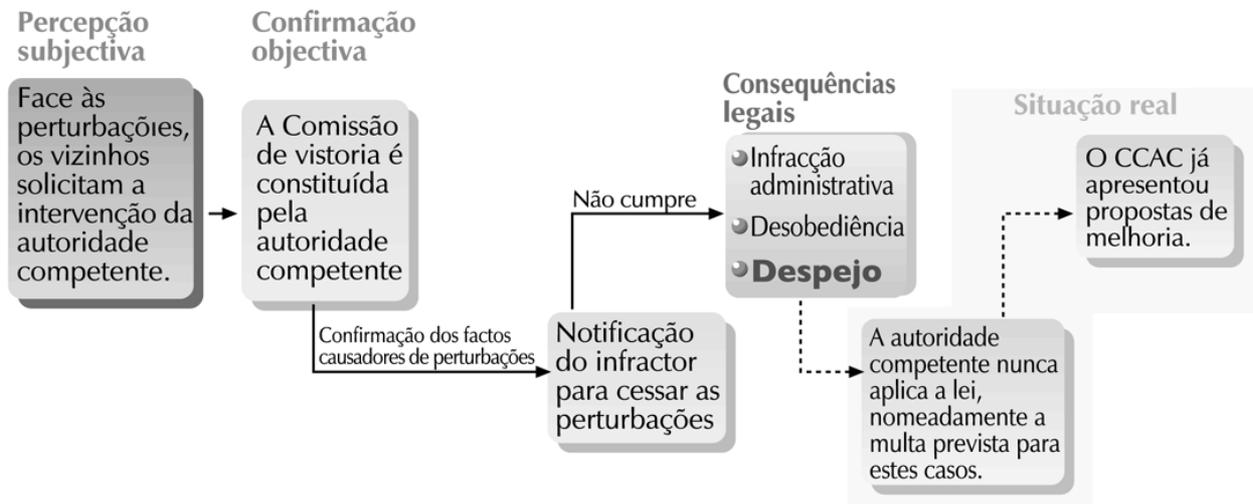


Figura 4: Perturbações aos vizinhos



根據《都市房地產的使用規範》，當局介入居民的鄰里關係取決於鄰居的主觀認定及當局的客觀確定，但該法例未有界定“鄰居”所應包括的範圍，對於構成“滋擾”的標準亦不夠清晰，實務上的確難以進行檢控，然而，當局卻因此而背上怠於執法的指控。另一方面，即使行政當局認真執法，針對不服從當局命令停止滋擾的違例者亦難以執行勒遷這最後手段。因此，當局在面對市民就滋擾鄰居的行為提出訴求時，往往進退維谷。

De acordo com a «Disciplina de Utilização de Prédios Urbanos», a intervenção da autoridade competente nas relações de vizinhança da população depende da percepção subjectiva dos vizinhos e da confirmação objectiva por parte da mesma. No entanto a citada legislação não define o âmbito em que os «vizinhos» devem estar abrangidos, nem é esclarecedora quanto aos critérios definidores das «perturbações», situação que tem dificultado, na prática, a atuação e, conseqüentemente originado vezes acusatórias de inércia contra a autoridade competente. Por outro lado, mesmo que a Administração pretenda aplicar a lei com seriedade, a aplicação do despejo como medida de último recurso aos infractores que não respeitem a ordem da cessação das perturbações não tem sido tarefa fácil para a própria Administração. Posto isto, face às queixas apresentadas pelos cidadãos contra os actos perturbadores, a autoridade competente vê-se normalmente perante um dilema.

針對當局的執法方面，本署已向當局建議在法例未及修改前，需要從維護公共利益的角度，訂出執法準則及程序，並在掌握一定的實務基礎後提出倘有需要的修法建議。

No que se refere à aplicação da lei por parte da autoridade competente, o CCAC já propôs que, antes da alteração da legislação, sejam estabelecidas normas e procedimentos de actuação, tendo em vista salvaguardar o interesse público e, depois de obter uma base prática, sejam apresentadas as propostas de alteração que se entenderem necessárias.

圖五：占用樓宇共同部分
(例如占用大廈內街、柱廊位擺賣蔬果、肉類或熟食，飲食場所占用大廈內街、柱廊位經營)

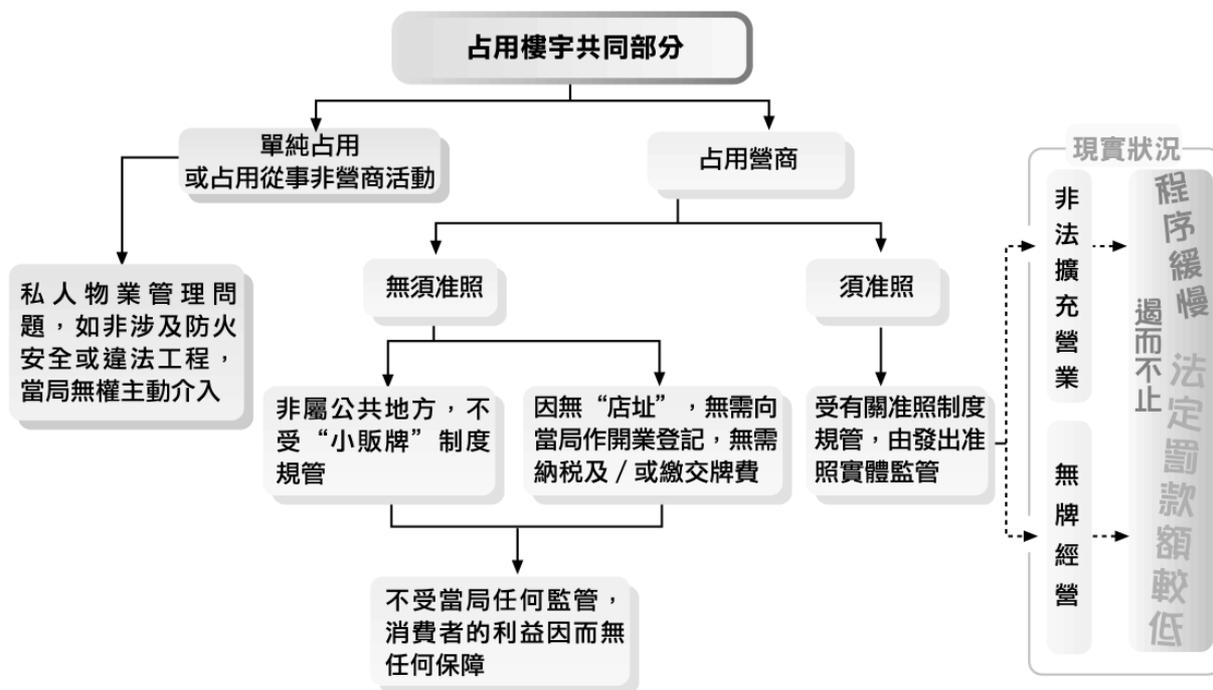
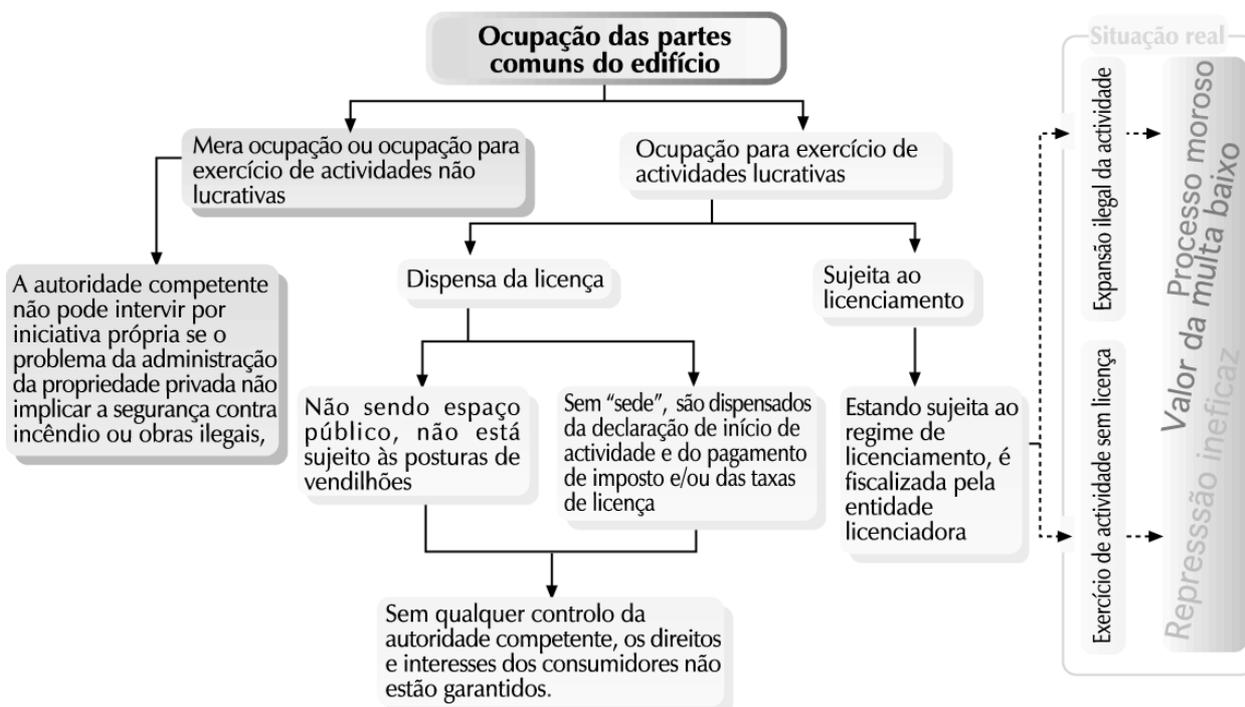


Figura 5: Ocupação das partes comuns do edifício (por exemplo, ocupação de corredores e arcadas para venda de frutas, carnes ou comidas cozinhadas e ocupação de corredores e arcadas por parte de estabelecimentos de comidas e bebidas para o exercício da sua actividade)



對於占用樓宇共同部分進行無需准照的營利活動，例如熟食檔、果汁檔等，鑒於不受現行法例規管，一旦銷售商品或食品存有衛生或安全問題，又或引發其它消費爭議，當局亦難以檢控。因為當局對經營者及其經營狀況等資料無“法定”登記機制，因此消費者的權益便得不到保障。不僅如此，經營者亦無需履行納稅義務，由此亦衍生稅務不公的問題。

至於占用樓宇共同部分經營須准照的活動，常見的違例情況包括非法擴充營業及無牌經營，鑒於當局進行有關檢控及處罰程序時，多須適用《一般制度》，以致需時漫長，而個別違例行為的法定罰款額亦較低，阻嚇力不彰。

針對上述各種涉及私人樓宇使用及管理不善所衍生的行政違例問題，本署已就一些可從操作方面進行完善的部分要求相關部門作出改善，當中包括加強有關法律制度的宣傳推廣工作¹、讓更多小業主認識參與樓宇的管理事務係維護自身利益的重要及有效途徑，並會繼續跟進其落實情況。至於完善立法方面，則歸納出下列建議：

1. 關於違法工程方面

a) 適當修改《都市建築總章程》，尤應引入以下規定：

i) 在違法工程現場的人士負有向當局提供工程主或工程負責人身份資料的義務；

ii) 推定當局人員將臨時停工令或禁止施工令交予在場者或適當張貼後即視作已向工程主／工程負責人作出；

iii) 針對處罰及清拆通知方面，推定掛號信寄出後的若干日視作已對違法者作出通知；

Dado que a ocupação das partes comuns do edifício para exercer actividades lucrativas não sujeitas a licenciamento, tais como as tendas de comidas cozinhadas e de sumos de frutas, não estão sujeitas à legislação vigente, o que propicia a ocorrência de problemas de higiene ou de segurança dos produtos ou dos alimentos, ou a insatisfação dos consumidores, torna-se difícil à autoridade competente proceder à autuação, visto que não dispõe de um registo dos dados «legalmente exigidos» dos operadores e da situação do seu exercício ficando, deste modo, sem garantia os direitos e interesses dos consumidores. Além disso, o facto de estes operadores estarem dispensados do cumprimento do dever fiscal, é uma injustiça fiscal.

Quanto à ocupação das partes comuns do edifício para exercício de actividades sujeitas a licenciamento, as infracções mais frequentes são as de expansão ilegal das respectivas actividades e o exercício de actividade sem a devida licença. Uma vez que a autoridade competente tem de recorrer muitas vezes ao «Regime Geral das Infracções Administrativas» para implementar os procedimentos de autuação e sancionatórios, tal provoca demoras nos respectivos processos. Por outro lado, uma vez que para determinadas infracções o valor da multa é baixo, são pouco viáveis os efeitos dissuasores.

Em relação às infracções administrativas resultantes da má utilização e administração dos edifícios privados, o CCAC já solicitou aos serviços competentes a melhoria das partes susceptíveis de aperfeiçoamento sendo de destacar, em termos de operacionalidade, o reforço da divulgação do respectivo regime jurídico¹, a fim de que haja mais condóminos a conhecerem a importância da sua participação nos assuntos relativos à administração do edifício, na defesa dos seus próprios interesses, e as vias eficazes para esse efeito, sendo estas melhorias objecto de acompanhamento por parte do CCAC. No tocante ao aperfeiçoamento da legislação, as propostas são sintetizadas nos seguintes termos:

1. Das obras ilegais

a) Alterar devidamente o «Regulamento Geral da Construção Urbana», principalmente pela introdução das seguintes normas:

i) Os indivíduos que se encontrem no local onde há obras ilegais têm por obrigação fornecer à autoridade competente os dados de identificação do dono da obra ou do técnico responsável;

ii) As notificações da ordem provisória de suspensão das obras ou do embargo das obras presumem-se feitas ao dono da obra / técnico responsável, quando são entregues às pessoas que se encontrem no local ou quando for precedida da devida afixação;

iii) As notificações relativas à aplicação de multa e/ou de ordem de demolição presumem-se feitas após um período de tempo (a estabelecer) depois da data do envio da carta registada ao infractor;

¹ 工務局現時已定期透過報章以專欄方式向公眾介紹與其職務相關的法律制度知識。

¹ A DSSOPT está a divulgar junto do público os regimes jurídicos e a legislação que têm a ver com as suas atribuições através da publicação regular de artigos de imprensa.

iv) 針對不自願清拆者加重處罰或加設罰則，如加重罰金或設置交易障礙，甚至限定違法工程罰款未清繳及／或違法工程未清拆以前，不可將單位轉讓（類似香港的“釘契”措施）。

b) 運用現行《都市建築總章程》所賦予的立規權——透過行政長官的批示，訂立監察違法工程（亦適用於滋擾鄰居）的實務操作程序及工作守則。

2. 非法更改樓宇單位的用途及 / 或滋擾鄰居

a) 修改《都市房地產的使用規範》：

i) 將單純改變單位用途與改變單位用途並無牌經營須預先申領行政准照的活動作分別處理，前者如不屬同時構成滋擾鄰居的情況，宜規定行政當局接獲樓宇一定份額的（如超過三分之一）小業主投訴後，應介入處理，後者則維持行政當局應主動介入的職權；

ii) 明確界定經一定份額小業主同意的單純更改單位用途，如不更改設定憑證，在法律上可產生的具體作用，特別是有關同意對嗣後方成為小業主者有何約束力方面；

iii) 明確界定構成滋擾鄰居的準則（如已成立業主會，宜訂明應參考業主會意見的機制）；

b) 為方便當局及早發現非法更改單位用途的情況，宜加強部門間合作，引入通報機制，由受理商業或開業登記的部門將相關資料通報監察部門；

c) 引入資料庫機制，以收集1986年前開始使用的樓宇的相關資料，例如樓宇的原訂用途及現時用途；

d) 對於非法更改用途及滋擾鄰居的監察工作流程及守則，亦宜善用現行法律賦予的手段——透過行政長官批示予以補充規範。

iv) Em relação àqueles que sejam refractários à ordem da demolição voluntária, é agravada a sanção actualmente prevista ou estabelecidas outras penalidades, como por exemplo, o agravamento do valor da multa ou a criação de entraves para a sua transacção e, até mesmo, a proibição da alienação da fracção antes da liquidação da multa devida e/ou da demolição das obras ilegais (medida semelhante à «charging order» que vem prevista na RAEHK).

b) Exercer o poder regulamentar que lhe é conferido pelo «Regulamento Geral da Construção Urbana» em vigor, estipulando, através de Despacho do Chefe do Executivo, os processos de operações de fiscalização das obras ilegais (aplicáveis também aos casos de perturbações aos vizinhos) e as regras de trabalho.

2. Da alteração ilegal da finalidade da fracção do edifício e/ou perturbações aos vizinhos

a) Alterar a «Disciplina de Utilização de Prédios Urbanos»:

i) Distinguir entre a mera alteração da finalidade e a alteração da finalidade para exercício ilegal de actividade sujeita a licenciamento prévio. Para o primeiro caso, quando não cause, ao mesmo tempo, perturbações aos vizinhos, seria conveniente prever a intervenção da Administração quando esta tenha recebido queixas dum número determinado de condóminos (por exemplo, quando for superior a um terço). Para o segundo caso, deve ser mantido o poder da Administração intervir, por iniciativa própria;

ii) Definir claramente quais os efeitos legais que podem ser produzidos pela mera alteração da finalidade da fracção mediante acordo de determinado número de condóminos sem alterar o título constitutivo, especialmente qual a força vinculativa deste acordo para os posteriores condóminos adquirentes;

iii) Definir claramente os critérios definidores das perturbações aos vizinhos (se houver assembleia geral de condóminos, é conveniente estipular que devem ser consultadas as suas opiniões).

b) A fim de facilitar que a autoridade competente possa detectar imediatamente as eventuais alterações ilegais da finalidade da fracção, é aconselhável que seja reforçada a cooperação interdepartamental e introduzido um mecanismo de informação, no sentido de ficar previsto que cabe aos serviços responsáveis pelo tratamento do registo comercial ou de recebimento das declarações de início de actividade transmitir as respectivas informações ao competente serviço de fiscalização;

c) Introdução de uma base de dados, no sentido de recolher as informações relativas aos edifícios cuja utilização é anterior ao ano de 1986, nomeadamente a finalidade original e actual dos edifícios;

d) No que se refere ao circuito e regras de fiscalização sobre a alteração ilegal da finalidade e dos actos perturbadores para a vizinhança, torna-se ainda conveniente rentabilizar os meios que são conferidos pela legislação vigente, i.e., o estabelecimento de regulamentação complementar através de despacho do Chefe do Executivo.

3. 占用大廈的共同部分

a) 檢討現行法例，對於在公眾可自由出入的樓宇共同部分進行的活動，如會危及公眾衛生及安全，明確賦予行政當局直接介入的權限；

b) 修改現行《營業稅規章》，將有關營商行為納入稅網或列作需登記的經營活動；

c) 如不修改《營業稅規章》，可考慮檢討現行的《小販條例》，擴大小販的涵蓋範圍，使之包括在大廈共同部分公開進行的營商活動，又或最低限度，規定有關營商者需向特定實體進行登記。

4. 其它法例

因應對上述涉及私人樓宇的使用及管理方面法例的修改，以及當局檢控程序的完善，在有需要時調整其它相關法例，例如《民法典》中涉及分層所有權的使用及管理方面的規範，以作配合。

5.2.2 運作審查

2006年，廉署分別與民政總署及土地工務運輸局開展運作審查，並跟進民政總署交通運輸部轄下駕駛執照處及衛生局改善措施的落實情況。

5.2.2.1 民政總署

運作審查項目

就交通運輸部車輛事務處的運作程序進行聯合審查，達成的改善措施主要如下：

1. 對行政手續指南的資訊進行全面審閱及修訂，確保內容一致。就以暗標方式競投特別編號、購買個人專有註冊編號，以及更改的士執照資料，詳細提供辦理手續。修訂櫃檯發證程序，訂明車主可自行領取新車登記摺。

2. 建立完整的EX牌紀錄系統，以提升管理效率。現時與EX/ES牌相關的罰款均以《道路法典規章》所規定的不定額罰款的最低金額科罰，宜適時對相關規定進行修訂，以符合實際情況。此外，亦考慮修法時訂明購買註冊編號的人士須於90日內使用。

3. Da ocupação das partes comuns do edifício

a) Rever a legislação vigente, no sentido de ficar expressamente previsto que à Administração assiste o poder de intervir directamente nas actividades que são exercidas nas partes comuns do edifício que são de acesso livre ao público e que possam causar perigo à sanidade e segurança públicas;

b) Alterar o «Regulamento da Contribuição Industrial» em vigor, passando estes actos de comércio a estar sujeitos à lei fiscal, ou classificá-los como actividades sujeitas a registo;

c) No caso de ser possível a alteração do «Regulamento da Contribuição Industrial», poder-se-á ponderar a revisão da «Postura dos Vendilhões, Artesões e Adelos da Cidade de Macau» em vigor, no sentido de se alargar o âmbito de cobertura dos vendilhões, passando estes a abranger também as actividades lucrativas que são exercidas nas partes comuns dos edifícios, ou, impondo, no mínimo, que os respectivos operadores efectuem o registo junto de determinada entidade.

4. Outra legislação

Com a alteração da legislação referente à utilização e administração dos edifícios privados e à melhoria dos procedimentos de atuação da autoridade competente, deverá ser actualizada, sempre que se entenda necessário, a legislação que esteja em correlação com esta matéria, designadamente a parte do Código Civil relativa à utilização e administração da propriedade horizontal.

5.2.2 Pesquisa de funcionamento

Em 2006, desenvolveram-se, em cooperação com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, pesquisas de funcionamento, e prosseguiu-se o acompanhamento da aplicação de medidas visando o aperfeiçoamento do funcionamento da Divisão de Condução dos Serviços de Viação e Transportes do IACM e da Direcção dos Serviços de Saúde.

5.2.2.1 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais

No âmbito do projecto de pesquisa sobre o funcionamento da Divisão de Veículos dos Serviços de Viação e Transportes, foi acordada a aplicação das seguintes medidas de aperfeiçoamento:

1. Proceder à revisão geral e alteração das informações constantes do «Guia de Formalidades Administrativas», com vista a assegurar a uniformidade do seu conteúdo. Disponibilizar os pormenores para tratamento de formalidades sobre aquisição de matrícula de número especial através de proposta fechada, aquisição de matrícula personalizada e alteração dos dados relativos ao alvará de táxi. Alterar o procedimento de emissão de documentos por balcões, estipulando-se que os proprietários de veículos possam levantar pessoalmente o livrete de veículo novo.

2. Criar um sistema de registo das chapas EX, para aumentar a eficiência da sua gestão. Actualmente, as multas relativas às chapas EX/ES são aplicadas nos termos do «Regulamento do Código da Estrada», no valor mínimo da multa (variável), pelo que é aconselhável proceder atempadamente à sua alteração, no intuito de corresponder à realidade. A par disso, pode considerar-se a hipótese de estipular que os adquirentes do número de matrícula devem utilizá-lo no prazo de 90 dias.

3. 檢討現時由個別商號向市民供應車牌的措施，研究改為只要商號遵守既定條件，均可供應；對提供不符規格車牌的商號，一律依法科罰。

4. 如車主在聽證中表明放棄使用車輛，則不需另外提出取消車輛註冊的申請。

5. 關於的士執照轉移的通知期限，除以登記局批准轉移的日期計算外，亦得以雙方簽署轉移文件的日期計算。

6. 關於工地／工場內使用的工業機器及舊發動機方面，宜改善對此接待查詢的效率。考慮接受由來源國認證機構發出的證明，以及取消現時得以本地商會發出的聲明書代替法定由來源國發出的檢驗合格證明書的措施；長遠而言，需檢討及修改相關法例，以符合社會實況。如申請人獲發“T牌”，但證明書失效後仍不領取，則申請人不需另外提交取消申請。對第一次申請及續期申請的審批規定及在實務上的執法力度進行檢討，並考慮以對外規範性批示的形式落實，以加強執法效力。檢討現時要求進口重型車輛須在十五日內進行特別檢驗的措施，考慮改為按照《道路法典》及《檢驗及確定機動車輛各種規格的規章》的規定，須在24小時提出檢驗申請，以及清除訂明豁免檢驗的準則及要求。將來，需透過對外規範性批示對臨時進口申請及“T牌”的發出作出明確及詳細的規範。

7. 對各類申請程序制定工作指引，統一執行程序及標準。

跟進運作審查

跟進2004年與民政總署交通運輸部駕駛執照處的運作審查項目，改善措施落實情況如下：

1. 各類資訊已統一制定及發布，個人資料的安全措施和查詢及投訴紀錄機制亦獲改善。

2. 駕駛考試方面，現已採用即日透過電腦抽出考官官及考車路線的機制。對考試前無法出示身份證明文件的情況已訂定相關的工作指引，並已改善逾時應考的紀錄方式。此外，已制定供公

3. Proceder à revisão do fornecimento de chapa de matrícula por parte das firmas comerciais credenciadas. Estudar a sua alteração, i.e., desde que observem condições pré-estabelecidas, podem, quaisquer firmas comerciais, fornecer as chapas de matrícula. Aplicar multas a todas as firmas comerciais que forneçam chapas de matrícula que não correspondam às especificações.

4. Se um proprietário declarar, em audiência, o abandono do seu veículo, não é necessário requerer o cancelamento da respectiva matrícula.

5. O prazo de notificação da transmissão do alvará de táxi, para além de ser contado a partir da data da autorização da transmissão por parte da Conservatória, pode ser contado a partir da data da assinatura do documento de transmissão por ambas as partes.

6. Sobre as máquinas industriais e os motores usados utilizados nos estaleiros de obras/oficinas, é aconselhável melhorar o atendimento dos respectivos pedidos de consulta. Considera-se a hipótese de aceitar os certificados emitidos por entidades de certificação do país de origem, bem como cancelar a declaração emitida pela associação comercial local que substitui o certificado de aprovação emitido por país de origem, nos termos da lei. A longo prazo, torna-se necessário rever e alterar a respectiva legislação, para a adaptar à realidade. Se tiver sido emitida uma chapa «T» a um requerente, mas este não a levantar até o certificado caducar, neste caso, o requerente não carece de requerer o seu cancelamento. Proceder-se à revisão das normas de aprovação do requerimento inicial e do requerimento de renovação, bem como de aplicação da Lei, considerando-se ainda a sua implementação por despacho regulamentar externo, com vista a reforçar a eficácia da aplicação da Lei. Proceder-se à revisão das actuais medidas que obrigam os veículos pesados importados a submeter-se, no prazo de 15 dias, à inspeção extraordinária, considerando-se a adaptação destas medidas ao «Código da Estrada» e «Regulamento das Inspeções e da Fixação de Diversas Características dos Veículos Automóveis», que obriga à apresentação do requerimento dentro de 24 horas, para além de remover os critérios e requisitos da isenção da inspeção. No futuro, deve clarificar-se e pormenorizar, através de despacho regulamentar externo, as normas do pedido de importação temporária e da emissão da chapa «T».

7. Elaborar orientações para procedimentos dos diversos pedidos, uniformizando o procedimento de execução e critérios.

Acompanhamento de pesquisa de funcionamento

Proseguiu-se o acompanhamento do projecto de pesquisa de funcionamento relativo à Divisão de Condução dos Serviços de Viação e Transportes do IACM desenvolvido em 2004. Foram implementadas as seguintes medidas de aperfeiçoamento:

1. Todas as informações foram elaboradas e divulgadas uniformemente enquanto que as medidas de segurança dos dados pessoais e os registos de pedido de informações e queixas foram aperfeiçoados.

2. Na área do exame de condução, está já a ser adoptado o sorteio dos examinadores e de circuitos de exame, por computador, no próprio dia do exame. Foram estabelecidas orientações quanto à impossibilidade de apresentar documento de identificação antes do exame. Também foi melhorada a forma do regis-

眾查閱的《辦理駕駛考試須知》及屬內部工作指引的《辦理駕駛考試注意事項》。

3. 對外國駕駛執照換領澳門駕駛執照的申請，統一收取外幣匯票。如申請人獲通知可辦理換領手續之日起六個月內不進行相關手續，將宣告有關程序消滅。

4. 隨著駕駛執照處前檯服務納入民署綜合服務中心內，各項工作流程及指引已獲制定及實施。

5.2.2.2 土地工務運輸局

就城市建設廳監察處對違法工程的處理程序進行運作審查，達成的改善措施主要如下：

1. 接待投訴時，主動向投訴人瞭解相關大廈是否已成立小業主會、物業管理公司名稱等資訊。對留下聯絡方法的投訴人，主動回覆跟進情況。完善投訴處理、違法工程及殘危樓宇的資訊管理系統，並研究建立條碼紀錄及追蹤文件系統，以改善文件及卷宗的管理。

2. 在安排人員執行違法工程的查核方面，改善公車安排，避免使用私人車輛執行外勤；並採用不固定分區和組合的工作分配機制。通過調整工程師及稽查員的工作範圍及增聘人員，以解決人力資源不足的問題；並透過培訓，提高人員的實務法律知識。進行實地查核前，須確保已掌握違法工程單位的業權人資料、大廈圖則等，以加快跟進及檢控程序。將自願拆除或提出工程合法化的通知與罰款通知合併，減省程序。對在限期內不清拆僭建物的物業所有人一律依法執行處罰。對影響大廈結構及公眾安全的僭建物立即開展清拆程序，而此程序的負責人員不應跟原處理相關僭建問題的人員重疊。

3. 綜合分析現行法例的規定，制定各項工作流程和守則，以提高執法水平、提升管理效率，以及增加提供資訊的準繩度。

4. 在現行法例未及修改前，聯同相關部門制定有效措施，以加強對違法工程的打擊力度及處罰的阻嚇力，尤其將違法工程的

to de atraso de comparência ao exame. A par disso, foram elaborados o aviso sobre o exame de condução para consulta do público e orientações internas sobre as questões a observar no exame de condução.

3. Nos pedidos de troca de carta de condução estrangeira por carta de condução de Macau, todos os pagamentos são efectuados através de letra de câmbio de divisas. Se o requerente não tratar das respectivas formalidades dentro do prazo de seis meses contados a partir da data da notificação de troca, o processo será declarado extinto.

4. Com a integração dos serviços da linha da frente da Divisão de Condução no Centro dos Serviços do IACM, foram já elaborados e implementados circuitos e orientações de trabalho.

5.2.2.2 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

No âmbito do projecto de pesquisa sobre o funcionamento do procedimento de tratamento relativo às obras ilegais da Divisão de Fiscalização do Departamento de Urbanização, foi acordada a aplicação das seguintes medidas de aperfeiçoamento:

1. Ao atender uma queixa, deve procurar saber-se se o respectivo edifício tem assembleia geral de condomínio e o nome da eventual empresa de administração. Responder pessoalmente ao acompanhamento dos denunciante que tenham deixado contactos pessoais. Beneficiar o sistema de gestão informática do tratamento de queixas, obras ilegais e edifícios em ruínas e estudar a criação de um sistema de código de barras e de gestão documental, bem como a melhoria da gestão de documentos e processos.

2. Melhorar a disponibilização de veículos do serviço para os fiscais das obras ilegais, evitando o uso de veículos particulares para diligências externas. Adotar um mecanismo de distribuição de trabalhos por zonas e composição de equipas não fixas. Resolver o problema da insuficiência dos recursos humanos através do ajustamento de trabalhos dos engenheiros e fiscais, bem como do recrutamento de pessoal. Enriquecer os conhecimentos jurídicos do pessoal através de formação. Assegurar-se da posse da identificação do proprietário da fracção autónoma onde existam obras ilegais e dos desenhos do edifício antes da inspecção in loco, de forma a acelerar o processo de acompanhamento e autuação. Fundir a notificação de demolição voluntária ou regularização das obras com o aviso de multa, poupando procedimentos. Multar nos termos legais todos os proprietários que não procedam à demolição das construções clandestinas dentro do prazo. Proceder à demolição imediata das construções clandestinas que afectem a estrutura do edifício e segurança do público. O pessoal responsável por este processo não deve ser o mesmo que trata de construções clandestinas.

3. Elaborar circuitos e regras de trabalho, mediante uma análise geral da legislação em vigor, no sentido de elevar o nível da aplicação da lei, melhorar a eficiência de gestão e aumentar a exactidão das informações prestadas.

4. Elaborar medidas eficazes em conjunto com os serviços competentes enquanto não estiver alterada a legislação em vigor, tendo em vista reforçar o combate às obras ilegais e o efeito dissuasor das sanções, nomeadamente arquivar os elementos das obras ilegais na Conservatória do Registo Predial, para consulta

資料存於物業登記局，以供有意購買相關物業的人士諮詢。長遠而言，探討“釘契”等手段的可行性。

5. 致力與大廈管理公司及小業主會加強溝通，合作預防及監察違法工程，並與物業管理界合作宣傳有關“簡單裝修工程”申請方面的資訊，以減低違法工程出現的機會。

5.2.2.3 衛生局

跟進運作審查

繼續跟進與衛生局分別於2001年及2003年進行的運作審查項目，獲悉最新情況如下：

各副體系的內部規章現正修訂中，並正草擬“手術同意書”及“知情同意書”。部份附屬單位已實行電子出勤系統，現正為須輪值的醫護人員編寫出勤紀錄程式。各衛生中心已安裝輪候顯示電子螢幕。已透過內部通告規定醫生紙的簽發必須符合親身核實的原則，且計算時間只可由診病時間起計。急診室分流機制已於2006年7月起試行。

5.3. 製作指引及舉辦講座/工作坊

5.3.1 “公務人員廉潔操守指引”推廣活動

廉署於2005年開展“公務人員廉潔操守指引”推廣活動，2006年也繼續為七個部門共725人舉辦了“持廉守正 端行亮節”講解會。

此外，廉署亦繼續跟進各部門內部廉潔守則的製作情況。至2006年12月底，55個公共部門/機構中的49個部門已製定了內部廉潔守則；4個部門仍在製定中；2個部門雖仍在製定中，但暫時實施廉署的《公務人員廉潔操守指引》作為過渡。值得一提的是，有個別部門的內部廉潔守則經過一年的實施後已進行了檢討。在跟進工作上，廉署除了瞭解各部門的守則製作進度外，更重要的是，對具體內容進行分析及提供技術意見。

為創造機會讓各部門分享製定及推行內部廉潔守則方面的心得，廉署舉辦了“持廉守正——經驗交流會”，共有240多位部

de quem pretenda comprar o respectivo imóvel. A longo prazo, estudar a viabilidade da utilização de medida semelhante a «charging order» que se aplica em Hong Kong.

5. Empenhar-se em reforçar a comunicação com as empresas de administração de condomínio e as assembleias gerais de condomínio, prevenindo e fiscalizando em conjunto as obras ilegais. Divulgar em conjunto com o sector de administração de imobiliário as informações sobre o requerimento das «obras de benfeitorias simples», minimizando as oportunidades de surgirem obras ilegais.

5.2.2.3 Direcção dos Serviços de Saúde

Os projectos de pesquisa sobre o funcionamento da DSS desenvolvidos em 2001 e 2003 continuaram a ser alvo de acompanhamento.

A alteração dos regulamentos internos das diversas subunidades está em curso enquanto que o «consentimento escrito para a proposta de intervenção cirúrgica» e a «declaração de consentimento» estão a ser elaborados. Algumas subunidades estão já a implementar o sistema electrónico de assiduidade. O programa informático do registo de assiduidade do pessoal de enfermagem que trabalha por turnos está a ser elaborado. Os Centros de Saúde estão já equipados de painéis electrónicos para indicar a ordem de espera. Já está estabelecido, através de aviso interno, que os atestados médicos devem ser emitidos na presença física dos interessados, sendo o período de faltas apenas contado a partir da data da consulta. A triagem de doentes está a funcionar na Urgência, a título experimental, desde Julho de 2006.

5.3 Produção de instruções e realização de palestras/workshops

5.3.1 Divulgação das «Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública»

Prosseguindo a divulgação das «Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública» que teve início em 2005, foram também realizadas em 2006 sessões de esclarecimento, subordinadas ao tema «Carácter nobre, conduta íntegra» para sete serviços, abrangendo um de total 725 pessoas.

A par disso, o CCAC continuou a acompanhar a produção dos códigos internos de integridade por parte dos diversos Serviços. Até finais de Dezembro de 2006, dos 55 serviços/entidades públicas, 49 serviços elaboraram o seu código interno, restando quatro serviços que ainda estão a trabalhar nesta matéria. De entre estes últimos, dois deles adoptaram provisoriamente as «Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública». Merece salientar-se que alguns serviços, depois de aplicarem durante um ano o seu código interno de integridade, procederam já à sua revisão. No que se refere aos trabalhos de acompanhamento, a análise do conteúdo do código interno e emissão de parecer técnico assumem grande importância para o CCAC, para além de procurar também saber como está o andamento da produção dos códigos internos de cada serviço em particular.

A fim de criar oportunidades para os serviços partilharem as suas experiências na elaboração e implementação dos seus códigos internos de integridade, o CCAC organizou um simpósio para troca de experiências sobre o «Carácter Nobre, Conduta

門領導及主管出席了會議。會議透過學術和實際操作兩個層面進行交流，並借鑒鄰近地區同行的經驗，集思廣益，互相啟發思考。

5.3.2 出版書籍和舉辦專題講座

為了加強廣大市民對政府部門運作和涉及民生法律的認知，以及加強公務人員對工作所涉法例的認知，廉署從過去數年處理的行政申訴個案中選取了31個較常見的或與市民生活較密切的真實個案，以簡單扼要的方式將事件的經過、涉及的部門、廉署的處理過程和結果加以整理，並輔以相關的法例條文，編輯出版《申訴有道——行政申訴個案實錄》。

另一方面，廉署亦繼續與社團合辦“維護權益 申訴有道”座談會，藉此加強市民對維護自身合法權益的認識。另外，也因應個別部門/機構的需要而派員主講以“公務採購”、“持廉守正”等為主題的講座，藉以提醒公務員公正無私地履行職責。

5.4. 人員培訓和學術研究

5.4.1 人員培訓

2006年，廉署繼續安排人員參加外地警務和反貪機構所舉辦的課程，包括北京中國人民公安大學的短期偵查知識培訓、香港廉政公署的總調查主任指揮課程。為了讓人員進一步瞭解調查工作與審判職能間的相互關係，廉署亦邀請本地資深司法官進行“調查與審判”方面的培訓。

5.4.2 學術研究

為推動澳門行政申訴制度的研究，探討有關制度在促進政府良好管治方面的功能和角色，藉以提高行政申訴制度在澳門的普及和認知程度，以及加強該制度在亞洲各國的推廣，廉政公署與澳門基金會聯合主辦“亞洲行政申訴制度比較研究獎勵計劃”，並公開接受申請。經評審後，已選出3份資助計劃，涵蓋的研究範圍除澳門外，還包括韓國、印度、日本、內地、香港、台灣等國家和地區，有關研究預計在2008年完成。

第六章 社區關係

2006年，廉政公署繼續透過各種渠道展開宣傳教育工作，促進社會的廉潔風尚，爭取市民支持廉政建設；同時，廉署也根據

Íntegra», em que estiveram presentes mais de 240 dirigentes e chefias dos serviços públicos. Através da troca de experiências, tanto a nível teórico como prático, e tomando como referência a experiência das regiões vizinhas, o CCAC pretende criar um ambiente propício à reflexão.

5.3.2 Publicação de livros e realização de palestras

Para reforçar o conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento dos serviços públicos e da legislação directamente ligada à vida quotidiana, e intensificar o conhecimento dos funcionários públicos sobre a legislação relativa aos trabalhos que desenvolvem, o CCAC seleccionou 31 casos reais, no âmbito da Provedoria de Justiça, casos mais frequentes ou que apresentam uma relação mais próxima com a vida da população, para publicar num livro em versão chinesa, intitulado «Casos tratados pela Provedoria de Justiça». Este livro descreve, de forma sucinta, a ocorrência de incidentes, os serviços públicos envolvidos, o procedimento de tratamento por parte do CCAC e o resultado, complementados com as respectivas disposições legais.

Por outro lado, o CCAC continuou a realizar palestras em colaboração com várias associações para os cidadãos saberem como melhor salvaguardar os seus direitos e interesses legítimos. E, consoante as necessidades dos serviços/entidades públicas, realizaram-se palestras sobre a «aquisição de bens e serviços» e «conduta íntegra», pretendendo chamar a atenção dos funcionários públicos para que cumpram os seus deveres com imparcialidade e justiça.

5.4 Formação de pessoal e investigação académica

5.4.1 Formação de pessoal

Em 2006, o CCAC continuou a enviar pessoal para participar em cursos de formação organizados pelas entidades policiais e de combate à corrupção do exterior, incluindo acções de formação de conhecimentos de investigação da Universidade de Segurança Pública Popular da China em Beijing e o curso de comando de investigador-chefe do Independent Commission Against Corruption de Hong Kong. Para os funcionários conhecerem melhor a relação entre a investigação e o julgamento, o CCAC convidou também os magistrados locais para ministrar formação sobre o tema.

5.4.2 Investigação académica

A fim de impulsionar a investigação do regime de provedoria de justiça de Macau, abordando a sua função e o seu papel na promoção da boa governação, divulgá-lo, bem como reforçar a promoção do regime nos países da Ásia, o CCAC organizou, em conjunto com a Fundação Macau, o «Programa de Bolsas para Estudo Comparativo de Sistemas de Provedoria de Justiça na Ásia». Feita a avaliação, foram seleccionados três projectos, cujo âmbito de investigação não só abrange Macau como também a Coreia do Sul, Índia, Japão, China continental, Hong Kong e Taiwan. A conclusão desta investigação está prevista para 2008.

CAPÍTULO VI

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Em 2006, as acções de sensibilização continuaram a ser desenvolvidas com vista a promover a integridade social e obter o

社會的發展，在鞏固過往工作的基礎上，調整宣傳策略，積極推廣行政申訴職能，加強青少年廉潔教育，以及擴大商業倫理的宣揚。而社區辦事處的設立，在方便居民投訴諮詢、推動居民對廉政建設的參與方面，發揮了良好的作用。此外，對外交流合作的不斷擴大，也提升了廉政工作的成效。

6.1 倡廉教育

2006年，廉署繼續展開對公務員、學生和社團、機構的倡廉教育。其中“持廉守正 端行亮節”公務員廉潔操守講座，隨著各部門內部廉潔守則的製訂而減少；另一方面，配合本澳經濟的急速發展，廉署加強了學生的廉潔教育和公共事業、私人機構的誠信文化宣傳。全年廉署共舉辦各類講座 366 場，參加人數達 23,720 人次。

廉政公署2000-2006年舉辦的各類講座，資料詳見以下總表：

apoio dos cidadãos na sua construção. Ao mesmo tempo, face ao desenvolvimento social, o CCAC adaptou a sua estratégia de divulgação, consolidando os alicerces lançados no passado, para além de divulgar de uma forma activa as suas funções de provedoria de justiça, reforçando a educação moral sobre a integridade da juventude e a propagação da ética nos negócios. A delegação do CCAC desempenhou um papel positivo, facilitando aos moradores a apresentação de queixas e participações, bem como pedidos de consultas, para além de contribuir para promover a sua participação na construção da integridade. Também o alargamento do intercâmbio e cooperação com o exterior contribuiu para melhores resultados na promoção da integridade.

6.1 Sensibilização para a integridade

Em 2006, o CCAC continuou a desenvolver as acções de sensibilização junto dos funcionários públicos e estudantes, bem como de associações e instituições. De destacar que as palestras «Carácter Nobre, Conduta Íntegra» destinadas aos funcionários públicos têm diminuído à medida que os códigos internos dos serviços vão sendo publicados. Por outro lado, com o rápido desenvolvimento económico registado em Macau, o CCAC reforçou a sensibilização para a integridade junto dos estudantes e a divulgação da cultura de honestidade quer nas empresas concessionárias de serviços públicos quer em instituições privadas. Durante o ano, realizaram-se 366 palestras, com a presença de 23 720 participantes.

Algumas informações sobre as palestras realizadas entre 2000 e 2006 pelo CCAC:

圖表十八
2000-2006年講座統計總表

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
公務人員	場數	23	94	132	132	51	173	67
	人數	855	5,209	7,435	11,385	1,752	20,228	3,340
學生、學員	場數	10	21	40	50	301	175	263
	人數	886	5,386	3,271	6,105	27,483	12,430	18,902
教師	場數	---	---	---	24	---	---	---
	人數	---	---	---	810	---	---	---
社團成員	場數	14	19	10	6	22	17	25
	人數	1,678	1,736	493	190	890	876	1,010
信用機構人員	場數	6	4	2	6	8	3	2
	人數	220	132	55	316	538	135	75
公用事業及私人機構人員	場數	---	2	1	---	3	3	9
	人數	---	70	25	---	105	154	393
總計	場數	53	140	185	218	385	371	366
	人數	3,639	12,533	11,279	18,806	30,768	33,823	23,720

QUADRO XVIII

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS REALIZADAS ENTRE 2000 E 2006

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Funcionários Públicos	N.º de sessões	23	94	132	132	51	173	67
	N.º de participantes	855	5 209	7 435	11 385	1 752	20 228	3 340
Estudantes e formandos	N.º de sessões	10	21	40	50	301	175	263
	N.º de participantes	886	5 386	3 271	6 105	27 483	12 430	18 902
Professores	N.º de sessões	—	—	—	24	—	—	—
	N.º de participantes	—	—	—	810	—	—	—
Membros de associações	N.º de sessões	14	19	10	6	22	17	25
	N.º de participantes	1 678	1 736	493	190	890	876	1 010
Trabalhadores de instituições bancárias	N.º de sessões	6	4	2	6	8	3	2
	N.º de participantes	220	132	55	316	538	135	75
Trabalhadores de empresas concessionárias de serviços públicos	N.º de sessões	—	2	1	—	3	3	9
	N.º de participantes	—	70	25	—	105	154	393
Total	N.º de sessões	53	140	185	218	385	371	366
	N.º de participantes	3 639	12 533	11 279	18 806	30 768	33 823	23 720

6.1.1 以公務人員為對象的廉潔教育

2006年，廉署持續為公務人員舉辦廉潔講座，以及各類專題講座，包括公務採購程序、行政申訴、財產申報、職務犯罪等。全年為多個政府部門不同級別的公務人員舉辦各類講座67場，出席者共3,340人次。詳見下表：

6.1.1 Acções de sensibilização para a integridade destinadas aos funcionários públicos

Em 2006, o CCAC continuou a organizar palestras sobre integridade e outros temas destinadas aos funcionários públicos, nomeadamente palestras sobre o «Procedimento de aquisição de bens e serviços», a «Provedoria de justiça», a «Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais», «Crimes funcionais», entre outros temas. Foram realizadas, durante o ano, 67 sessões de palestras destinadas aos funcionários públicos de diversas categorias dos vários serviços públicos, com a presença de 3 340 participantes.

圖表十九

2006年為公務人員舉辦的各類講座及講解會之統計表

主題	部門	對象	場數	人數
“持廉守正 端行亮節” 講解會	海關	新學員	2	57
	各部門	員工	4	668
公務人員基本培訓課程	各部門	員工	11	330
公務採購程序	生產力暨科技轉移中心	衛生局物資供應及管理處人員	2	40
財產申報	海關	新學員	1	60
	澳門保安部隊高等學校	第5屆保安學員	1	117
廉潔操守	統計暨普查局	2006中期人口統計人員	21	1,046
	司法警察局	第11屆實習偵查員	1	64
	民政總署	新入職員工	3	110
	司警、消防及保安高校	新學員	1	143
	消防局	晉升人員及新學員	4	130
	海關	新學員及副關務督察	3	71
	勞工局	稽查學員	2	60
	法律及司法培訓中心	員工	1	77
治安警察局	晉升高級警員	1	56	

主題	部門	對象	場數	人數
行政申訴	消防局	新學員	1	18
	澳門保安部隊高等學校	晉升警員及消防員	2	77
	海關	新學員及晉升關員	4	109
職務犯罪	勞工局	稽查學員	1	30
	法律及司法培訓中心	司法文員學員	1	77
	總計		67	3,340

QUADRO XIX

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS E SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM 2006

Tema	Entidade	Destinatários	N.º de Sessões	N.º de Participantes
Sessões de esclarecimento sobre «Carácter nobre, conduta íntegra»	Serviços de Alfândega	Novos Formandos	2	57
	Diversos serviços	Trabalhadores	4	668
Programa de formação essencial para os trabalhadores da função pública	Diversos serviços	Trabalhadores	11	330
Procedimento de aquisição de bens e serviços	Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau	Pessoal da Divisão de Aprovisionamento e Económico dos Serviços de Saúde	2	40
Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais	Serviços de Alfândega	Novos Formandos	1	60
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Instruendos do 5.º Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau	1	117
«Ser íntegro e dedicado para com o público»	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	Pessoal do recenseamento intercalar de 2006	21	1 046
	Polícia Judiciária	Formandos do 11.º Curso de Formação de Investigadores Estagiários	1	64
	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Trabalhadores em início de funções	3	110
	Polícia Judiciária, Corpo de Bombeiros e Escola Superior das Forças de Segurança	Novos Formandos	1	143
	Corpo de Bombeiros	Pessoal promovido e novos Formandos	4	130
	Serviços de Alfândega	Novos Formandos e Subinspectores alfandegários	3	71
	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	Formandos de fiscalização	2	60
	Centro de Formação Jurídica e Judicial	Trabalhadores	1	77
	Corpo de Polícia de Segurança Pública	Agentes seniores promovidos	1	56
Provedoria de justiça	Corpo de Bombeiros	Novos Formandos	1	18
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Agentes policiais e bombeiros promovidos	2	77
	Serviços de Alfândega	Novos formandos e verificadores promovidos	4	109

Tema	Entidade	Destinatários	N.º de Sessões	N.º de Participantes
Crimes funcionais	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	Formandos de fiscalização	1	30
	Centro de Formação Jurídica e Judicial	Formandos do Curso de Oficial de Justiça	1	77
	Total		67	3 340

6.1.2 以學生為對象的誠信教育

(一) 小學生誠信教育

(1) “廉潔新一代——小學生誠信教育計劃”

2006年，廉署繼續向小四至小六的學生開展“廉潔新一代——小學生誠信教育計劃”。該計劃於社區辦事處“廉潔樂園”活動室舉行，以布偶劇、電腦動畫或短片等方式，向小學生宣揚誠實和廉潔的信息。2006年參與本計劃之學校共25間，學生人數7,006人次。

(2) 德育教材

2005年，廉署推出《誠實和廉潔》小學教材套，免費提供予學校師生。2006新學年前，廉署補充製作了新的《看圖說故事》圖畫卡，以豐富教材套內容。至2006年底，將《誠實和廉潔》教科書作為德育輔助教材的學校有55間，約占全澳小學的近九成，廉署送出教科書42,066本。多間學校對教科書及教材套均給予良好的評價。

(3) 其它倡廉活動

2006年，廉署社區辦事處為小學生舉辦了19場“六·一兒童節”專場，向小學生講解誠實的重要性，有761名小學生參加。廉署亦參與了多項以小學生為對象的倡廉活動，包括：協辦由特區政府主辦的慶祝“六·一兒童節”活動；參加工聯主辦的慶祝“六·一國際兒童節”活動。

此外，廉署還透過“威廉郵筒”與小朋友通信，進一步延續對小朋友的誠信教育，藉此引導他們關心身邊的人和事，明辨是非對錯，建立正確的價值觀。截至2006年12月，共有219位來自

6.1.2 Educação para a honestidade destinada aos estudantes do ensino primário

I — Educação para a honestidade dos estudantes do ensino primário

1) «Nova Geração Íntegra — Programa de Educação para a Honestidade dos Alunos do Ensino Primário»

Em 2006, o CCAC continuou a desenvolver este programa de educação para a integridade junto dos estudantes dos quarto ao sexto anos de escolaridade. O programa, realizado na sala de actividades educativas da Delegação, «Paraíso da Integridade», teve como objectivo passar a mensagem de honestidade com o recurso a meios interactivos e de multimédia, incluindo teatro de marionetas, gráficos computadorizados e vídeos. Durante o ano a que se reporta este relatório, um total de 25 escolas e 7 006 estudantes participaram no programa.

2) Material didáctico para educação moral

Em 2005, o CCAC lançou um o livro «Honestidade e Integridade» para o ensino primário. Este livro foi oferecido aos professores e alunos das escolas. Antes do início do ano lectivo de 2006, o CCAC elaborou um novo jogo de cartas para enriquecer o conteúdo do material didáctico dedicado às crianças. Até finais de 2006, 55 escolas adoptaram o livro acima referido como material didáctico auxiliar de educação moral, i.e., cerca de 90% das escolas primárias de todo o Território. O CCAC ofereceu 42 066 exemplares do livro a várias escolas que manifestaram agrado em contar com este material de apoio.

3) Outras actividades promocionais da integridade

Em 2006, a Delegação do CCAC organizou 19 sessões por ocasião do Dia Mundial da Criança (1 de Junho) para explicar aos estudantes do ensino primário a importância da honestidade. As sessões contaram com a participação de 761 estudantes. Entretanto, o CCAC participou também em várias outras actividades promocionais da integridade destinadas aos estudantes do ensino primário, entre as quais se destacam a colaboração na organização das actividades para celebração do Dia Mundial da Criança organizadas pelo Governo da RAEM, e a participação nas actividades da mesma festividade organizada pela União Geral das Associações dos Operários.

A par disso, prosseguiu a educação da honestidade junto das crianças, pretendendo, através do envelope selado para o «Urso Mensageiro Guilherme», chamar a sua atenção para a necessidade de nos preocuparmos com as pessoas e os assuntos à nossa volta. Estas iniciativas serviram para alertar as crianças para a distinção entre o que está certo ou errado no sentido de estabe-

25間學校的學生寫了498封信給“威廉”，他們在信中與“威廉”分享了學習及生活的情況。

(二) 中學生誠信教育

(1) “廉潔周”和“青少年誠信教育計劃”

為深化青少年誠信教育，廉署2004年起向中學推行“廉潔周”計劃，以多元化和互動的方式向中學生傳遞正確的價值觀和廉潔守法的精神，收到了良好的成效。2006年，參與廉署“廉潔周”的學校有葡文學校和海星中學，參加的學生共1,588人。

此外，廉署也開展“青少年誠信教育計劃”，派員到中學舉辦講座，以“金錢價值觀”及“公平公正”為題，探討誠信、廉潔等觀念。2006年，廉署共舉辦了20場講座，來自12間中學的7,880名學生參加了講座。

(2) 青少年誠信網頁

為擴大青少年誠信教育的渠道，廉署製作了誠信網頁“Teen之城”。網頁內容包括人物專訪、遊戲、動畫、個案實錄等，期望透過互動有趣的方式，將“誠實守法”等正面價值觀傳達給年青人。青少年網預計2007年中可開通。

(3) 座談會及青年營活動

2006年，廉署派員訪問本澳多個青年組織，藉此加強雙方聯繫，並收集年青人對廉政建設及誠信教育方面的意見。此外，廉署亦主辦或參與多項青少年活動，包括：主辦“眾志成‘誠’青年營”活動，多個青年團體選派代表參加；協辦婦聯青年委員會、婦聯青年協會之“倡廉潔 齊守法”公民教育同樂日；參加少年警訊主辦的“減罪禁毒嘉年華”活動；以及協辦學聯“廉潔與誠信——第八屆全澳學生中文硬筆書法比賽”等。

(三) 對高等院校學生之廉潔教育

2006年，廉署為多間高等院校的學生、職前培訓學員安排廉潔講座共24次，參加的學員人數為1,667名。

廉署為大、中學生及各類課程學員所作的講座，資料詳見下表：

lecer uma correcta filosofia de valores. Até Dezembro de 2006, 219 alunos de 25 escolas escreveram 498 cartas para o «Guilherme» partilhando os seus estudos e «experiências de vida».

II — Educação para honestidade dos estudantes do ensino secundário

1) «Semana da Integridade» e «Programa da Educação para a Honestidade da Juventude»

Para aprofundar a educação para a honestidade da juventude, o CCAC implementou a partir de 2004 o programa «Semana da Integridade», no intuito de transmitir uma filosofia de valores correcta e a consciência de integridade e da necessidade de se respeitar a lei. Em 2006, a «Semana da Integridade» contou com a participação da Escola Portuguesa e do Colégio Estrela do Mar, abrangendo um total de 1 588 alunos.

A par disso, o CCAC levou a efeito o «Programa da Educação para a Honestidade da Juventude», e realizou palestras em escolas secundárias sobre «O valor do dinheiro» e «Justiça e Imparcialidade», abordando o conceito da honestidade e integridade. Em 2006, foram realizadas 20 palestras que contaram com participação de 7 880 alunos de 12 escolas secundárias.

2) Página electrónica dedicada à honestidade da juventude

Para diversificar os meios de divulgação sobre a educação para honestidade destinada à juventude, o CCAC preparou uma página electrónica denominada «Cidade dos Jovens». A página contém entrevistas com diversas individualidades, jogos, desenhos animados e casos reais. Pretende-se, através de uma forma interactiva e interessante, transmitir uma filosofia de valores correcta aos jovens, nomeadamente os conceitos de «honestidade e de respeito pela lei». Prevê-se que esta página electrónica entre em funcionamento em meados de 2007.

3) Encontros e Campo da Juventude

Em 2006, o CCAC enviou pessoal para visitar várias organizações de juventude do Território, reforçando os contactos e recolhendo opiniões dos jovens sobre a promoção da integridade e educação para a honestidade. A par disso, organizou várias actividades para a juventude, entre as quais se destaca o campo da juventude que contou com participação dos representantes de várias organizações dos jovens. Colaborou com a Comissão da Juventude da Associação Geral das Mulheres e Associação da Juventude da Associação Geral das Mulheres na organização dum festival alusivo à promoção da integridade e respeito pela lei. Participou ainda no Festival contra a Criminalidade e Toxicoddependência, promovido pela «Junior Police Call» e colaborou com a Associação Unida dos Estudantes na organização do 8.º Concurso Estudantil de Caligrafia Chinesa.

III — Educação para a integridade dos estudantes do ensino superior

Em 2006, o CCAC organizou 24 sessões e palestras sobre integridade para alunos e formandos dos cursos de formação pré-profissional de várias instituições de ensino superior, contando com a participação de 1 667 alunos.

Em seguida apresentam-se pormenorizadamente as informações sobre as palestras realizadas para os estudantes dos ensinos secundário e superior pelo CCAC:

圖表二十
2006 年為大、中學生及培訓課程學員舉行講座之統計表

主題	教育機構名稱	對象	場數	人數小計	人數
廉潔選舉	澳門大學	社會及人文科學學院學生	1	120	273
廉潔意識	澳門大學	公共行政課程學生	1	28	
	澳門大學	博彩管理學士課程學生	1	60	
	澳門理工學院	公共行政課程學生	1	30	
	澳門鏡湖護理學院	學生	1	35	
	澳門旅遊博彩技術培訓中心	職前培訓學員	18	1,350	
中西創新學院	職前培訓學員	1	44		
廉潔周	海星中學	中學生	17	1,588	9,468
青少年 誠信教 育計劃	中、英文中學 11 家及葡文學校	中學生	20	7,880	
總計			61	11,135	

QUADRO XX

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS DESTINADAS AOS
ESTUDANTES DOS ENSINOS PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E UNIVERSITÁRIO EM 2006

Tema	Instituição de Ensino	Destinatários	N.º de sessões	Subtotal do n.º de pessoas	N.º de participantes
Eleições incorruptas	Universidade de Macau	Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	120	273
Consciência de integridade	Universidade de Macau	Estudantes do Curso de Administração Pública	1	28	
	Universidade de Macau	Estudantes do Curso de Licenciatura de Gestão de Jogo	1	60	
	Instituto Politécnico	Estudantes do Curso de Administração Pública	1	30	
	Instituto de Enfermagem Kiang Wu	Estudantes	1	35	
	Centro de Formação Técnica nas Áreas do Turismo e do Jogo de Macau	Formandos do Curso de Formação Pré-profissional	18	1 350	
Instituto Milénio	Formandos do Curso de Formação Pré-profissional	1	44		
Semana da Integridade	Colégio Estrela do Mar	Estudantes do ensino secundário	17	1 588	9 468
Programa da Educação para a Honestidade da Juventude»	11 escolas secundárias de língua chinesa e inglesa e Escola Portuguesa de Macau	Estudantes do ensino secundário	20	7 880	
Total			61	11 135	

此外，在澳門大學主辦的“開創廉潔新世代講座系列”活動中，澳大校長姚偉彬、當代中國社會科學研究中心主任劉伯龍及廉政專員張裕出席並主持了活動的開幕禮，廉署人員也與出席師生就“選舉與廉政”這一主題展開討論。

Decorreu uma série de seminários «Criar uma nova Era de Integridade» organizada pela Universidade de Macau. Estiveram presentes na cerimónia de abertura o Reitor da UMAC, Iu Vai Pan, o Director do Centro, Lau Pak Kong, e o Comissário do CCAC, Cheong U. Elementos do CCAC trocaram opiniões com professores e alunos sobre a questão «eleições e integridade».

6.1.3 以機構和社團等為對象的廉潔宣傳

(一) 以機構為對象的廉潔宣傳活動

2006年，廉署加強向專營公司、私人機構及信用機構等不同領域的機構展開宣傳工作，針對不同對象進行互動溝通，推動商界誠信文化。以機構員工為對象的講座，全年共舉行11場，出席者468人次。資料詳見下表：

6.1.3. Acções de sensibilização para a integridade destinadas a empresas e associações

1) Acções de sensibilização para a integridade destinadas às empresas

Em 2006, o CCAC reforçou as acções de sensibilização junto das empresas concessionárias de serviços públicos, entidades privadas e instituições bancárias promovendo a cultura da honestidade no sector empresarial. Foram realizadas durante todo o ano 11 sessões e palestras destinadas aos trabalhadores das empresas, contando com a participação de 468 pessoas.

圖表二十一

2006年為機構舉行講座之統計表

機構名稱	對象	場數	人數
澳門電訊有限公司	主管及員工	4	270
威尼斯人澳門股份有限公司	主管及員工	2	65
中電工程	員工	2	33
大豐銀行	新入職員工	1	40
中國工商銀行澳門分行	新入職員工	1	35
奧的斯電梯工程公司	經理及營業員	1	25
總計		11	468

QUADRO XXI

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS REALIZADAS PARA AS EMPRESAS EM 2006

Empresa	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL	Chefias e trabalhadores	4	270
Venetian Macau Ltd.	Chefias e trabalhadores	2	65
Engenharia Chong Tin	Trabalhadores	2	33
Banco Tai Fung	Trabalhadores em início de funções	1	40
Sucursal em Macau do Banco Comercial Industrial da China	Trabalhadores em início de funções	1	35
Companhia de Elevator OTIS	Gerentes e agentes de vendas	1	25
Total		11	468

(二) 以社團為對象的廉潔宣傳活動

2006年廉署向社團成員舉辦講座及參觀活動共25場，出席者1,010人次。透過這些宣傳活動能讓更多的市民瞭解廉署的工作，並爭取市民支持和參與廉政建設。

2) Acções de sensibilização para a integridade destinadas às associações

Em 2006, o CCAC organizou 25 palestras e visitas para membros das diversas associações, contando com a participação de 1 010 pessoas. Estas acções de sensibilização permitiram aos cidadãos conhecerem melhor o trabalho do CCAC e obter o apoio e participação daqueles na promoção da integridade.

圖表二十二
2006年為社團舉行講座之統計表

主題	社團名稱	對象	場數	人數
行政申訴	工聯北區綜合服務中心	會員	1	34
	工聯離島辦事處氹仔綜合服務中心	會員	1	30
	澳門社區青年義工發展協會	會員	1	41
	澳門婦女聯合會青年委員會	會員	1	20
	馬場黑沙環祐漢居民聯誼會	會員	1	40
	澳門義務工作者協會	青少年義工	1	25
	澳門中華新青年協會	健康大使	3	120
廉潔意識	南區四坊會頤康中心	會員	1	50
	澳門明愛青暉社	學生	1	30
	澳門工會聯合總會青年委員會	青少年會員	1	40
	澳門母親會頤康中心	會員	1	45
	澳門聾人協會啟聰中心	學童及家長	1	15
	街總家庭服務中心	青少年會員	1	20
	工聯北區服務中心青年服務部	青少年義工	1	12
	婦聯北區家庭服務中心	會員	1	25
	澳門弱智人士家長協進會曙光中心	學員	1	20
	澳門菜農合群社青少年活動中心	會員	1	50
	街總氹仔社區中心	會員	1	25
	澳門義務青年會	會員	1	33
	澳門基督教青年會	小記者	1	15
	學聯 / 澳門中華新青年協會	社區青年大使 2006	1	20
	澳門中華新青年協會	青年議會大使	1	50
		中學生	1	250
總計			25	1,010

QUADRO XXII

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS REALIZADAS PARA AS ASSOCIAÇÕES EM 2006

Tema	Associação	Destinatários	N.º de Sessões	N.º de participantes
Provedoria de Justiça	Centro de Serviços da Zona Norte da União Geral das Associações dos Operários	Sócios	1	34
	Centro de Serviços da Taipa da União Geral das Associações	Sócios	1	30
	Associação de Desenvolvimento dos Trabalhadores Voluntários Jovens da Comunidade de Macau	Sócios	1	41
	Comissão da Juventude da Associação Geral das Mulheres	Sócios	1	20
	Associação Fraternal dos Moradores do Bairro do Hipódromo, Areia Preta e Iao Hon	Sócios	1	40
	Associação dos Trabalhadores Voluntários de Macau	Voluntários juvenis	1	25
	Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau	«Embaixadores saudáveis»	3	120

Tema	Associação	Destinatários	N.º de Sessões	N.º de participantes
Consciência de Integridade	Centro do Dia de quatro Associações dos Moradores da Zona Sul	Sócios	1	50
	Associação Ching Fai da Caritas de Macau	Estudantes	1	30
	Comissão da Juventude da União Geral das Associações dos Operários	Sócios juvenis	1	40
	Centro de Dia da Obra das Mães	Sócios	1	45
	Centro de Treino da Linguagem da Associação dos Mudos	Estudantes e encarregados familiares	1	15
	Centro de Serviços Familiares da União Geral das Associações dos Moradores	Sócios juvenis	1	20
	Departamento de Serviço para a Juventude do Centro de Serviços da Zona Norte da União Geral das Associações dos Operários	Voluntários juvenis	1	12
	Centro de Serviços Familiares da Zona Norte da Associação	Sócios	1	25
	Centro de Serviços da Associação dos Encarregados e Familiares dos Deficientes Mentais	Sócios	1	20
	Centro de Actividades Juvenis da Associação de Agricultores de Macau	Sócios	1	50
	Centro Comunitário da Taipa da União Geral das Associações dos Moradores	Sócios	1	25
	Associação de Juventude Voluntária de Macau	Sócios	1	33
	Associação dos Jovens Cristãos de Macau	«Pequenos jornalistas»	1	15
	Associação Unida dos Estudantes/ /Associação de Nova Juventude de Macau	«Embaixadores juvenis comunitários 2006»	1	20
	Associação de Nova Juventude de Macau	«Embaixadores do Conselho da Juventude»	1	50
	Estudantes do ensino secundário	1	250	
Total			25	1 010

綜上所述，廉署2006年舉辦的各類講座、講解會及座談會等共 366 場，參加人數達 23,720 人次。資料詳見下表：

Em suma, o CCAC organizou em 2006 um total de 366 palestras, sessões de esclarecimento e seminários, contando com a participação de 23 720 pessoas.

圖表二十三
2006 年各類講座、座談會及工作坊等之統計總表

對象	活動性質 / 主題	場數	人數	人數小計
公務人員	“持廉守正 端行亮節” 講解會	6	725	3,340
	公務人員基本培訓課程	11	330	
	公務採購程序講座	2	40	
	財產申報講座	2	177	
	廉潔操守講座	37	1,757	
	“行政申訴” 講座	7	204	
	職務犯罪講座	2	107	

對象	活動性質 / 主題	場數	人數	人數小計
小學生	“廉潔新一代 — 小學生誠信教育計劃”	183	7,006	7,767
	六一兒童節專場講座	19	761	
中學生	“廉潔周”	17	1,588	9,468
	“青少年誠信教育計劃”	20	7,880	
大專院校學生	廉潔意識講座	5	273	1,667
學員	廉潔意識講座	19	1,394	
社團	“行政申訴” 講座	9	310	1,478
	廉潔意識講座	16	700	
機構	廉潔意識講座	11	468	
總計		366	23,720	

QUADRO XXIII

ESTATÍSTICA GERAL DAS PALESTRAS, COLÓQUIOS E *WORKSHOPS* ORGANIZADOS EM 2006

Destinatários	Actividade/Tema	N.º de sessões	N.º de participantes	Subtotal de participantes
Funcionários públicos	Sessão de esclarecimento sobre «Carácter nobre, conduta íntegra»	6	725	3 340
	Programa de formação essencial para os trabalhadores da função pública	11	330	
	Procedimento de aquisição de bens e serviços	2	40	
	Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais	2	177	
	Palestra «Ser íntegro e dedicado para com o público»	37	1 757	
	Palestra sobre Provedoria de Justiça	7	204	
	Palestra sobre crimes funcionais	2	107	
Estudantes do ensino primário	Nova Geração Íntegra — Programa de Educação para a Honestidade dos Alunos do Ensino Primário	183	7 006	7 767
	Palestra por ocasião do Dia Mundial da Criança	19	761	
Estudantes do ensino secundário	«Semana da Integridade»	17	1 588	9 468
	«Programa da Educação para a Honestidade da Juventude»	20	7 880	
Estudantes do ensino superior	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	5	273	1 667
Formandos	Palestra sobre «Provedoria de Justiça»	19	1 394	
Associações	Palestra sobre «Provedoria de Justiça»	9	310	1 478
	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	16	700	
Empresas	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	11	468	
Total		366	23 720	

6.2 推廣行政申訴職能

為加深市民對行政申訴職能的認識，廉署除了持續向社會各階層舉辦以“行政申訴”為主題的講座外，亦出版了《申訴有道——行政申訴個案實錄》，和製作了新款宣傳海報。社區宣傳方

6.2 Promoção das funções da provedoria de justiça

Tendo em vista aprofundar o conhecimento dos cidadãos sobre as funções da provedoria de justiça, o CCAC, para além de continuar a organizar palestras subordinadas ao tema «Provedoria de justiça», lançou uma edição intitulada «Casos tratados

面，廉署也在議事亭前地舉行了“廉署社區活動日——申訴有道”綜藝晚會，藉著歌舞表演、戲劇和遊戲等方式，加強市民對行政申訴職能的認識。

6.3 常規宣傳工作

2006年，廉署持續透過系統化渠道廣泛宣傳廉潔信息，包括：

- 出版《澳門廉政》中、葡文季刊及英文版半年刊。
- 在中文報章《廉政園地》專欄刊登文章，並選取部分在《成教學刊》、澳門監獄刊物《啟報》上刊登。
- 藉傳媒發布廉署偵破的案件、法院就廉署偵辦案件的判決結果、廉署最新活動情況等。
- 出席電視台資訊節目“諮詢奉告”。
- 製作電視廣告片、電台廣告、以及報章廣告、巴士車身廣告等。
- 參與其它社會公益及康樂活動，包括：由澳門明愛主辦的第37屆慈善園遊會、公益金百萬行、集體捐血、公務人員球賽等。

6.4 社區辦事處工作

社區關係是廉署宣傳教育的重要資源。2006年，廉政公署透過社區辦事處進一步拓展社區網絡，探訪不同地區的民間社團25個，聽取他們對廉政工作和廉潔選舉的意見及建議，鼓勵社會各階層積極參與廉政建設。

此外，社區辦事處也經常為社團舉辦“廉潔意識”及“行政申訴”講座，以及參與多個社團舉辦的活動，共同推動社區廉潔教育。為了讓更多市民知悉和使用社區辦事處的各项服務，廉署製作了宣傳海報，以及運用巴士廣告、報章和電台廣告等方式，加強宣傳效果。

2006年，社區辦事處接獲投訴/舉報、求助查詢及簡單諮詢等共517宗，比2005年的405宗大幅上升，當中各種投訴舉報個案45宗，諮詢個案472宗。在投訴/舉報及求助查詢中，以親身進行的占多數。資料詳見下表：

pela Provedoria de Justiça» (versão chinesa) e produziu vários cartazes. Para divulgação junto da comunidade, promoveu um espectáculo de variedades, subordinado ao tema «Dia de Actividade Comunitária do CCAC — A Provedoria de Justiça», com representações e jogos, no intuito de reforçar o conhecimento dos cidadãos quanto a estas funções.

6.3 Projectos de sensibilização regulares

Em 2006, o CCAC prosseguiu a divulgação das mensagens de integridade, através de canais variados, nomeadamente:

- Edição do boletim trimestral em língua chinesa e portuguesa e boletim semestral em língua inglesa.
- Publicação de artigos na imprensa chinesa e extractos destes no Jornal da Associação de Educação de Adultos de Macau e no boletim trimestral do estabelecimento prisional.
- Divulgação de notícias sobre casos descobertos pelo CCAC, sentenças dos casos investigados proferidas pelo Tribunal e actividades mais recentes do CCAC, através dos órgãos de comunicação social.
- Presença no Programa Televisivo «Informações ao Público».
- Produção de *spots* de televisão e de rádio e reclamos na imprensa e nos autocarros.
- Participação noutras actividades de caridade e recreativas, entre as quais se destacam o 37.º Bazar organizado pela Caritas de Macau, Marcha da Caridade para Um Milhão, doação colectiva de sangue e campeonato de futebol para funcionários públicos.

6.4 Actividades da Delegação do CCAC

As relações comunitárias constituem recursos importantes para divulgação das acções de sensibilização do CCAC. Em 2006, o CCAC expandiu a rede comunitária através da sua delegação e efectuou visitas a 25 associações de diferentes áreas, auscultando as suas opiniões e sugestões sobre a promoção da integridade e eleições incorruptas. Entretanto, divulgou a mensagem de consciência de integridade junto dos cidadãos e estudantes, com vista a obter a confiança e apoio nos trabalhos da sua promoção, incentivando a uma participação activa dos diversos sectores sociais.

A Delegação organizou também palestras sobre «Consciência de integridade» e «Provedoria de justiça» para associações, participando nas actividades realizadas por várias associações, tendo em vista promover em conjunto na comunidade as acções de sensibilização sobre integridade. Para que haja mais cidadãos a conhecerem e utilizarem os serviços da Delegação, o CCAC produziu vários cartazes publicitários e reforçou o seu efeito através da utilização de reclamos nos autocarros, na imprensa e na rádio.

Em 2006, a Delegação recebeu 517 queixas, participações, pedidos de informações e consultas simples, registando um aumento significativo em comparação com os 405 casos de 2005. Das 45 queixas e participações e 472 pedidos de informações recebidas, a maior parte foi pessoalmente apresentada.

圖表二十四
2006年社區辦事處接待市民人數統計表

投訴 / 舉報		書面投訴	求助查詢	簡單諮詢	
親身	電話			親身	電話
20	8	17	262	136	74
小計：45宗			小計：472宗		
總數：517宗					

QUADRO XXIV

ESTATÍSTICA DOS CIDADÃOS ATENDIDOS NA DELEGAÇÃO DO CCAC EM 2006

Queixas/Participações		Queixas por escrito	Pedidos de informações	Consultas simples	
Pessoalmente	Telefone			Pessoalmente	Telefone
20	8	17	262	136	74
Subtotal: 45			Subtotal: 472		
Total: 517					

6.5 聯繫與交流

6.5.1 與傳媒的聯繫

與傳媒保持緊密的聯繫和維持良好的合作關係，有助廉署和社會的溝通協作。2006年，廉署藉每年一度的“清茶談廉政”活動，與各傳媒機構負責人展開交流，藉此收集社會意見，也為制定肅貪倡廉的策略獲取參考資料。

6.5.2 與外界的交流

在對外交流方面，廉署繼續加強與國際、內地、香港及其它地區反貪和行政申訴部門的聯繫。有關交流活動包括：出席國際申訴專員協會理事會會議、出席亞洲申訴專員協會理事會會議、參加聯合國在約旦舉行的《聯合國反腐敗公約》第一屆締約國大會、出席“透明國際”在危地馬拉舉行的第12屆國際反貪會議、赴北京參加“國際反貪局聯合會第一次年會暨會員代表大會”、出席在馬來西亞舉行的“國際反貪工作會議”、出席在印尼舉行

6.5 Contactos e Intercâmbio

6.5.1 Contactos com a comunicação social

Manter contactos frequentes e boas relações com os órgãos de comunicação social é uma estratégia permanente do CCAC, que contribui para a comunicação e cooperação com a sociedade. Em 2006, o CCAC desenvolveu a troca de opiniões com os dirigentes dos órgãos de comunicação social no «Lanche para uma Sociedade Incorrupta» que se realiza anualmente. Este encontro serve para recolher opiniões da sociedade e obter informações que servem de referência na definição da estratégia da prevenção e combate à corrupção.

6.5.2 Intercâmbio com o exterior

Neste domínio, o CCAC continuou a reforçar os contactos com as instituições de combate à corrupção e de provedoria de justiça da China continental, de Hong Kong e de outros países e territórios. De entre as actividades de intercâmbio destacam-se a presença na Reunião da Direcção do Instituto Internacional de Ombudsman e na Reunião da Direcção da Associação do Ombudsman Asiático (*Asian Ombudsman Association, AOA*); a participação na 1.ª Assembleia Geral dos Estados Aderentes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção que teve lugar na Jordânia, a presença na 12.ª Conferência Internacional contra a Corrupção promovida pela «Transparência Internacio-

的“第三次中國東盟成員國總檢察長會議”，以及先後到馬尼拉及曼谷出席“亞太地區反腐敗行動組”第八、九次指導小組會議、出席香港廉署主辦的第三屆國際會議等。

特別值得一提的是，2006年廉署代表特區政府正式成為“亞太地區反腐敗行動計劃”的成員。“亞太地區反腐敗行動計劃”是由亞洲開發銀行聯同經合組織在亞太地區推動的一項反腐敗行動策略。“行動計劃”的內容包括三大支柱行動：為公共服務建立有效而透明的體制；加強反行賄受賄行動，促進業務行為的廉潔公正；以及支持公眾的積極參與。“亞太地區反腐敗行動計劃”於2001年出台，現有27個成員。各成員須承諾按照該“行動計劃”所定的原則和標準，製定和實施適合本身實際情況的反腐工作方案，並透過參與工作坊和交流会等活動來促進彼此的交流合作。

為加強與本澳社團的聯繫，廉政公署領導層在2006年先後與多個機構、社團組織的負責人會晤，當中包括：澳門大學、澳門理工學院、澳門歸僑總會、澳門公務華員職工會、澳門婦女聯合會、澳門青年文化協會、澳門文員會、澳門教區青年牧民中心、社會工作人員協進會等。廉署也藉着這些會晤機會，收集各方面對廉政建設工作的意見。此外，廉署亦組織了兩次“廉政座談會”，邀請近20個社團的代表出席，藉此吸納各界意見，以便更好地制定未來的工作計劃。

廉政公署亦接待了多個來自不同地區和國家的訪問代表團，當中有：澳洲聯邦警察局代表團、印尼和丹麥的檢察代表團、美國司法部、美國拉斯維加斯博彩委員會、香港廉政公署代表團、中國公安部紀檢監察局代表團、印尼檢察院代表、國務院港澳事務辦公室法律司人員、廣東省人民檢察院、吉林省人民檢察院代表團、廣東省國家稅務局監察部門人員、北京市質量技術監督局

nal» que decorreu na Guatemala, a participação na 1.ª Conferência Anual e Assembleia Geral da IAACA realizada em Beijing, a presença na Reunião Internacional do Combate à Corrupção que teve lugar na Malásia, a participação na 3.ª Conferência dos Procuradores Gerais da China e dos Países Membros da ASEAN, a participação nas 8.ª e 9.ª reuniões do grupo directivo do «Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico» realizadas em Manila e Bangucoque e a presença no 3.º Simpósio Internacional do Combate à Corrupção organizado pela ICAC de Hong Kong.

De salientar que, em 2006 o CCAC, em representação do Governo da RAEM, aderiu ao «Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico». O Grupo é um conjunto de países e territórios que define estratégias e acções contra a corrupção e é promovido conjuntamente pelo Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) da Região da Ásia-Pacífico. As acções desenvolvidas no âmbito do Grupo assentam em três pilares: i) desenvolver sistemas efectivos e transparentes de serviço público; ii) reforçar as acções contra a corrupção e promoção da integridade nos negócios; e, iii) apoiar o envolvimento activo do público. O Grupo nasceu em 2001 e integra 27 membros. Todos os membros assumiram o compromisso de se orientarem pelos princípios e critérios aí definidos para, de acordo com a realidade de cada situação, desenvolver projectos visando a melhoria do combate à corrupção e o reforço da cooperação inter-regional, através da participação nos workshops e encontros de intercâmbio.

Para reforçar os contactos com as associações locais, em 2006, os dirigentes do CCAC visitaram várias instituições e associações, entre as quais destacamos a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, a Associação Geral dos Chineses Ultramarinos Retornados, a Associação dos Trabalhadores Chineses da Função Pública, a Associação Geral das Mulheres e a Associação Cultural da Juventude, a Associação dos Empregados de Escritório, o Centro Pastoral Diocesano da Juventude e a Associação dos Assistentes Sociais de Macau. Foram também organizadas duas palestras sobre integridade, para as quais foram convidados representantes de cerca de 20 associações, uma iniciativa que serviu para ficar a conhecer melhor a opinião de diversos sectores da sociedade e melhor elaborar o novo plano de actividades.

Em contrapartida, o CCAC recebeu visitas de delegações provenientes de diferentes territórios e países: uma delegação da Polícia Federal da Austrália, delegações das Procuradorias da Indonésia e da Dinamarca, uma delegação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, uma delegação da Comissão do Jogo de Las Vegas, uma delegação da ICAC de Hong Kong, uma delegação da Direcção de Fiscalização Disciplinar do Ministério de Segurança Pública da China, pessoal da Direcção para Assuntos Jurídicos do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, uma delegação da Procuradoria Popular da Província de Guangdong e uma delegação da Procuradoria Popular da Província de Jilin, assim como uma delegação do Departamento de Fiscalização da Direcção Tributária Estatal da Província de Guangdong e uma delegação da Direcção de Supervisão Técnica de Qualidade da Cidade de Beijing, uma delegação dos Formandos do 46.º Curso de Qua-

考察團、上海行政學院第46期上海市處級幹部人員培訓班、北京市監察局代表團等。

中央駐澳單位、本澳多個社團、學術機構的代表亦曾訪問廉署或參觀社區辦事處，包括：濠江中學校長及主任、中國人民解放軍駐澳部隊代表、澳門保險公會代表、澳門基金會代表、澳門文員會代表等。

第七章 行政工作

7.1 預算

7.1.1 法律依據

廉政公署是職能、行政及財政獨立的公共機構，有關的組織及運作制度載於第 10/2000 號法律和第 31/2000 號行政法規內。同時，由 9 月 27 日第 53/93/M 號法令所規範的自治機關一般財政制度，亦補充適用於廉政公署。

2006 年度廉政公署的本身預算，經第 68/2006 號行政長官批示核准，並刊登於 2006 年 3 月 20 日第 12 期第一組《澳門特別行政區公報》內。獲通過的預算金額為 MOP90,645,000.00。

在確定結算了 2005 年度帳目以及有關的管理結餘後，廉政公署依法律規定編制了第一補充預算，並經第 122/2006 號行政長官批示核准及刊登於 2006 年 5 月 8 日第 19 期第一組《澳門特別行政區公報》內。基於 2005 年有關的管理結餘較原預先估算增加 MOP2,608,951.98，因此，按規定撥入備用撥款；經調整後，供廉政公署在 2006 年進行各項工作及活動開支的預算總額為 MOP93,253,951.98。

7.1.2 預算收入

2006 年經修正後的預算收入為 MOP93,253,951.98，而實際收入是 MOP93,571,299.51，與預算收入比較增加了共 MOP317,347.53，執行率達 100.34%。

在實際總收入 MOP93,571,299.51 中，主要收入來自“特區預算轉移”項目，金額為 MOP76,536,228.00，占實際收入的 81.79%。另一主要收入來源是“其他資本收入”，金額為 MOP16,608,951.98，占實際收入的 17.75%，是 2005 年度的管理結餘。

dro de nível de divisão do Instituto de Administração de Shanghai e uma delegação da Direcção de Fiscalização da Cidade de Beijing.

Durante 2006 vários representantes das entidades do Governo Central em Macau e de associações locais e instituições académicas visitaram a sede do CCAC ou a sua Delegação: Reitor e Directores da Escola Secundária Hou Kong, representantes da Guarnição em Macau do Exército de Libertação Popular, representantes da Associação de Seguradoras de Macau, representantes da Fundação Macau e representantes da Associação dos Empregados de Escritório.

CAPÍTULO VII

TRABALHO ADMINISTRATIVO

7.1 Orçamento

7.1.1 Enquadramento Legal

O Serviço do Comissariado contra a Corrupção (SC) é um serviço dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, cujo regime orgânico e funcional é regulado pela Lei n.º 10/2000 e pelo Regulamento Administrativo n.º 31/2000. Em matéria financeira, é subsidiariamente aplicável o regime financeiro geral das entidades autónomas, constante do Decreto-Lei n.º 53/93/M, de 27 de Setembro.

Pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 68/2006, publicado no Boletim Oficial da RAEM — I Série, n.º 12, de 20 de Março de 2006, foi aprovado o orçamento privativo do Comissariado contra a Corrupção para o ano de 2006, no valor de MOP 90 645 000,00.

Encerradas as contas relativas a 2005 e determinado o respectivo saldo, foi apresentado, nos termos da legislação em vigor, o orçamento suplementar destinado a integrar o excesso de saldo, que veio a ser aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 122/2006, publicado no Boletim Oficial da RAEM — I Série, n.º 19, de 8 de Maio de 2006. Sendo que o saldo de gerência em 2005 aumentou MOP 2 608 951,98 do que previsto, montante que foi aplicado na rubrica de dotação provisional, de acordo com as respectivas normas. Depois de revisto, o orçamento do Serviço para 2006 foi de MOP 93 253 951,98, valor afecto à execução das diversas acções e actividades desenvolvidas em 2006.

7.1.2 Orçamento das Receitas

O orçamento das receitas gerais actualizadas de 2006 foi de MOP 93 253 951,98. Sendo as receitas cobradas MOP 93 571 299,51, houve uma diferença de MOP 317 347,53, com uma taxa de execução do orçamento das receitas de 100,34%.

Das receitas cobradas, no valor de MOP 93 571 299,51, a maior parte proveio da rubrica «Transferência do Orçamento Geral da RAEM», onde foi inscrita a verba de MOP 76 536 228,00, representando 81,79% das receitas cobradas. Outras receitas importantes provieram de «Outras Receitas de Capital», onde foi inscrita a verba de MOP 16 608 951,98, que representa 17,75% das receitas cobradas e incorpora o saldo de gerência de 2005.

圖表二十五
2006 年收入管理

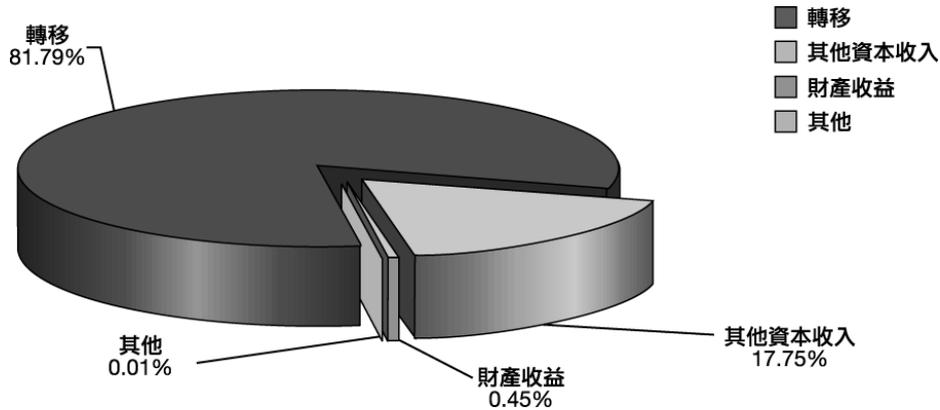
編號	名稱	預算收入	補充預算	總預算收入	實際收入		預算與實際 收入的差額	執行率
					金額	百分比		
	經常收入	76,644,000.00	0.00	76,644,000.00	76,961,844.00	82.25%	317,844.00	100.41%
04-00-00	財產收益	100,000.00	0.00	100,000.00	423,110.60	0.45%	323,110.60	423.11%
05-00-00	轉移	76,539,000.00	0.00	76,539,000.00	76,536,228.00	81.79%	-2,772.00	100.00%
06-00-00	耐用品之出售	1,000.00	0.00	1,000.00	67.90	0.00%	-932.10	6.79%
07-00-00	勞務及非耐用品之出售	3,000.00	0.00	3,000.00	1,586.50	0.00%	-1,413.50	52.88%
08-00-00	其他經常收入	1,000.00	0.00	1,000.00	851.00	0.00%	-149.00	85.10%
	資本收入	14,001,000.00	2,608,951.98	16,609,951.98	16,609,455.51	17.75%	-496.47	100.00%
13-00-00	其他資本收入	14,000,000.00	2,608,951.98	16,608,951.98	16,608,951.98	17.75%	0.00	100.00%
14-00-00	非從支付中扣減之退回	1,000.00	0.00	1,000.00	503.53	0.00%	-496.47	50.35%
	總計	90,645,000.00	2,608,951.98	93,253,951.98	93,571,299.51	100.00%	317,347.53	100.34%

QUADRO XXV

RECEITAS — GERÊNCIA DE 2006

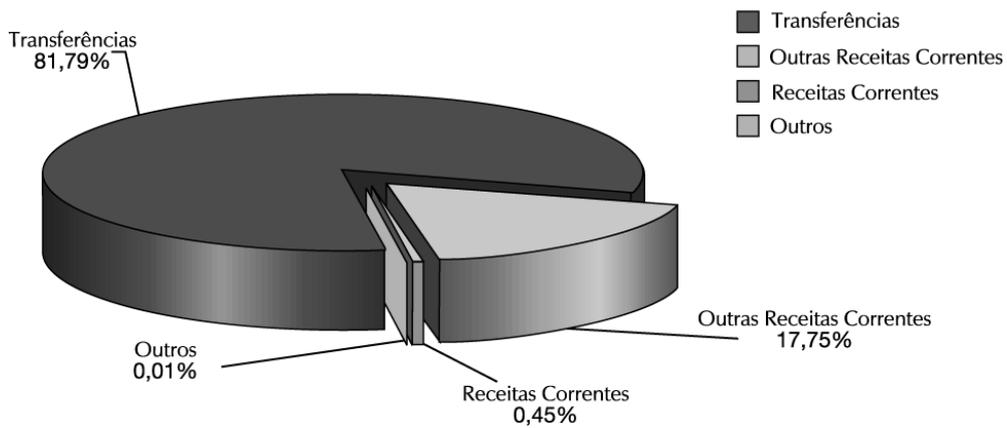
Código	Designação	Receita Prevista	Orçamento Suplementar	Total do Orçamento	Receitas Cobradas		Orçamento e Receitas Cobradas Diferença	Execução
					Montante	%		
	Receitas Correntes	76.644.000,00	0,00	76.644.000,00	76.961.844,00	82,25%	317.844,00	100,41%
04-00-00	Rendimentos de Propriedade	100.000,00	0,00	100.000,00	423.110,60	0,45%	323.110,60	423,11%
05-00-00	Transferências	76.539.000,00	0,00	76.539.000,00	76.536.228,00	81,79%	-2.772,00	100,00%
06-00-00	Venda de Bens Duradouros	1.000,00	0,00	1.000,00	67,90	0,00%	-932,10	6,79%
07-00-00	Serviços e Venda de Bens Não Duradouros	3.000,00	0,00	3.000,00	1.586,50	0,00%	-1.413,50	52,88%
08-00-00	Outras Receitas Correntes	1.000,00	0,00	1.000,00	851,00	0,00%	-149,00	85,10%
	Receitas de Capital	14.001.000,00	2.608.951,98	16.609.951,98	16.609.455,51	17,75%	-496,47	100,00%
13-00-00	Outras Receitas de Capital	14.000.000,00	2.608.951,98	16.608.951,98	16.608.951,98	17,75%	0,00	100,00%
14-00-00	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00	0,00	1.000,00	503,53	0,00%	-496,47	50,35%
	Total	90.645.000,00	2.608.951,98	93.253.951,98	93.571.299,51	100,00%	317.347,53	100,34%

圖表二十六
2006 年收入結構



QUADRO XXVI

ESTRUTURA DAS RECEITAS COBRADAS EM 2006



7.1.3 預算支出

2006年經修正後的預算總額MOP93,253,951.98中，實際總支出為MOP72,374,528.84，因此，執行率為77.61%，這是由於部分預計於2006年內完成的採購的投資項目未能如期落實，例如某些機械、設備及耐用品，因種種客觀原因未能完成購買程序，另廉政公署人員配備仍未被填滿，人員支出因而有盈餘。

7.1.3 Orçamento das Despesas

Das MOP 93 253 951,98 orçamentadas para 2006, realizaram-se despesas no valor de MOP 72 374 528,84, a que corresponde uma taxa de execução de 77,61%. Isto deveu-se, em primeiro lugar, ao facto de parte dos projectos de investimento, em aquisições, não terem sido concluídos em 2006, ao contrário do previsto. Exemplificando, os projectos de aquisição de maquinarias, equipamentos e bens duradouros não ficaram concluídos, devido a várias condicionantes. Em segundo lugar, a dotação de pessoal não estava completa, o que originou um excedente relativamente às despesas com pessoal.

在實際總支出的MOP72,374,528.84中，“人員”支出占最大部份，金額是MOP44,906,843.06，占62.05%，其次是“資產及勞務”金額是MOP16,292,059.40，占22.51%，而“經常轉移”是MOP5,314,434.00，占7.34%。另外，“其他經常支出”金額是MOP3,673,051.63，占5.08%。而投資金額是MOP2,188,140.75，占總實際支出的3.02%。

由於實際總收入為MOP93,571,299.51，而實際總支出為MOP72,374,528.84，因此，2006年度之管理結餘共計有MOP21,196,770.67。

基於預計2006年的管理結餘為MOP15,000,000.00，而實際管理結餘為MOP21,196,770.67，因此，有關的管理結餘比預期增加了MOP6,196,770.67。

As «Despesas com Pessoal» representaram a maior parte das MOP 72 374 528,84 de despesas efectuadas, cifrando-se em MOP 44 906 843,06, i.e 62,05% destas. Seguem-se as despesas com a aquisição de «Bens e Serviços», que totalizaram MOP 16 292 059,40, representando 22,51% das despesas efectuadas. Vêm em seguida as despesas com «Transferências Correntes», cifradas em MOP 5 314 434,00, ocupando 7,34%, e as com «Outras Despesas Correntes», no total de MOP 3 673 051,63, correspondendo 5,08%. As despesas de Investimento foram de MOP 2 188 140,75, representando 3,02% das despesas efectuadas.

Com MOP 93 571 299,51 de receitas cobradas e MOP 72 374 528,84 de despesas efectuadas, o saldo de gerência de 2006 foi de MOP 21 196 770,67.

O saldo de gerência em 2006 foi de MOP 21 196 770,67, houve um aumento de MOP 6 196 770,67 em comparação com o previsto, o qual foi de MOP 15 000 000,00.

圖表二十七
2006年支出管理

經濟分類	名稱	最初登錄撥款 (1)	補充預算 (2)	預算修改 (3)	核准撥款 (4)=(1)+(2)+(3)	支付總額 (5)	結餘 (4)-(5)	實施比率 (5)/(4) x100%
	經常開支	84,515,000.00	2,608,951.98	-50,000.00	87,073,951.98	70,186,388.09	16,887,563.89	80.61%
01-00-00-00	人員	50,203,000.00	0.00	260,000.00	50,463,000.00	44,906,843.06	5,556,156.94	88.99%
01-01-00-00	固定及長期報酬	47,720,000.00	0.00	-460,000.00	47,260,000.00	42,618,823.20	4,641,176.80	90.18%
01-02-00-00	附帶報酬	1,293,000.00	0.00	0.00	1,293,000.00	996,945.00	296,055.00	77.10%
01-03-00-00	實物補助	20,000.00	0.00	0.00	20,000.00	15,431.98	4,568.02	77.16%
01-05-00-00	社會福利金	500,000.00	0.00	0.00	500,000.00	310,150.00	189,850.00	62.03%
01-06-00-00	負擔補償	670,000.00	0.00	720,000.00	1,390,000.00	965,492.88	424,507.12	69.46%
02-00-00-00	資產及勞務	19,400,000.00	0.00	1,400,000.00	20,800,000.00	16,292,059.40	4,507,940.60	78.33%
02-01-00-00	耐用品	1,360,000.00	0.00	0.00	1,360,000.00	387,960.34	972,039.66	28.53%
02-02-00-00	非耐用品	1,160,000.00	0.00	0.00	1,160,000.00	789,660.38	370,339.62	68.07%
02-03-00-00	勞務之取得	16,880,000.00	0.00	1,400,000.00	18,280,000.00	15,114,438.68	3,165,561.32	82.68%
04-00-00-00	經常轉移	5,084,000.00	0.00	760,000.00	5,844,000.00	5,314,434.00	529,566.00	90.94%
05-00-00-00	其他經常支出	9,828,000.00	2,608,951.98	-2,470,000.00	9,966,951.98	3,673,051.63	6,293,900.35	36.85%
	資本開支	6,130,000.00	0.00	50,000.00	6,180,000.00	2,188,140.75	3,991,859.25	35.41%
07-00-00-00	投資	6,130,000.00	0.00	50,000.00	6,180,000.00	2,188,140.75	3,991,859.25	35.41%
07-03-00-00	樓宇	130,000.00	0.00	0.00	130,000.00	129,659.25	340.75	99.74%
07-09-00-00	運輸物料	900,000.00	0.00	0.00	900,000.00	783,788.00	116,212.00	87.09%
07-10-00-00	機械及設備	5,100,000.00	0.00	50,000.00	5,150,000.00	1,274,693.50	3,875,306.50	24.75%
	總金額	90,645,000.00	2,608,951.98	0.00	93,253,951.98	72,374,528.84	20,879,423.14	77.61%

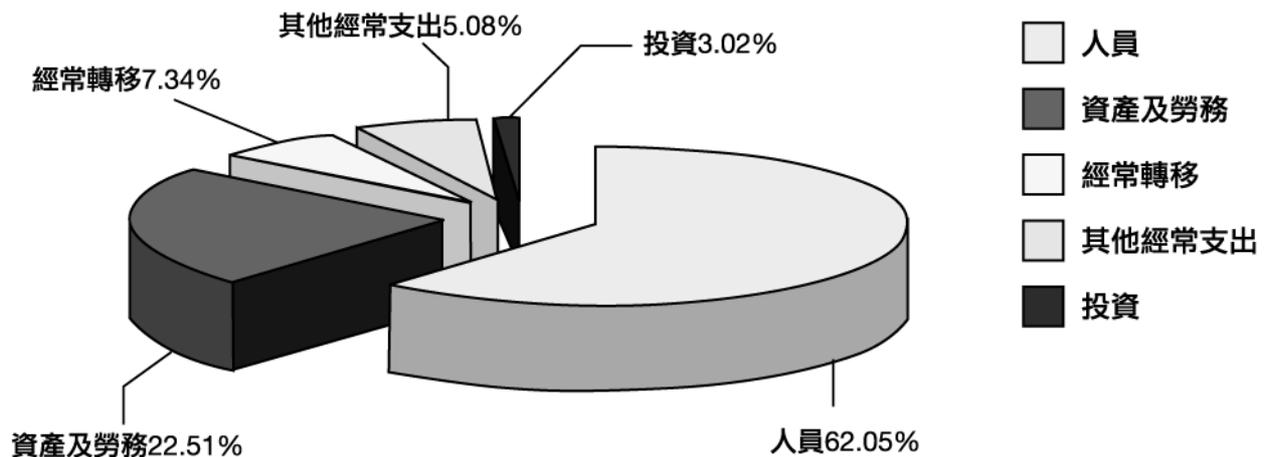
QUADRO XXVII

DESPESAS — GERÊNCIA DE 2006

Classificação Económica	Designação	Dotação inscrita (1)	Orçamentos suplementares (2)	Correcções orçamentais (3)	Dotação autorizada (4)=(1)+(2)+(3)	Total de pagamentos (5)	Saldo (4)-(5)	Taxa de execução (5)/(4)x100%
	DESPESAS CORRENTES	84.515.000,00	2.608.951,98	-50.000,00	87.073.951,98	70.186.388,09	16.887.563,89	80,61%
01-00-00-00	PESSOAL	50.203.000,00	0,00	260.000,00	50.463.000,00	44.906.843,06	5.556.156,94	88,99%
01-01-00-00	Remunerações Certas e Permanentes	47.720.000,00	0,00	-460.000,00	47.260.000,00	42.618.823,20	4.641.176,80	90,18%
01-02-00-00	Remunerações Acessórias	1.293.000,00	0,00	0,00	1.293.000,00	996.945,00	296.055,00	77,10%
01-03-00-00	Abonos em Espécie	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	15.431,98	4.568,02	77,16%
01-05-00-00	Previdência Social	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	310.150,00	189.850,00	62,03%
01-06-00-00	Compensação de Encargos	670.000,00	0,00	720.000,00	1.390.000,00	965.492,88	424.507,12	69,46%
02-00-00-00	BENS E SERVIÇOS	19.400.000,00	0,00	1.400.000,00	20.800.000,00	16.292.059,40	4.507.940,60	78,33%
02-01-00-00	Bens Duradouros	1.360.000,00	0,00	0,00	1.360.000,00	387.960,34	972.039,66	28,53%
02-02-00-00	Bens Não Duradouros	1.160.000,00	0,00	0,00	1.160.000,00	789.660,38	370.339,62	68,07%
02-03-00-00	Aquisição de Serviços	16.880.000,00	0,00	1.400.000,00	18.280.000,00	15.114.438,68	3.165.561,32	82,68%
04-00-00-00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.084.000,00	0,00	760.000,00	5.844.000,00	5.314.434,00	529.566,00	90,94%
05-00-00-00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.828.000,00	2.608.951,98	-2.470.000,00	9.966.951,98	3.673.051,63	6.293.900,35	36,85%
	DESPESAS DE CAPITAL	6.130.000,00	0,00	50.000,00	6.180.000,00	2.188.140,75	3.991.859,25	35,41%
07-00-00-00	INVESTIMENTOS	6.130.000,00	0,00	50.000,00	6.180.000,00	2.188.140,75	3.991.859,25	35,41%
07-03-00-00	Edifícios	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	129.659,25	340,75	99,74%
07-09-00-00	Material de transporte	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	783.788,00	116.212,00	87,09%
07-10-00-00	Maquinaria e equipamento	5.100.000,00	0,00	50.000,00	5.150.000,00	1.274.693,50	3.875.306,50	24,75%
TOTAL		90.645.000,00	2.608.951,98	0,00	93.253.951,98	72.374.528,84	20.879.423,14	77,61%

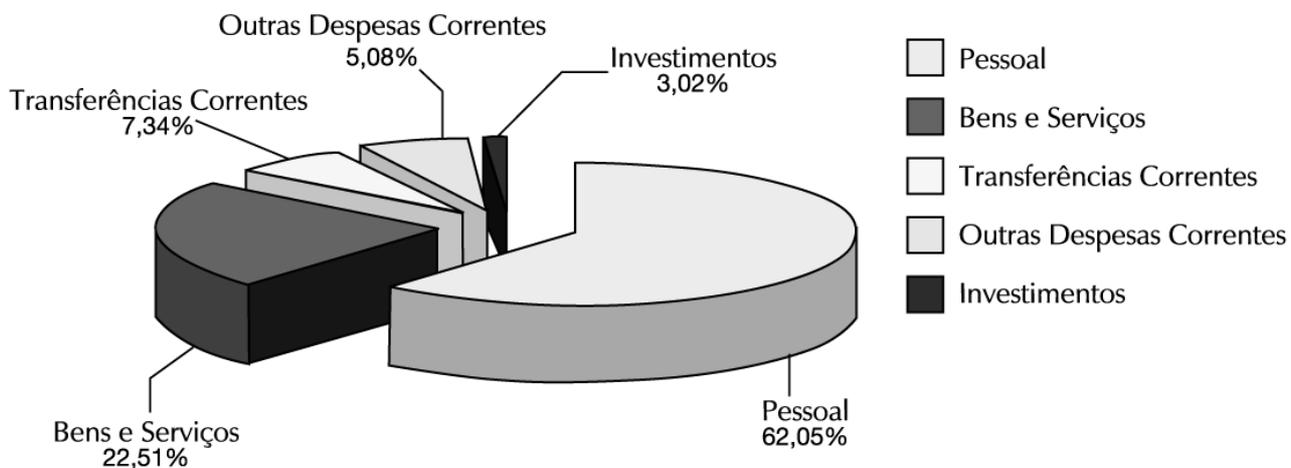
圖表二十八

2006年實際支出結構



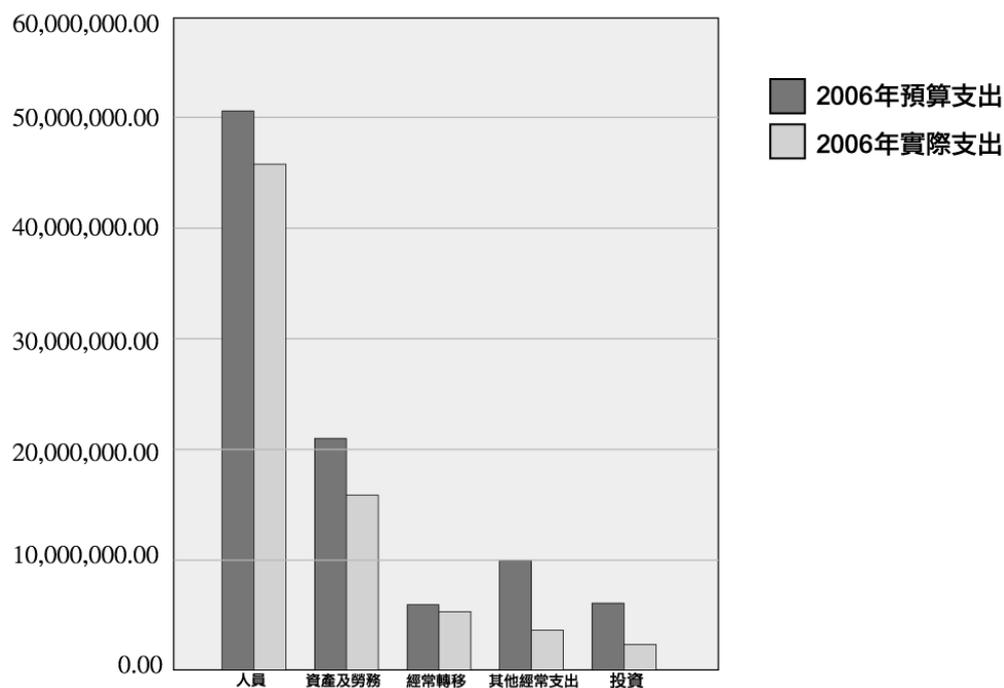
QUADRO XXVIII

ESTRUTURA DAS DESPESAS REALIZADAS EM 2006



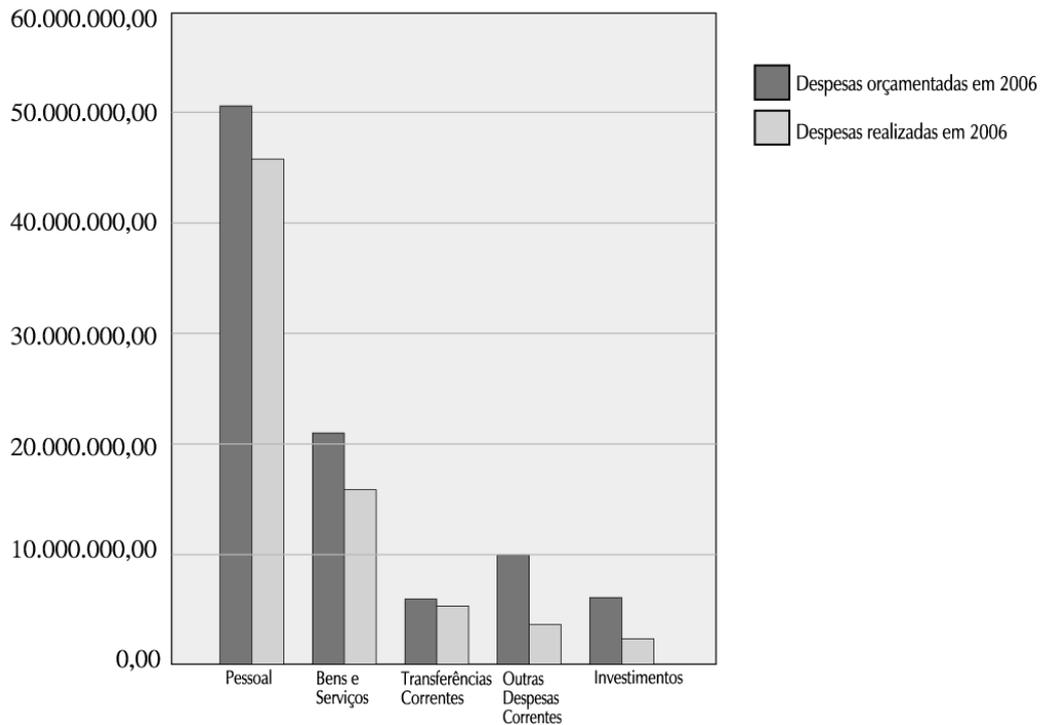
圖表二十九

2006年預算支出與實際支出對比



QUADRO XXIX

COMPARAÇÃO ENTRE DESPESAS ORÇAMENTADAS E REALIZADAS EM 2006



7.2 人員

為配合廉政公署各部門工作量的增加，經2003年7月21日第28/2003號行政命令，修改第31/2000號行政法規第三十一條所指的《廉政公署部門人員配備表》，廉政公署人員配備總人數為109人。截至2006年12月31日，連同其它方式聘用的人員，廉署共有125人。

7.2 Pessoal

Perante o aumento de tarefas das subunidades do Serviço do CCAC, pela Ordem Executiva n.º 28/2003, de 21 de Julho de 2003, foi alterada a dotação de pessoal do Serviço do Comissariado contra a Corrupção, referida no artigo 31.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2000, sendo agora de 109 unidades. Em 31 de Dezembro de 2006, o número de efectivos do CCAC era de 125 elementos.

圖表三十

1999—2006年人員數目比較表

職位	31-12-1999	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006
專員	1	1	1	1	1	1	1	1
助理專員	2	2	2	2	2	2	2	2
辦公室主任	1	1	1	1	1	1	1	1
顧問/技術顧問	2	5	6	6	6	5	4	4
廳長	---	---	1	1	1	1	1	1
總調查主任	---	---	2	2	3	3	2	2
處長	1	1	1	---	1	1	1	1
高級技術員	6	5	4	6	4	3	3	4
高級資訊技術員	---	---	---	1	2	1	2	2
翻譯員	3	1	1	---	---	---	---	---
私人秘書	2	1	2	2	1	1	2	2
辦公室助理	---	---	---	---	1	1	1	1

職位	31-12-1999	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006
文案	---	---	1	1	1	1	1	1
技術員	1	1	1	1	1	1	1	1
資訊技術員	---	---	---	---	1	1	2	2
調查員	---	19	32	35	40	50	49	61
技術輔導員	5	7	6	8	18	16	15	13
公關督導員	2	2	2	2	1	---	---	---
助理技術員	---	---	6	7	6	6	6	7
資訊督導員	---	1	1	1	1	1	---	---
文員	3	3	3	3	3	5	6	6
工人及助理員	12	12	11	11	11	11	11	11
全職臨時工作人員	---	---	---	---	---	---	1	2
總數	41	62	84	91	106	112	112	125

QUADRO XXX

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EFECTIVOS ENTRE 1999 E 2006

Cargo	31-12-1999	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006
Comissário	1	1	1	1	1	1	1	1
Adjunto do Comissário	2	2	2	2	2	2	2	2
Chefe de gabinete	1	1	1	1	1	1	1	1
Assessor	2	5	6	6	6	5	4	4
Chefe de departamento	---	---	1	1	1	1	1	1
Investigador-chefe geral	---	---	2	2	3	3	2	2
Chefe de divisão	1	1	1	---	1	1	1	1
Técnico superior	6	5	4	6	4	3	3	4
Técnico superior de informática	---	---	---	1	2	1	2	2
Intérprete-tradutor	3	1	1	---	---	---	---	---
Secretário pessoal	2	1	2	2	1	1	2	2
Adjunto de gabinete	---	---	---	---	1	1	1	1
Letrado	---	---	1	1	1	1	1	1
Técnico	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico de informática	---	---	---	---	1	1	2	2
Investigador	---	19	32	35	40	50	49	61
Adjunto-técnico	5	7	6	8	18	16	15	13
Assistente de relações públicas	2	2	2	2	1	---	---	---
Técnico auxiliar	---	---	6	7	6	6	6	7
Assistente de informática	---	1	1	1	1	1	---	---
Oficial administrativo	3	3	3	3	3	5	6	6
Operário e auxiliar	12	12	11	11	11	11	11	11
Trabalhador eventual	---	---	---	---	---	---	1	2
TOTAL	41	62	84	91	106	112	112	125

附件

ANEXO

行政申訴範疇立案調查個案撮要

Resumos de Casos da Provedoria de Justiça Investigados
com Processos Instruídos

一、卷宗編號：13/2006

I — Processo n.º 13/2006

事由：人員招聘程序中的學歷審查機制以及紀律程序預審員的委任

Assunto: Verificação de habilitações académicas no âmbito do processo de recrutamento de pessoal, e o acto de nomeação do instrutor no âmbito do processo disciplinar

本署在處理一宗個案的過程中，發現T局為晉升局內某名員工而作出的學歷審查程序，以及針對該名員工涉嫌違紀而提起的紀律程序，均存在一些不恰當之處，故立案跟進：

No tratamento de um caso, o Commissariado detectou algumas irregularidades no processo da verificação de habilitações académicas pelo Serviço T, para efeitos de promoção de um determinado trabalhador, e no processo disciplinar instaurado contra este mesmo trabalhador por suspeita da prática de infração disciplinar, pelo que resolveu acompanhar o caso mediante a instrução formal de um processo.

1. 本署於2004年4月13日接到舉報，指T局人員I君憑藉“購來”的學歷文件加上與“高層”的關係而獲“高升”。經調查證實I君原擁有初中學歷，以編制外合同方式擔任第三職階特級助理技術員，在向局方提交自廣東省行政管理培訓學院（下稱培訓學院）取得的學歷文件後，即獲聘為第三職階特級技術員。事實上，I君曾向高等教育輔助辦公室（下稱高教辦）申請認可有關學歷，2001年4月被該辦以“培訓學院屬非學歷高等教育機構，不具備頒發國家承認的學歷文憑資格”為由駁回。及至第26/2003號行政法規（下稱“新法”）生效，I君將上述學歷文件交內地公共證員“鑒證”後於2003年11月交予部門，2004年1月即獲職位上的提升。本署於是展開了調查。

1. Em 13.04.2004, o Commissariado recebeu uma denúncia, alegando que o trabalhador I do Serviço T foi «promovido» com base num documento comprovativo de habilitações académicas «comprado» e do relacionamento que mantinha com a direcção deste Serviço. Das diligências que foram efectuadas, ficou comprovado que, inicialmente, o trabalhador I possuía apenas como habilitações académicas o ensino secundário geral, e que foi contratado pelo Serviço T por contrato além do quadro para desempenhar funções de técnico auxiliar especialista, 3.º escalão. Posteriormente, com a entrega de um documento comprovativo de habilitações académicas emitido pelo Instituto de Formação de Gestão Administrativa da Província GuangDong (doravante, Instituto de Formação), o referido trabalhador foi imediatamente contratado para exercer funções de técnico especialista, 3º escalão. Na verdade, o trabalhador I já antes tinha pedido junto do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (doravante, GAES) o reconhecimento das referidas habilitações académicas conferidas pelo Instituto de Formação, contudo este pedido foi indeferido pelo GAES em Abril de 2001, com o fundamento de que «o Instituto de Formação é um instituto de ensino superior que não está qualificado para a emissão de documentos comprovativos de habilitações académicas reconhecidos pelo País». Com a entrada em vigor do Regulamento Administrativo n.º 26/2003 sobre a verificação de habilitações académicas (doravante, «Novo Regime»), o trabalhador I requereu, junto do notário público da China, a «certificação da autenticidade» do referido documento comprovativo de habilitações literárias e entregou-o ao seu serviço, em Novembro de 2003, o que permitiu que fosse promovido pelo respectivo Serviço em Janeiro de 2004. Face a esta situação, o Commissariado decidiu proceder à sua investigação.

2. 對此，本署兩次去函T局，除轉錄高教辦上述駁回理由外，又指出本署通過內地執法部門協查取得、並經廣東省教育廳確認的調查結果——培訓學院不具備獨立頒發國家承認的學歷文

2. O Commissariado oficiou por duas vezes ao Serviço T, transmitindo-lhe não só o fundamento do indeferimento proferido pelo GAES, como ainda o resultado obtido nas diligências promovidas pelo Commissariado, com o apoio das autoridades chinesas e confirmado pelo Departamento da Educação da Província de GuangDon, de que o Instituto de Formação não está qualificado para atribuir diplomas de habilitações académicas. Por outro lado, foi também solicitado ao Serviço T que instaurasse um processo disciplinar contra o referido trabalhador, para verificar se este ocultou intencionalmente a situação do indeferimento proferido pelo GAES sobre o seu anterior pedido de re-

憑資格；另就I君故意隱瞞其學歷不獲認可，誤導該局以為其具擔任技術員的學歷條件一事，促請該局提起紀律程序。

3. 雖然T局在回應本署時曾表示，該局係完全依照“新法”的規定對I君的學歷進行審查，結果認為其學歷適合所擔當的職務且確認了文件的真實性，但該局最後於2005年9月對I君提起紀律程序。局長以案件具特殊性、保障法律的實施和透明度及盡快展開工作為由，建議所屬司長委任律師為預審員。在取得司長的同意後，局方將本署兩通報函及局方致本署的覆函文件交預審員。

4. 預審展開後，I君於10月19日向預審員提供證言時表示，內地公共公證員僅確認具可信性大學的文件，故才辦理有關“鑒證”手續。又在翌日到澳門科技大學（下稱科大）報讀碩士學位課程，並於10月21日獲校方通知被取錄，隨即向預審員提交錄取通知書副本，並強調有關取錄取決於提交高等專科學歷證明文件，故其學歷已獲科大確認。

5. 此外，預審員亦於聽取I君證言後翌日透過秘書電郵廣東省教育廳，查詢培訓學院是否依法成立；是否有權開辦大專、中專課程；其專科結業證書相當於哪一學歷程度；該院發給I君的證書是否屬實等事宜，唯最終未獲回應；又向高教辦索取I君當年申請學歷認可的所有文件資料。

6. 預審結束後，預審員作成報告。其認為當日高教辦駁回I君學歷認可申請的理由，與該辦所援引的第39/93/M號法令（下稱“舊法”）第5條第3款所規定的“形式標準”（“申請人取得學歷

conhecimento das suas habilitações académicas, com o intuito de induzir em erro o Serviço de que possuía as habilitações académicas necessárias para o desempenho das funções de técnico.

3. Na resposta dirigida a este Commissariado, o Serviço T afirmou que a verificação de habilitações académicas do trabalhador I foi feita em conformidade com o «Novo Regime», na medida em que foi confirmado que as habilitações académicas do referido trabalhador eram adequadas ao exercício das funções em questão, e que se procedeu à aferição da autenticidade do documento comprovativo da respectiva habilitação académica. Entretanto, em Setembro de 2005, o Serviço T instaurou um processo disciplinar contra o mesmo trabalhador. Neste processo, o director do Serviço T propôs à tutela a nomeação de um advogado para instrutor do processo, com o seguinte fundamento «atendendo a especificidade da matéria em causa e por forma a garantir o estrito cumprimento da legalidade, transparência e celeridade do processo». Depois de obtida a autorização da tutela, o director do Serviço T remeteu os dois ofícios do Commissariado, bem como a respectiva resposta para o instrutor do processo.

4. Iniciada a instrução do processo, em 19 de Outubro de 2005, o instrutor realizou uma audiência com o trabalhador I, tendo este declarado que requereu junto do notário público da China a «certificação da autenticidade» do documento em questão, pelo facto de este apenas reconhecer documentos emitidos pelas universidades que sejam credíveis. No dia seguinte, o trabalhador I inscreveu-se num curso de mestrado organizado pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (doravante, UCTM); em 21.10.2005, o referido trabalhador foi notificado pela UCTM da sua admissão no respectivo curso. Perante isto, o trabalhador I entregou imediatamente ao instrutor uma cópia da referida notificação, sublinhando que a apresentação de um documento comprovativo da posse de um curso superior de especialização é condição essencial para a admissão ao referido curso de mestrado, pelo que a sua admissão representava a confirmação das suas habilitações académicas por parte da UCTM.

5. Por outro lado, no dia seguinte à audiência do trabalhador I, o instrutor, com o apoio da sua secretária, enviou um e-mail ao Departamento da Educação da Província de Guangdong, solicitando as seguintes informações: se o Instituto de Formação foi constituído legalmente; se o mesmo instituto estava habilitado para leccionar cursos de ensino médio de especialização e superior; qual o grau académico atribuído aos certificados/diplomas dos respectivos cursos; e sobre a autenticidade do certificado emitido pelo Instituto ao trabalhador I. No entanto, este e-mail não foi objecto de nenhuma resposta. O instrutor solicitou também ao GAES a remessa de todos os documentos respeitantes ao pedido de reconhecimento das habilitações académicas do trabalhador I.

6. Concluída a instrução do processo, o instrutor elaborou um relatório, apontando que existe uma desconformidade entre o fundamento invocado pelo GAES para indeferir o pedido de reconhecimento das habilitações académicas do trabalhador I e o «critério formal» consagrado no n.º 3 do artigo 5.º do DL n.º 39/93/M (diploma que aprovou o regime de reconhecimento de habilitações académicas obtidas fora de Macau ou nos diferentes sistemas de ensino não oficiais existentes no Território — doravante, «Antigo Regime») que estabelece que deve «(...) o estabelecimento de ensino ter reconhecimento oficial no País

之教育機構須為有關國家或地區官方認可”)有異,因為學歷認可的法定要件為相關教育機構“須為官方認可”而非“具備頒發學歷文憑資格”。

7. 值得注意的是,只要教育機構依法定程序成立,當地政府即會容許其正式運作,至於經認可的高等教育機構所開辦的課程,則另須通過核准機制,以確保其相應的學歷程度符合官方預先釐定的要件,故條文中的“認可”涵義,當然不應單純以相關教育機構依法定程序成立為準,還須考慮有關課程的相應學歷資格是否亦獲官方“認可”;再者,“舊法”第9條第3款c)項訂明,申請學歷認可時須提交學習計劃、課程大綱、畢業成績等資料文件,顯示立法者有意透過客觀資料的分析來審查申請人的學歷,從而確保非在官方教育機構(即使經官方認可)取得的學歷符合既定要求。

8. 基此,預審員單純從條文的字面含義作出法律解釋,忽略了學歷認可制度的整體性規範以及該制度的目的及意義,從而得出質疑高教辦駁回學歷認可申請依據的合法性,難以令人信服。

9. 預審員又指“新法”訂明,“審查學歷是指確認利害關係人所聲明具有的學歷是否適合擔任特定公職、從事受公共實體監管的專業活動……,以及核實有關學歷證明文件是否妥當及真確”,因而認定該法棄用“舊法”所訂的“形式標準”而確立“實質標準”。因此,只要T局認為I君的學歷適合所擔任的職務,且學歷文件經“鑒證”而確認其真確性,便符合“新法”所訂的“實質標準”。

10. 然而,有必要指出,“新法”在要求用人部門即審查學歷實體判斷利害關係人所擁有的學歷是否適合擔任特定公職的同時,亦要求部門核實相關文件是否妥當及真確,一旦對審查標的存疑,便應按照《行政程序法典》第59條及第86條第1款的規定,主動採取調查措施予以核實。此項核實義務須予嚴格履行,

ou Território onde o requerente obteve as suas habilitações», na medida em que o requisito legal para que seja conferido o reconhecimento das habilitações literárias é o de que «o estabelecimento de ensino tenha reconhecimento oficial» e não que seja «estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido para atribuir diplomas com graus académicos».

7. É de notar que, uma vez que o estabelecimento de ensino seja constituído de acordo com a lei, o mesmo será autorizado a exercer a sua actividade. Já no que toca ao reconhecimento oficial dos cursos organizados pelo estabelecimentos de ensino superior, é necessária a aprovação por parte da Administração, por forma a assegurar que o respectivo grau académico esteja em conformidade com as condições pré-definidas pela própria Administração. Daí que a palavra «reconhecimento» definida no artigo em questão não devesse ser interpretada simplesmente como um estabelecimento de ensino constituído de acordo com a lei, mas também ter em consideração se o grau académico do respectivo curso era ou não «reconhecido» pela Administração. Acrescenta-se que a alínea c) do n.º 3 do artigo 9.º do «Antigo Regime» dispunha que na apresentação do pedido de reconhecimento era necessário a junção de documentos comprovativos como os relativos ao plano, programa do curso e classificação final, o que permite concluir que a intenção do legislador era no sentido de examinar as habilitações académicas do requerente através da análise de dados objectivos, por forma a assegurar que as habilitações académicas obtidas em estabelecimentos de ensino não oficiais (mesmo que com reconhecimento oficial) preenchessem os requisitos impostos pela Administração.

8. Deste feita, não é convincente a dúvida que o instrutor coloca sobre a legalidade do fundamento para o indeferimento do pedido de reconhecimento das habilitações académicas do trabalhador I, na medida em que a interpretação feita pelo instrutor apenas se cinge à letra da lei, sem ter em consideração o enquadramento sistemático das normas disciplinadoras do regime de reconhecimento das habilitações, nem a sua finalidade e sentido.

9. O instrutor alega ainda que o «Novo Regime» reza que «a verificação de habilitações académicas consiste na confirmação de que as habilitações académicas invocadas são as adequadas ao exercício de determinada função pública ou actividade profissional condicionada por intervenção de entidade pública (...) e na aferição da idoneidade e autenticidade dos documentos comprovativos das habilitações académicas invocadas», pelo que entende que este regime veio consagrar um «critério substancial», que prima pelo reconhecimento de facto das habilitações, em detrimento de um «critério formal» de reconhecimento de habilitações académicas consagrado no «Antigo Regime». Assim, conclui o instrutor que basta que o Serviço T considere que as habilitações académicas detidas pelo trabalhador I são adequadas ao exercício da função em causa, e que haja a confirmação da veracidade do respectivo documento através de documento que certifique a sua «autenticidade», para que as habilitações académicas em questão satisfaçam o «critério substancial» consagrado no «Novo Regime».

10. No entanto, há que referir que o «Novo Regime» não só exige ao serviço recrutador (i.e. a entidade que procede à verificação de habilitações académicas) que verifique se as habilitações académicas invocadas pelo interessado são adequadas ou não ao exercício de determinada função, mas também que afira da idoneidade e autenticidade dos respectivos documentos comprovativos, uma vez que, suscitando dúvidas sobre os docu-

因為現行法例訂明學歷為擔任公共職務的其中一項一般要件，僅在法律明文容許且符合特定前提下，方得豁免。審查實體在進行學歷審查時如自由作出決定，便有可能令法定進入公職所需的學歷要件形同虛設。

11. 另一方面，預審員透過 T 局所提供的資料，理應知悉本署所通報的調查結果已獲廣東省教育廳確認，唯其仍透過電郵向同一教育部門查詢，其合理性令人質疑——旨在核實本署所提供訊息的真確性？還是欲於“國家不承認有關學歷”這不可能改變的事實以外證明 I 君所擁有的學歷符合“實質標準”？然而，有義務就符合“實質標準”的主張舉證之人按理應為欲通過此標準而獲益的當事人，而不是行政當局、也不是負責查明公務員在學歷資格審查程序有無不當行為的預審員。

12. 再者，預審員以私人實體（律師事務所）名義電郵廣東省教育廳查詢，這種取證方式的恰當性及有效性也是令人質疑的，因為作為內地官方部門，上述教育廳原則上不會直接回覆寄自港、澳、台或外國的此類私人電郵查詢，無論是高教辦，抑或是本署，均需透過特定官方渠道方可取得相關資訊。預審員如認為有必要取得相關訊息，理應循官方渠道為之，而非自行透過非正式途徑（電郵方式且無附以可確認發件者的身份及權限的途徑）直接向內地官方部門索取資訊，最終導致查詢不獲回應。

13. 此外，預審員亦無了解 T 局以致其他部門在“新法”生效後如何履行“核實有關學歷證明文件是否妥當及真確”的職責，以查察在本案中有否存在徇私、欺詐又或部門內部管理的問題，從而確定 I 君或甚至 T 局的其他人員須否為此承擔紀律責任。

mentos em questão, o serviço deve proceder às diligências no sentido de clarificar estas dúvidas, conforme o disposto no artigo 59.º e no n.º 1 do artigo 86.º do Código do Procedimento Administrativo. Este dever de averiguação tem que ser rigorosamente cumprido dado que, de acordo com a legislação vigente, as habilitações académicas constituem um dos requisitos gerais para o desempenho de funções públicas, sendo a sua dispensa só possível quando a lei expressamente a autorize e após o preenchimento dos respectivos pressupostos legais. Ora, se no processo de verificação de habilitações académicas é conferida à entidade pública em causa liberdade de decisão, então o requisito da habilitação académica que a lei exige para o desempenho de funções públicas perderá o seu significado.

11. Por outro lado, segundo as informações que foram remetidas pelo Serviço T, o instrutor deveria conhecer do resultado das investigações promovidas pelo Comissariado, designadamente sobre o que foi asseverado pelo Departamento de Educação da Província Guang Dong. No entanto, o mesmo instrutor solicitou informações junto do mesmo departamento através de e-mail, facto que nos levou a duvidar da racionalidade desta conduta—será que o instrutor pretendeu verificar da veracidade das informações fornecidas pelo Comissariado? Ou pretendeu provar que as habilitações académicas do trabalhador I satisfaziam o «critério substancial», mesmo sabendo que não era possível alterar o facto de que «as respectivas habilitações académicas não eram reconhecidas a nível nacional na China»? Aliás, quem tem o dever de fazer prova de que as habilitações académicas satisfazem o «critério substancial» é a pessoa que pretende ser beneficiada através deste critério, e não a Administração nem o instrutor que era o responsável pela averiguação da existência de actos irregulares praticados pelo funcionário público no âmbito do processo de verificação de habilitações académicas.

12. Acresce que dúvidas também se colocam sobre a adequação e eficácia da forma de obtenção de provas escolhida pelo instrutor — i.e. pedir informações junto do Departamento de Educação da Província de Guangdong através de e-mail e em nome de uma entidade privada (escritório de advogado), dado que, em princípio, o referido Departamento de Educação, enquanto entidade oficial da China, não responde directamente às consultas feitas por esta via pelas entidades privadas quer sejam elas de Hong Kong, de Macau, de Taiwan ou do estrangeiro. Mesmo no caso do GAES e do Comissariado, as informações requeridas só podem ser obtidas através de entidade oficialmente designada para este efeito. Ora, se o instrutor entendia que era necessário obter mais informações devia, então, recorrer à entidade designada e não directamente fazer, por si mesmo, o pedido informal (i.e., por via electrónica, sem quaisquer indicações dos meios que permitam confirmar a identidade e competência do autor), sob pena desta solicitação não receber nenhuma resposta como veio acontecer no presente caso.

13. Perante o facto da entrada em vigor do «Novo Regime», o instrutor também não procurou saber como é que o Serviço T e os outros serviços públicos procediam quanto à «aferição da idoneidade e autenticidade dos documentos comprovativos das habilitações académicas invocadas», por forma a verificar se no caso em apreço, existiu ou não a prática de actos de favorecimento, de fraude, ou problemas relacionados com a gestão interna do serviço, e daí determinar a eventual responsabilidade disciplinar do trabalhador I bem como, de outros trabalhadores do Serviço T.

14. 事實上，就核實I君所提交的學歷文件是否妥當及真確的問題上，預審員應知悉，按本澳公證法例，公證員在任何情況下均不會考究文件簽發機構的可信性；至於內地的公證制度會否另有規定，以致在I君的具體個案中，內地公證員在學歷文件所作公證行為的內涵，則未見預審員採取任何措施，進行分析研究，從而知悉內地公證員並無法定義務就其所鑒證的學歷文件的發出機構是否具可信性，以及就學歷文件所涉及的學歷程度表達任何立場。相反，預審員僅憑I君片面之詞，即認同T局“基於文件經公證員鑒證而確認其妥當及真確性”的做法，無疑顯示其在調查取證上有所輕率。

15. 另一方面，預審員又以I君所提交的科大碩士課程錄取通知書作為判定T局認可I君相關學歷合法的其中一項理由，顯示其將一私立高等教育機構為錄取學生所進行的學歷審查而使用的、可因應本身辦學方針及政策而變更的標準以及相關審查結果，套用到行政機關為聘用、晉升人員而進行的學歷審查之中，無疑將科大等同行政當局的學歷審查機關。再者；即使援引科大的學歷審查結果屬可行，但以一後來發生的事實（I君於2003年提交的學歷於2005年“有可能”獲科技大學認可的事實）作為一業已實施的行為的理據（T局於2003年對I君的學歷進行審查），明顯存有邏輯上的錯誤。

16. 上述種種涉及紀律程序的預審工作問題，與預審員的委任不無關係。根據公職法的規定，原則上應在符合法定要件的公職人員中挑選，委任非公職人員為預審員僅屬例外手段。T局局長建議委任非公職人員（律師）作為本案紀律程序的預審員，但無根據《行政程序法典》第114條第1款e)項的規定，對此例外做法說明理由，因為局長僅以“案件的特殊性及保障法律的實施

14. Relativamente à questão de aferição da idoneidade e autenticidade do documento comprovativo das habilitações académicas do trabalhador I, o instrutor deveria saber que, ao abrigo da legislação notarial de Macau, ao notário não compete verificar a credibilidade da entidade emissora do documento. Já quanto à legislação do notariado da China, será que prevê um regime diferente? E qual será a conotação do acto notarial praticado pelo notário público da China sobre o documento comprovativo das habilitações académicas do trabalhador I? Não nos parece que o instrutor tenha tido o cuidado de analisar e examinar a respectiva legislação por forma a tomar conhecimento de que os notários da China, no processo da «certificação» de documentos, não estão incumbidos de se pronunciar sobre a credibilidade das instituições que emitem tais documentos comprovativos de habilitações académicas, nem sobre o grau académico que os respectivos documentos comprovam. Pelo contrário, o instrutor, baseando-se apenas nos argumentos apresentados pelo trabalhador I, expressou, desde logo, a sua concordância com a actuação do Serviço T de confirmar da idoneidade e da autenticidade do documento comprovativo da habilitação do trabalhador I com base na «certificação da autenticidade» por notário público da China, o que manifesta que o instrutor não actuou com rigor e cautela na recolha de provas.

15. Por outro lado, o facto de o instrutor fazer valer também a notificação da admissão no curso de mestrado ministrado pela UTCM apresentada pelo trabalhador I para justificar a legalidade do processo de verificação das suas habilitações académicas, indicia que o instrutor admite que sejam aplicados, no âmbito do processo de verificação de habilitações académicas pela Administração, para efeitos de provimento e promoção de pessoal, os critérios de verificação das habilitações académicas definidos por um estabelecimento de ensino superior privado para o seu processo de admissão de estudantes (sendo estes critérios passíveis de serem alterados de acordo com as linhas e as políticas de ensino do próprio estabelecimento), bem como a respectiva decisão final tomada por este estabelecimento de ensino. Daqui se pode concluir que o instrutor está a equiparar a UTCM a uma entidade pública competente para a verificação de habilitações académicas da Administração. Ora, mesmo que entenda ser de admitir o resultado da verificação das habilitações académicas por parte da UTCM, o instrutor do presente caso cometeu manifestamente um erro lógico, uma vez o seu juízo foi formulado com base num facto ocorrido posteriormente (a possibilidade de, em 2005, ser reconhecido pela UTCM o documento comprovativo das habilitações académicas apresentado, em 2003, pelo trabalhador I) para justificar um acto já praticado no passado (o Serviço T procedeu à verificação do documento em causa em 2003).

16. Nestes termos, no âmbito da instrução deste processo disciplinar, todos os problemas acima referidos têm, de facto, algo a ver com a própria nomeação do instrutor. Ao abrigo do Regime Jurídico da função pública, em princípio o instrutor deve ser escolhido de entre os trabalhadores da Administração Pública que preencham os requisitos legais e só em casos excepcionais é que se pode nomear indivíduos não vinculados à Administração. No caso em apreço, o director do Serviço T propôs, desde logo, nomear alguém fora da Administração (advogado) para ser instrutor do processo disciplinar instaurado contra o trabalhador I, com base no seguinte: «...especificidade da matéria em causa e por forma a garantir o estrito cumprimento da legalidade, transparência e celeridade do processo...».

和透明度，為儘快展開工作”作為解釋，但無說明按原則性做法——選用公職人員擔任預審員，對達致“盡快展開工作”、“保障法律的實施和透明度”此等目的存在困難，又無指出案件的“特殊性”何在，故不足以充份說明其所作建議的理由。根據同一法典第 115 條第 2 款的規定，此舉等同於無說明理由。

17. 事實上，委任非公職人員為預審員的確存在不少弊端，例如，該等人士不受任何公職義務約束，易受各種主觀因素影響而難以確保採用與當局過往處理紀律問題的一致標準；對公共行政的運作不熟悉從而不利於調查程序的進行；亦為行政當局帶來較沉重的財政負擔（預審員酬金的支付）。本案中，由於預審員對公共行政的運作了解不足，又不清楚 T 局及其他部門在學歷審查的實務操作，亦不了解內地官方機關在回應查詢方面的慣常做法，自然影響其對預審工作中各項調查措施的安排，結果不但有礙於調查程序的進行，亦影響了對問題的最終判斷。

18. 至於現行學歷審查制度方面，“新法”從根本上變更了“舊法”規定由專責部門統一負責學歷認可的做法，由各用人部門/實體（或典試委員會）自行審查利害關係人的學歷——“確認利害關係人所聲明的學歷是否適合擔任特定公職、從事受公共實體監管的專業活動”，以及“核實有關學歷證明文件是否妥當及真確”。

19. 然而，在實務操作上不少部門均遇到困難，尤以進行開考程序為甚，由於典試委員會的組成每次均不同，開考程序又受法定期間約束，加上參加開考者人數眾多，每每為審查工作帶來障礙，鑒於“新法”並無具體就如何進行學歷審查作出規範，因此便出現了各司各法、有嚴有寬的情況。

No entanto, conforme o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 114.º do CPA, não foi dado o devido fundamento para uma tal proposta de sentido diferente dos casos normais, uma vez que o director não justificou em que medida é que poderia pôr em causa a «garantia do estrito cumprimento da legalidade, transparência e celeridade do processo», caso fosse escolhido um trabalhador da Administração para ser instrutor do processo, nem tão pouco demonstrou onde estava a «especificidade» do processo disciplinar. Desta feita, são insuficientes os fundamentos alegados pelo director na sua proposta, pelo que esta padece do vício de falta de fundamentação, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 115.º do CPA.

17. Na verdade, a nomeação de indivíduo não vinculado à Administração Pública para instrutor padece de alguns defeitos, nomeadamente, o facto de indivíduo não estar sujeito aos deveres funcionais, o que facilita que seja influenciado por diversos factores subjectivos e, por isso, dificilmente se conseguirá garantir que utilize os mesmos critérios adoptados pela Administração em processos disciplinares anteriores; o facto de possuir menos conhecimentos sobre o funcionamento da Administração Pública, o que acarreta inconvenientes para a investigação; e o facto de implicar um pesado encargo financeiro para a Administração (pagamento da remuneração do instrutor). No caso em apreço, a insuficiência de conhecimento por parte do instrutor, quer sobre o funcionamento da Administração Pública, da prática seguida pelo Serviço T e de outros serviços no processo de verificação das habilitações académicas, quer sobre as formalidades geralmente adoptadas pelas entidades oficiais da China no tratamento a dar às consultas que lhe são dirigidas, foram factores que claramente influenciaram na tomada de decisão do instrutor sobre as diligências a adoptar na instrução do processo, resultando daqui que não só a respectiva investigação ficasse comprometida, mas também como a própria apreciação final.

18. Quanto ao quadro legal sobre a verificação de habilitações académicas vigente, o «Novo Regime» ao prever que «A verificação de habilitações académicas consiste na confirmação de que as habilitações académicas invocadas são as adequadas ao exercício de determinada função pública ou actividade profissional condicionada por intervenção de entidade pública» e «na aferição da idoneidade e autenticidade dos documentos comprovativos das habilitações académicas invocadas», veio alterar substancialmente o «Antigo Regime» que determinava especificamente uma entidade pública para exercer exclusivamente a competência pelo reconhecimento de habilitações académicas, passando agora a ser os serviços ou as entidades públicas interessadas (ou o júri do concurso) a procederem, eles próprios, à verificação das habilitações académicas que são invocadas.

19. Na prática, vários serviços enfrentam dificuldades na verificação de habilitações académicas, especialmente quando estão em causa processos de recrutamento de pessoal, pelo facto de serem nomeados elementos diferentes para o júri em cada processo, de existirem prazos legais aos quais este processo está vinculado, e do número de candidatos ser elevado. No entanto, o «Novo Regime» não prevê expressamente o procedimento que deve ser adoptado na verificação de habilitações académicas, o que leva a que «cada serviço procede como entender», resultando isto na desigualdade do grau de rigor nos critérios utilizados pelos vários serviços.

20. 可是，由於審查尺度的寬緊足以影響相關人士擔任公職或擔任較高職位的資格，僅由用人部門進行審查，其結果便易受質疑，特別是在無須透過考核而聘用人員的情況，正如本案當事人的學歷認可申請先前已被當局駁回，但在單純由用人部門審查的情況下卻獲通過審查。這類結果的出現難免導致“任人唯親”、“透過利益輸送等渠道通過學歷審查”等猜疑，直接影響政府的公信力。

21. 另一方面，“新法”雖然將高教辦定位為“發表意見”的部門，但當公共部門要求該辦發出意見時，高教辦原則上均表示已無權介入相關事宜，僅向查詢部門提供早於“新法”生效之初整理的資料，供部門參考。對於此等“意見”，不少部門均認為無實質作用。

22. 根據學理，“意見”應為就具體個案所作的具依據的研究分析，並附同結論/判斷，以助權限機關作出決定或發出指令。實務上，現時依法就某事宜向權限當局給予意見的實體，如土地工務運輸局、衛生局及消防局等部門依法就民政總署向飲料及飲食場所發出執照給予意見時，均會分別就具體個案中的場所進行的工程、公共衛生、防火安全等與本身職權相關的事宜給予贊同或不贊同發牌的意見，而非向要求意見者提供可資判別的參考資料。基此，高教辦的上述做法，難免令人質疑其究竟有否切實履行“發表意見”的職責。

23. 誠然，“舊法”規定高等學歷的認可由高教辦聽取高等學歷認可委員會的意見後作出，有關意見雖然不具拘束力，但實際操作上確係由委員會對認可申請進行評審，所以高教辦認為，認可職權在於委員會，該辦僅在行政、技術及財政上輔助委員會。因此，現在面對的問題是：“新法”生效後，過去高教辦賴以就具體個案執行學歷認可職責的合議機關已不復存在，這樣，高教辦是否仍具條件為各求助部門就具體個案進行分析研究和發出意見呢？

20. Tendo em conta que determinar se alguém está ou não habilitado para desempenhar função pública ou ser promovido para um cargo superior, está muito dependente do critério (mais ou menos rígido) que é adoptado pelo serviço no respectivo processo da verificação de habilitações académicas, e porque este processo compete apenas ao serviço interessado, é fácil que se levantem suspeitas sobre a imparcialidade deste serviço. Estas suspeitas colocam-se especialmente nos casos de provimento de pessoal sem necessidade do recurso a provas, como acontece no caso ora em apreço, na medida que, apesar do pedido de reconhecimento da habilitação académica do trabalhador I ter sido anteriormente indeferido pela própria Administração, as mesmas habilitações académicas são posteriormente confirmadas pelo serviço interessado. Situações como esta, criam inevitavelmente suspeições de «favorecimento pessoal» e de «oferta de vantagens para que as habilitações académicas «passem» com sucesso no processo de verificação» e, por conseguinte, põem em causa a confiança pública da Administração.

21. Por outro lado, apesar do «Novo Regime» prever que o GAES é a entidade competente para emitir pareceres sobre os assuntos relacionados com a verificação de habilitações académicas, este, ao ser solicitado para emitir parecer, responde que já não é competente para intervir no assunto, e apenas se limita a fornecer, para referência, informações que este mesmo Gabinete organizou no início da entrada em vigor do «Novo Regime». No entanto, vários serviços entendem que o «parecer» emitido pelo GAES não tem qualquer utilidade.

22. Conforme a doutrina, «parecer» é um estudo fundamentado, com as respectivas conclusões, sobre determinado caso concreto para auxiliar a tomada de decisão do órgão competente. E tal é o que ocorre na prática com as entidades que, por determinação da lei, estejam obrigados a emitir parecer sobre determinadas matérias, como é o caso da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, da Direcção dos Serviços de Saúde e do Corpo de Bombeiros que, conforme a suas competências, emitem pareceres (favoráveis ou não favoráveis) sobre os pedidos de licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas apresentados junto ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, designadamente no respeitante às matérias sobre obras, saúde pública e segurança contra incêndios, e não se limitam apenas a fornecer informações, para referência, à entidade que solicita o parecer. Nesta medida, face a atitude tomada pelo GAES, é inevitável que se venham a levantar dúvidas de saber se este Gabinete está ou não a dar cumprimento ao seu papel de consultadoria.

23. Na verdade, o «Antigo Regime» estipulava que o reconhecimento de habilitações académicas de nível superior competia ao Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, mediante parecer da Comissão Consultiva para o Reconhecimento de Habilitações de Nível Superior. Não obstante o referido parecer não ser vinculativo, na prática, quem apreciava os pedidos de reconhecimento de habilitações académicas era a Comissão e, nesta medida, o GAES entende que a competência para o reconhecimento de habilitações académicas cabia à Comissão, sendo o Gabinete apenas um serviço de prestação de apoio administrativo, técnico e financeiro àquela Comissão. Face a isto, e porque com a entrada do «Novo Regime» foi extinto o órgão colectivo que desempenhava as funções de reconhecimento de habilitações, coloca-se a dúvida de saber se o GAES continua ou não a ter condições para analisar os casos apresentados pelos serviços interessados e emitir o respectivo parecer.

24. 過去，由於“舊法”未能配合當今大學的學制作出調整，亦無顧及各地院校的具體行政操作而一律要求申請人提交大量文件資料，造成申請人在時間和金錢上的無謂耗費，故常為市民所詬病。“新法”改由各用人部門自行審核應徵者的學歷資格，明顯有助聘任工作的進行及減輕官僚情況的出現。但是，“新法”亦規定高教辦須向求助部門發出意見，足以說明立法者認為高教辦在審查高等教育學歷事宜上具備較佳的資源及條件，故認定其有職責向遇到疑難的部門提供協助。

25. 在本個案中，T局為用人部門，即使最初未必能意識到I君學歷不獲內地政府承認的事實屬可理解，唯在本署向該局通報後，該局最終仍堅持立場，便屬不當，因為連取得學歷當地的政府亦不承認的學歷，相關課程的認受性及質素便毫無保證，澳門公共部門在欠缺依據的前提下無條件地直接對相關學歷作出承認，實在難以令人信服，亦沒有嚴格遵守《澳門公共行政職程制度》就擔任技術員職務所需學歷要件的規定。此外，即使根據“新法”的規定，局方認為I君的工作能力足以勝任技術員一職，但基於擔任該職務所需的學歷要件尚未滿足，便不應隨便判定I君的學歷文件係“妥當”的，繼而認定相關學歷符合擔任技術員的法定要求。

26. 基此，本署已採取下列措施：

(1) 向相關司長作出勸喻，促請其關注在其監督領域中開展的各項針對公務人員的紀律程序，避免在無依據的情況下委任非公職人員為預審員；要求預審員依法務實地採取有效的調查措施，以及謹慎分析事實及法律方面的理據，以便能確保行政當局在處理公務人員涉嫌違紀事宜上的公正無私以及維護公職義務的確切遵守；

24. No passado, a ausência quer de coordenação do «Antigo Regime» com o regime escolar dos actuais institutos universitários quer de relação deste Regime com as operações administrativas dos institutos universitários de diferentes países, eram factores que determinavam que, para a instrução dos processos de reconhecimento de habilitações académicas, fosse exigido aos interessados a entrega de grandes quantidades de documentos para instrução dos respectivos pedidos, facto que foi objecto de várias críticas por parte dos cidadãos, por causarem desperdício de tempo e de dinheiro aos interessados. Ora, com a entrada em vigor do «Novo Regime», a competência para a verificação de habilitações académicas do pessoal a prover passou para os serviços públicos interessados, o que não só permitiu simplificar o processo de recrutamento, como ainda permitiu diminuir o surgimento de situações burocráticas. Apesar disto, o «Novo Regime» não deixou de prever o dever do GAES de emitir parecer mediante a solicitação dos serviços públicos, o que mostra que o legislador entendeu que este Gabinete possui melhores recursos e condições para prestar apoio aos serviços que enfrentem dificuldades no processo da verificação de habilitações académicas do ensino superior.

25. No caso em apreço, mesmo que seja compreensível o facto de o Serviço T, enquanto serviço interessado no provimento do pessoal, não se tenha apercebido inicialmente de que as habilitações académicas do trabalhador I não obtiveram o reconhecimento do Governo da China, já será de considerar incorrecto a atitude do próprio Serviço T que, mesmo após ter recebido a comunicação efectuada pelo Comissariado, continuou a insistir na sua posição, ao ponto de ter reconhecido incondicionalmente as habilitações académicas que nem o Governo do local onde estas foram atribuídas as reconhece, isto é, perante uma situação em que não há nenhuma garantia quer sobre o reconhecimento quer sobre a qualidade do curso. Desta feita, a decisão do Serviço T não é convincente, nem observou a norma respeitante às habilitações académicas exigidas para o grupo de pessoal técnico, estabelecida no «Regime Geral e Especial das Carreiras da Administração Pública de Macau». Por outro lado, ao abrigo do «Novo Regime», mesmo que o Serviço T entenda que o trabalhador I é competente para desempenhar funções do grupo de pessoal técnico, tal não justifica que o Serviço T possa decidir per si, e antes mesmo do trabalhador ter obtido as habilitações académicas que são exigidas por lei, que o documento comprovativo das habilitações académicas do trabalhador I era idóneo e, por conseguinte, estava conforme com as habilitações académicas legalmente exigidas para aquelas funções.

26. Pelo exposto, foi adoptado o seguinte:

(1) a emissão de uma recomendação ao Secretário da tutela, solicitando que seja dada atenção, nas áreas da sua tutela, aos processos disciplinares dos funcionários públicos, acautelando os casos de nomeação de indivíduos não vinculados à Administração Pública para instrutor que não sejam fundamentados; exigir aos instrutores que promovam diligências eficazes e analisem, com rigor, os factos e fundamentos jurídicos, por forma a assegurar a justiça e a imparcialidade da Administração no tratamento dos casos suspeitos da prática de infracção disciplinar praticada por funcionário público;

(2) 向相關司長作出建議，由其命令T局重新就I君的學歷進行審議，並按第26/2003號行政法規第5條的規定要求高等教育輔助辦公室發表意見，以免由局方自行作出的審查再受質疑；

(3) 向行政長官作出建議，由其著令就現行的學歷審查工作的實際操作進行檢討，協調相關部門之間的職能配搭，尤其對高等教育輔助辦公室所擔當的角色及職責作清晰的界定。

對於廉署發出的勸喻，司長表示會要求受其監督領域的各部門在挑選紀律程序預審員時，須考慮非公務員是否具備擔任預審員的條件，此外，已責成T局就I君學歷認可的問題請求高等教育輔助辦公室協查，以及要求該辦公室對學歷審查現行制度的實際操作進行分析，研究如何協調各部門在這方面的職能、該辦公室的作用等，並會適時向行政長官報告。

二、卷宗編號：22/2006

事由：懷孕公務人員因接受產前保健/檢查而缺勤

廉署接到多個公務員反映，對於懷孕公務人員缺勤接受“產前保健/檢查”需否補時的問題，各公共部門/機構的做法不一，個別部門甚至不同附屬單位有不同的處理標準，由此衍生對懷孕公務人員有不公平對待的問題。經廉署初步調查後，發現箇中情況確實存在，且關鍵在於現行公職法律制度未有明確規定，以致不同部門採用不同的執法標準而產生不公平的現象，故立案跟進：

1. 由於《澳門公共行政工作人員通則》(下稱“《通則》”)本身並無訂定“門診治療”及“求診”的定義或界定標準，當局亦未發出相關指引，故在實務中，有部門由公務人員的直屬主管自行決定是否需補時；有部門則根據“就診證明書”或“時間證明”上是否註明“門診治療”而判斷是否需補時；又有部門以公務人員是否持有醫生發出的“預約紙”(即“門診預約便條”)來判斷是否視作“門診治療”，從而決定需否補時。此外，有負責處理

(2) a emissão de uma proposta ao Secretário da tutela, no sentido de ordenar ao Serviço T que procedesse a nova apreciação das habilitações académicas do trabalhador I, e exigir ao GAES a emissão do respectivo parecer, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º do REGA n.º 26/2003, com vista a acautelar que não sejam levantadas novas suspeitas sobre a verificação de habilitações académicas pelo Serviço T;

(3) a emissão de uma proposta ao Chefe do Executivo, no sentido de ordenar que se proceda à revisão do actual processo de verificação de habilitações académicas, no sentido que haver uma melhor coordenação das atribuições dos serviços públicos nesse âmbito, especialmente no esclarecimento do papel e das funções do GAES.

Relativamente à recomendação emitida pelo Comissariado ao Secretário da tutela, este respondeu que iria exigir aos serviços públicos da sua tutela que, no momento da escolha do instrutor, sejam ponderados se os indivíduos não vinculados à Administração Pública reúnem as condições para desempenhar funções de instrutor. No que toca ao problema do reconhecimento das habilitações académicas do trabalhador I, foi instruído o Serviço T no sentido de solicitar o apoio do GAES na verificação das respectivas habilitações académicas, e também instruído o GAES para proceder à análise sobre as operações práticas do regime de verificação de habilitações académicas vigente, designadamente proceder ao estudo sobre o problema da coordenação das funções dos diferentes serviços públicos e o papel do GAES, e informar o Chefe do Executivo, em tempo útil, sobre o respectivo resultado.

II — Processo n.º 22/2006

Assunto: Direito à submissão a exames e cuidados pré-natais das trabalhadoras da Administração Pública grávidas

Várias trabalhadoras da Administração Pública manifestaram ao Comissariado que entre os serviços/institutos públicos, bem como nas próprias subunidades de alguns destes serviços/institutos públicos, eram adoptados critérios e tratamentos diferentes sobre a questão da compensação das horas de trabalho pelas ausências dadas pelas trabalhadoras da Administração Pública grávidas para submissão a exames e cuidados pré-natais, o que constituía uma injustiça para estas trabalhadoras. Após as diligências efectuadas pelo Comissariado, ficou confirmada a existência desta situação e a sua origem advinha, no fundo, da ausência de uma regulamentação clara no actual Regime Jurídico da Função Pública, pelo que foi decidido acompanhar esta questão mediante a instrução formal de um processo.

1. O facto de o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (doravante designado por Estatuto) não estabelecer uma definição ou critérios que permitam determinar o sentido das expressões «consulta médica» e «tratamento ambulatorio», e o facto de a Administração não ter emitido qualquer orientação neste sentido, tem levado a que, na prática, a compensação de horas, em alguns serviços, dependa da própria decisão do superior hierárquico das respectivas trabalhadoras. Noutros, esta compensação depende do facto de, no «atestado médico» ou no «comprovativo de presença», constar ou não a expressão «consulta médica». E, noutros ainda, depende de o «comprovativo de requisição de próxima consulta», passado pelo médico e apresentado pela funcionária, ser considerado ou não como «consulta médica». Por outro lado, determinadas chefias

人事及行政事宜的主管向本署表示，鑑於相關法例界定不清而當局又欠缺指引，故在實務操作上對其行政管理工作帶來困擾，有時更會遭到同事不公平的指控。

2. 對於“產前保健/檢查”的屬性，負責解釋公職法律制度的A局認為“孕婦每月檢查屬求診的一種，因立法者對求診沒有作種類的區分。”。

3. 至於S局方面，則認為“產前檢查為常規定期檢查……若妊娠合併其他疾病，產前檢查及輔助檢查的次數將根據實際情況達至更多……每次進行產前檢查後，均有下一次之門診覆診便條；若需掃描、驗血等其他檢查，亦於當時發予求診者其他檢驗預約的便條。而‘求診’則視乎患者的實際情況需要，相關的醫生作出適當的診療安排。”。

4. S局公開介紹“產前保健/檢查”的服務時亦強調，婦女發現懷孕後，應盡早作第一次產前檢查，然後應按醫生囑咐定期進行一系列的產前保健。另一方面，當局從90年代開始便已逐步開展本澳的“產前保健/檢查”服務，近日更設立“澳門產前診斷中心”，以進一步加強產前診斷工作。

5. 根據本澳一名資深婦產科專科醫生的觀點，從醫學角度而言，“產前保健/檢查”與治療覆診有相同的作用，每個孕婦都有可能出現合併症，產前檢查有其必要性。至於感到不適往往取決於個人感覺而決定是否求診。

6. 多名本澳官方或非官方醫療機構的資深婦產科專科醫生均一致認為孕婦定期接受“產前保健/檢查”有其必要；孕婦接受“產前保健/檢查”既是其權利亦是其義務。

7. 無論世界衛生組織及國內政府均認為國家、政府有責任確保婦女“無障礙地”獲得“產前保健/檢查”服務。

8. 基此，按理便不應將接受“產前保健/檢查”視作一般的“求診”。

9. 有必要強調的是，現行法例亦規定，須對妊娠婦女提供特別的保障：例如妊娠、待產和產後婦女可獲免費衛生護理，且禁

da área administrativa e de gestão do pessoal manifestaram ao Comissariado a ideia de que a falta de clareza da respectiva lei e a ausência de orientações por parte da Administração sobre as disposições em causa, tem criado dificuldades na execução do respectivo trabalho de gestão administrativa, ao ponto de, às vezes, serem feitas acusações injustas contra as mesmas, por parte dos seus colegas.

2. Relativamente ao alcance da expressão «exames e cuidados pré-natais», o Serviço A, com competência para interpretar o regime jurídico de função pública, entende que «os exames mensais a que se submetem as grávidas correspondem a uma das modalidades de consulta médica, uma vez que o legislador não determinou as diferentes modalidades da consulta médica».

3. Por seu lado, o Serviço S entende que «os exames pré-natais são exames médicos regulares e periódicos (...), quando a grávida padece de outras doenças, o número de exames pré-natais e exames adicionais pode aumentar conforme a situação concreta da paciente (...), depois de cada exame pré-natal, é fornecido à grávida um comprovativo da requisição da próxima consulta; se for necessário fazer ecografia, análise ao sangue ou outros exames, também será fornecido ao paciente um comprovativo da requisição destes tipos de exames. Em contrapartida, as «consultas» são efectuadas de acordo com as necessidades concretas do próprio paciente, cabendo ao médico programar o tratamento médico adequado para o caso clínico».

4. Quando o Serviço S prestou esclarecimentos públicos sobre a prestação de exames e cuidados pré-natais, sublinhou que as mulheres uma vez que saibam que estão grávidas deverão o mais depressa possível fazer o primeiro exame pré-natal e, proceder periodicamente a uma série de cuidados pré-natais, de acordo com as indicações do médico. Por outro lado, a partir dos anos 90, o Serviço S tem investido na prestação de exames e cuidados pré-natais e, muito recentemente, inaugurou o Centro de Diagnóstico Pré-natal de Macau, o que permite reforçar os trabalhos relativos ao diagnóstico pré-natal.

5. Segundo um médico experiente da especialidade de ginecologia e obstetrícia, do ponto de vista da medicina, «os exames e cuidados pré-natais» e os «tratamentos ambulatoriais» têm idênticas utilidades, e os exames pré-natais são de carácter obrigatório porque em todas as grávidas podem aparecer complicações. Já no que toca às indisposições, é a cada utente que cabe decidir se deverá ou não ir à consulta médica.

6. Muitos médicos experientes da especialidade de ginecologia e obstetrícia, quer oficiais quer não, defendem a necessidade de as grávidas se sujeitarem a exames e cuidados pré-natais; a sujeição a estes exames e cuidados pré-natais constitui, simultaneamente, um direito e um dever das grávidas.

7. Quer a Organização Internacional de Saúde quer o Governo da China Continental entendem que o Estado e o Governo têm o dever de garantir que as grávidas possam beneficiar, «sem qualquer obstáculo», dos serviços de exames e cuidados pré-natais.

8. Pelo que ficou exposto, não se deverá aceitar a orientação que considera os exames e cuidados pré-natais como «consultas».

9. Chama-se também a atenção para o facto de a actual legislação prever a necessidade de dar às grávidas especiais garantias: por exemplo, a gratuitidade dos cuidados médicos prestados às

止在無充分理由下解僱在懷孕期內及分娩後三個月內的工作婦女。此外，本澳現行公職法律制度對女公務員自懷孕至生育、哺育嬰兒方面均定有保障。

10. 既然懷孕婦女按時遵醫囑接受“產前保健/檢查”已被世界廣泛認同為不單純是婦女本身的權益，亦是婦女的義務；不單純是關於個人或家庭的需要，而是關乎整體社會的共同利益，以致懷孕婦女不應任隨自己意願有選擇地接受“產前保健/檢查”，而是應該根據相關保健/檢查計劃按時接受診斷/檢查，這樣，便不應將接受“產前保健/檢查”視作一般“求診”。

11. 再者，目前“產前保健/檢查”服務係在一般的辦公時間內提供，如身為僱主的行政當局，既要求懷孕公務人員作出既屬其權益又屬其義務的行為——前往接受診斷/檢查，但又要求其因此而需補回不能實際工作的時間；相對而言，選擇用母乳哺嬰的母親，可獲免除上班一小時，直至嬰兒滿一周歲；基於公共利益的原因而不能實際工作的又視作合理缺勤，這兩種情況均一律無需補時。因此，將“產前保健/檢查”的情況視作一般“求診”而需補時的解釋，便更顯得不合理，且亦有違系統解釋的要求。

12. 當然，如果在公職法律條文中作出明確的規範，正如國內及葡萄牙現行公職法均有明文規定，懷孕公務人員缺勤接受“產前保健/檢查”，視作實際提供服務，是較理想的做法。

13. 然而，具有僱主身份的行政當局，絕不應在法律無明確訂明的情況下運用法律解釋而得出有違法理邏輯的方案。

14. 因此，即使在現行公職法律制度未及全面修訂的情況下，行政當局亦應主動地作出統一的解釋指引，使公務人員因接受“產前保健/檢查”所需之期間獲免除上班，以避免因各司各法而產生的不公平現象，以及維護行政當局作為澳門特別行政區的一個僱主典範，貫徹維護懷孕婦女的應有權益和履行政府在確保妊娠健康這公共利益層面的責任。

grávidas antes e depois do parto, e a proibição legal do despedimento, salvo com justa causa, da trabalhadora grávida e durante o período de três meses a contar da data do parto. Por outro lado, o actual Regime Jurídico da Função Pública também estabelece garantias para as trabalhadoras da Administração Pública durante a gravidez e até ao parto, e durante a amamentação da criança.

10. Atendendo a que faz parte do consenso comum a nível mundial que a submissão das grávidas a exames e cuidados pré-natais conforme a indicação do médico não representa apenas um direito mas também um dever destas, e nem pressupõe uma mera necessidade pessoal ou familiar mas sim interesses comuns da própria sociedade, de maneira que às grávidas não é reconhecido a autonomia na decisão de se submeter ou não aos exames e cuidados pré-natais, e sim o dever de seguir o respectivo programa de exames e cuidados médicos, o que as leva a submeter-se regular e periodicamente a exames e cuidados pré-natais. Desta feita, não deverão ser considerados incluídos no conceito geral de «consulta» os exames e cuidados pré-natais.

11. Além do mais, actualmente os exames e cuidados pré-natais só podem ser prestados dentro das horas normais de expediente, se a própria Administração Pública, na qualidade de entidade patronal, exigir que as suas trabalhadoras grávidas pratiquem actos que constituem simultaneamente o exercício de um direito e de um dever, isto é, a submeterem-se a exames e cuidados pré-natais, não é justo que depois essa Administração venha exigir a estas mesmas trabalhadoras a compensação das horas de trabalho. Esta injustiça torna-se ainda mais notória se confrontarmos com as situações em que se concede a dispensa de uma hora de trabalho diária, para amamentação da criança até esta perfazer um ano de idade, assim como, outras em que as ausências dadas por motivos de interesse público podem ser consideradas justificadas, visto que relativamente a estas duas últimas situações não é exigido a compensação de horas de trabalho. Face ao exposto, o facto de a Administração vir considerar os «exames e cuidados pré-natais» como uma das modalidades de «consulta» e, por conseguinte, ser exigida a compensação de horas de trabalho, não só constitui uma situação injusta, como também contraria o princípio da interpretação sistemática da lei.

12. Certamente que seria ideal que o Regime Jurídico da Função Pública contivesse uma norma expressa idêntica à que existe nos regimes homólogos da China Continental e de Portugal, em que considera as ausências para exames e cuidados pré-natais como exercício efectivo de funções.

13. Contudo, perante a lacuna na lei, a Administração Pública, como entidade patronal, não pode vir interpretar a lei de modo a obter um raciocínio contrário à lógica legal.

14. Por isso, mesmo antes da conclusão dos trabalhos de revisão do actual Regime Jurídico da Função Pública, a Administração deverá emitir uma circular no sentido de uniformizar o entendimento de que o tempo de ausência para realização de exames e cuidados pré-natais não carece de ser compensado a fim de evitar que, através de entendimentos diferentes, se criem situações de injustiça. Aliás, sendo a própria Administração Pública uma entidade patronal na RAEM, ela deve dar o bom exemplo na defesa dos direitos das grávidas e cumprir o dever de prosseguir o interesse público na garantia do bem-estar das mesmas.

15. 基此，廉署向A局發出勸喻，促請其向各公共部門/機構發出上述統一指引，以避免各司各法而產生的不公平現象，以及減少行政管理方面的困難；如有需要，可向S局尋求協助。

對於廉署發出的勸喻，A局表示認同法律應對懷孕公務員提供保障並會修訂現行公職法律來明確此等婦女的權益，此外，A局亦承諾待收到S局的意見書後再考慮向各部門/機構發出統一指引的可行性。

三、卷宗編號：14/2006

事由：《公共地方總規章》有關未成年人違法責任的規定

本署因發現經8月16日第28/2004號行政法規核准之《公共地方總規章》及經第106/2005號行政長官批示核准之《違法行為清單》中有關未成年人違法責任的規定，與現行的法律制度不配合而向行政法務司司長辦公室及民政總署的代表反映，但行政法務司正式回應的立場卻不足以釋除本署的疑慮，故本署主動立案跟進，並了解民政總署在實務上如何執法，作出綜合分析研究。

1. 就《公共地方總規章》及《違法行為清單》中關於未成年人違法責任的規定，與現行法律制度，尤其是《未成年人教育保護制度》、《行政違例一般制度》、《民法典》及《刑法典》不相配的問題，本署曾於2005年8月向行政法務司司長辦公室及民政總署（下稱“民署”）代表反映，及後，行政法務司司長辦公室於2006年1月透過公函正式回應該司的立場，並附同了相關的法律意見書（下稱“《意見書》”）。《意見書》認為現行的《公共地方總規章》與《未成年人教育保護制度》之間並無衝突，行政當局在執行《公共地方總規章》，以及在何種情況下應適用《未成年人教育保護制度》等方面，不會存在困難或疑問。

2. 然而，《意見書》的分析和結論，並不足以解除本署的疑慮。

3. 10月25日第65/99/M號法令針對未成年人作出犯罪、輕微違反或行政違法行為訂立了相應的教育及保護制度（即《未成年人教育保護制度》）。根據此制度，針對未成年人作出行政違例行為，會因應其所屬年齡層適用相應的教育及保護措施：12歲以下

15. Por tudo o que ficou exposto, propomos que se recomende ao Serviço A a emissão da referida circular, com o eventual apoio do Serviço S, a fim de evitar que, através de entendimentos diferentes, se criem situações injustas, e de reduzir os problemas no seio da gestão administrativa.

Relativamente à recomendação que foi formulada pelo Comissariado ao Serviço A, este manifestou a sua concordância com o facto de ficar garantido na lei este direito das trabalhadoras da Administração Pública grávidas, pelo que iria rever o actual Regime Jurídico da Função Pública e, por outro lado, comprometeu-se que iria ponderar a possibilidade de ser emitida uma circular para todos os serviços/institutos públicos, após a recepção do parecer do Serviço S.

III — Processo n.º 14/2006

Assunto: Disciplina da responsabilidade dos menores infractores prevista no Regulamento Geral dos Espaços Públicos

Na sequência das preocupações manifestadas pelo Comissariado junto do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça e do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, sobre a eventual desconformidade entre a disciplina da responsabilidade dos menores infractores prevista no Regulamento Geral dos Espaços Públicos, aprovado pelo REGA n.º 28/2004, de 16 de Agosto, no Catálogo das Infracções, aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 106/2005, e no actual ordenamento jurídico, o Gabinete da SAJ apresentou formalmente o esclarecimento desta questão que, contudo, não foi suficiente para dirimir as preocupações e dúvidas do Comissariado, pelo que foi decidido acompanhar a mesma mediante a instrução formal de um processo, que culminou com a realização de um estudo onde também foi tido em conta a prática do IACM na aplicação da legislação em questão.

1. Na sequência das preocupações manifestadas, em Agosto de 2005, pelo Comissariado sobre a eventual desconformidade entre a disciplina da responsabilidade dos menores infractores prevista no RGEF e no Catálogo das infracções e o actual ordenamento jurídico, nomeadamente o RJM, o RGIA, o Código Civil, e o Código Penal, aos representantes do Gabinete da SAJ e do IACM, o Gabinete da SAJ remeteu, em 18.01.2006, ao Comissariado, um parecer jurídico (doravante, parecer), onde apresenta os seus esclarecimentos sobre as referidas preocupações do Comissariado. No parecer é defendido que não existe nenhuma colisão entre o RGEF e o RJM e que aos serviços públicos não se levantam dificuldades nem dúvidas quer sobre a aplicação do RGEF quer sobre as situações em que se deve aplicar o RJM.

2. Não obstante os esclarecimentos feitos no referido parecer, o Comissariado entendeu que as suas preocupações continuavam a persistir.

3. Prevê expressamente o DL n.º 65/99/M, de 25.10. (RJM) que aos menores inimputáveis que pratiquem facto qualificado pela lei como crime, contravenção ou infracção administrativa são aplicáveis os regimes educativo e de protecção social. Segundo este diploma legal, também aos menores que pratiquem infracções administrativas são aplicáveis, conforme os escalões etários fixados, as medidas educativas ou de protecção social nele previstas: os menores que não tenham completado os 12

者適用保護制度；12歲至15歲者則適用教育制度。至於年滿16歲者，則適用一般制度，鑑於根據《行政違例一般制度》，《刑法典》中有關歸責年齡的規定適用於行政違例的情況，故對年滿16歲可歸責者可如同行為人為成年人般科處罰款。

4. 值得注意的是，在現行關於未成年人的法律制度框架下，未成年人的法定代理人，包括父母及監護人，並不會因對未成年人負有管束義務而被視為相關違法行為的行為人，以及因此而承擔罰款、罰金或甚至監禁的處罰。

5. 另一方面，雖然《民法典》規定，基於法律或法律行為而對未成年人負有管束義務者，須就未成年人對第三人所造成之損害負責，唯該等人士承擔責任的原因係基於其未履行管束義務，因此只要彼等能夠證明已履行管束義務，又或能證明即使已履行管束義務，損害仍會發生，便無須就未成年人對第三人所造成之損害承擔責任。換言之，造成他人損害之人，即侵權行為人仍是未成年人，而負有管束義務的人，即使須承擔損害賠償責任，亦不會被視為侵權行為人。

6. 然而，根據《公共地方總規章》的規定，對於作出違反該規章及《違法行為清單》的未成年人（以下簡稱“違規未成年人”）按四個年齡層訂定不同的法律後果：未滿8歲者，不予處罰；8歲至11歲者，本人不予處罰，但視“陪伴及管束人”為違規者施予處罰；12歲至15歲者則會受處罰，與其法定代理人共同對罰款承擔連帶責任；至於16歲至17歲者，如未解除親權且無收入來源，同樣會與其法定代理人共同對罰款承擔連帶責任；如已解除親權且有收入來源，則僅由其個人對處罰承擔責任。

7. 只要將上述《公共地方總規章》就“違規未成年人”所訂的法律後果，與以現行《未成年人教育保護制度》、《行政違例一般制度》及《刑法典》所構建的法律制度加以比較，不難看出前者與後者並不銜接。

anos são submetidos ao regime de protecção social; os menores que tenham idade compreendida entre os 12 e os 15 anos são submetidos ao regime educativo. Já relativamente aos menores que tenham completado 16 anos de idade, e tendo em conta que o RGIA prevê a aplicação subsidiária da «regra da idade da imputabilidade dos menores de 16 anos» prevista no Código Penal na matéria das infracções administrativas, a estes jovens é aplicável o regime geral, pelo que são considerados como imputáveis e passíveis de serem sancionados (com multa), como se de infractores maiores se tratassem.

4. Importa chamar a atenção para que no actual quadro normativo sobre a jurisdição dos menores, nunca os representantes legais (incluindo os pais e os tutores) pelo facto de não cumprirem adequadamente o dever de vigilância, passam a ser considerados como autores da conduta ilícita praticada pelo menor e, nesta qualidade, sobre eles recai a responsabilidade pelo pagamento da multa (administrativa ou penal) ou, até mesmo, pelo cumprimento de outra espécie de sanção (nomeadamente, a pena de prisão).

5. Por outro lado, embora o Código Civil estabeleça que as pessoas obrigadas, por lei ou por negócio jurídico, ao dever de vigilância são responsáveis pelos danos causados pelo menor a terceiros, esta responsabilidade advém do facto destas pessoas não terem cumprido adequadamente este dever, porquanto, se estas pessoas comprovarem que cumpriram o seu dever de vigilância ou que os danos teriam produzido ainda que o tivessem cumprido, a presunção legal de culpa é ilidida ficando assim isentos da responsabilidade pelos danos causados pelo menor a terceiros. Por outras palavras, mesmo que o menor seja o causador da lesão em terceiros, i.e., aquele que provoca danos a terceiros, nem por isso a pessoa obrigada ao dever de vigilância passa a ser considerada como o autor do dano causado pelo menor, ainda que seja ela a pessoa sobre quem recairá a responsabilidade pela indemnização dos danos causados pelo menor.

6. Todavia, segundo o previsto no RGEP, são fixados quatro escalões etários com consequências legais diferentes para os menores que tenham praticado conduta prevista neste regulamento administrativo e no catálogo (doravante menores infractores), a ver: para os menores infractores que não tenham completado 8 anos não é prevista nenhuma sanção; os menores infractores que tenham idade compreendida entre os 8 e os 11 anos de idade, não são sancionados mas a pessoa que o acompanha e vigia é considerada como autora da conduta e, por conseguinte, é sancionada; os menores infractores que tenham idade compreendida entre os 12 e os 15 anos são sancionados e os seus representantes legais são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa; menores infractores que tenham idade compreendida entre os 16 e os 17 anos, se ainda não forem emancipados e não tiverem fontes de rendimento, também são sancionados e os seus representantes legais são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa. Se os menores já forem emancipados e tiverem fontes de rendimento passam a ser eles os únicos responsáveis pela sanção.

7. Da simples confrontação dessas consequências legais previstas no RGEP em relação às condutas violadoras cometidas por menores infractores com o regime legal constituído pelos RJM, RGIA e Código Penal, fácil é de perceber que o previsto no primeiro diploma não é conciliável com o que vem previsto na restante legislação.

8. 最為明顯的，莫過於《公共地方總規章》針對年滿12歲的“違規未成年人”，要求彼等承擔罰款責任，雖然對親權未解除且無收入者增設了由法定代理人承擔連帶責任的機制，但年齡介乎12歲至15歲的“違規未成年人”仍是有關行政罰款的義務人卻是不爭的事實，而此種做法實在未為上述由現行法律構建的制度所容許。

9. 必須注意的是，按照《未成年人教育保護制度》的規定，年滿12歲的未成年人，尤其是12歲至15歲的未成年人，如因為觸犯行政違例、輕微違反，甚至犯罪而須接受法官所定的教育措施，當中雖有可能導致未成年人在經濟上有所損失，但這種損失亦僅係“按未成年人的經濟能力而彌補其所導致的損害”，即屬於對其所造成損害的一項彌補，但絕不是指承擔行政罰款或罰金的責任。

10. 此外，《公共地方總規章》將8歲至11歲的“違規未成年人”所作的行為，視為由其“陪伴及管束人”作出，即將這些“陪伴及管束人”視為違規者處罰，另又將由年滿12歲且未解除親權及無收入的“違規未成年人”因作出違規行為而須承擔罰款的責任，以連帶責任的方式加諸其法定代理人身上，這些關於行政罰款的責任分配規定，亦係未為以《未成年人教育保護制度》、《行政違例一般制度》及《刑法典》所構建的法律制度所容許的。

11. 因此，《公共地方總規章》所訂立的處罰規定便有其“開創性”。

12. 根據《基本法》第40條的規定，針對澳門居民享有的權利和自由，除依法規定外不得限制，而《公共地方總規章》在“行政法規”屬性的前提下，作出了超越現有法律所定的限制居民權利和自由的規定，其合法性便受質疑。

13. 誠然，《意見書》提及《公共地方總規章》之所以要將“陪伴及管束人”視作違規者來處罰係建基於彼等未盡管束責任，又稱有關管束責任的內涵已經在《民法典》內訂明，所以規章的訂罰有其合法基礎。

14. 然而，這立論是無稽的。首先，如果對於12歲以下的未成年人，負有“管束義務”之人，有責任確保未成年人不會違反《公共地方總規章》，特別是當負有管束義務者親自陪同未成年人

8. Mais flagrante é a previsão legal constante no RGEP que estabelece que aos menores infractores que já tenham completado 12 anos e que não sejam emancipados e não tenham fontes de rendimentos, a responsabilidade pelo pagamento da multa recai, solidariamente, nos seus representantes legais, na medida que deste preceito se retira, sem sombra para dúvidas, a ideia de que esta responsabilidade pelo pagamento da multa administrativa também recairá sobre os menores infractores que tenham idade compreendida entre os 12 e os 15 anos, e com a agravante de que esta previsão não encontra nenhuma cobertura no regime legal constituído pelos citados diplomas legais.

9. Repare-se que, no âmbito do RJM, os menores que já tenham completado 12 anos de idade, especialmente, os menores entre os 12 e os 15 anos de idade, que tenham cometido uma infracção administrativa, contração ou, até mesmo, crime, são obrigatoriamente sujeitos ao regime educativo onde o juiz decretará a aplicação de determinadas medidas educativas, sendo certo que estas podem implicar prejuízos económicos ao próprio menor, mas apenas a título de «reparação dos prejuízos causados, na medida das possibilidades do menor», e nunca a título de responsabilidade pelo pagamento da multa (administrativa ou penal).

10. Por outro lado, também a disciplina preconizada no RGEP de que a conduta cometida pelo menor infractor que tenha idade compreendida entre os 8 e os 11 anos se considera praticada pela pessoa que o acompanha e vigia, ou seja, o acompanhante e vigilante é encarado como o próprio infractor e, por conseguinte, sujeitando-se às respectivas sanções, enquanto que, relativamente à infracção cometida por menor que já tenha completado 12 anos, e que não seja emancipado e não tenha fontes de rendimento, já estabelece que a responsabilidade pelo pagamento da multa recai, solidariamente nos seus representantes legais, não tem cobertura no RJM, no RGIA e no Código Penal.

11. Daqui podemos constatar que o RGEP veio introduzir uma «inovação» no seu regime sancionatório.

12. De acordo com o artigo 40.º da Lei Básica, os direitos e as liberdades de que gozam os residentes de Macau não podem ser restringidos excepto nos casos previstos na lei. Ora, sendo o RGEP um regulamento administrativo, enquanto regulamentando para além do que está fixado na lei ordinária vigente sobre as restrições dos direitos e liberdades dos residentes, levantam-se sérias dúvidas sobre a sua legalidade.

13. De facto, o parecer vem defender que a previsão do RGEP de considerar o acompanhante e vigilante como autor da infracção praticada pelo menor advém do facto de este não ter exercido adequadamente o dever de vigilância e como este dever vem previsto no Código Civil, a disciplina prevista no RGEP tem fundamento legal.

14. No entanto, as razões expostas no parecer são incoerentes. Em primeiro lugar, se em relação aos menores com idade inferior aos 12 anos, onde o dever de vigilância é mais evidente, as pessoas sujeitas a este dever de vigilância são obrigadas a assegurar que o menor não viole o RGEP, especialmente quando acompanham e vigiam pessoalmente o menor, por que razão é que o RGEP vem considerar que as condutas cometidas pelos menores com idade compreendida entre os 8 e os 11 anos são praticadas pelos acompanhantes e vigilantes, e em relação às infracções cometidas pelos menores com idade inferior a 8 anos,

時，其“管束義務”更為明顯，這樣，《公共地方總規章》便不應一方面將8歲至11歲“違規未成年人”所作出的違規行為，視為由“陪伴及管束人”作出，另一方面，對於8歲以下的“違規未成年人”，又不將其“陪伴及管束人”視為違規行為的作出者。因為對比8歲至11歲的年齡層，8歲以下的未成年人，其“陪伴及管束人”的義務應更大，但根據《公共地方總規章》的規定，8歲以下的未成年人即使在父母親陪同下作出了違反《公共地方總規章》的行為，身為父母者無須受罰，但如未成年人介乎8歲至11歲，則其“陪伴及管束人”須受罰，試問從未盡“管束義務”的角度來看，哪種情況下父母更應承擔責任呢？是在身心發育均較未成熟以致行動較易受管制的未滿8歲未成年人作出違法行為的情況，抑或是已相對不易受管制的8歲至11歲未成年人作出違法行為的情況？不言而喻，前者的“陪伴及管束人”，責任應更大。

15. 進一步來說，由於《公共地方總規章》單純規定“如違法行為由未滿12歲的未成年人實施，則視該違法行為由陪伴及管束該未成年人的人作出”，這樣在實務上，如何從過錯、前科及不法行為所造成或加重的損害、危險及風險，來作出具體處罰決定，便會產生不少疑問。例如在考慮“過錯”時，究竟係以事實上作出違反《公共地方總規章》行為的情節作為依據，還是以未盡“管束義務”的情節作為依據？恐怕執行處罰的行政當局亦難以弄清；又如當局須考慮行為人的“前科”時，究竟是考慮“陪伴及管束人”過去曾作出的違反《公共地方總規章》行為，還是“陪伴及管束人”過去曾有的違反管束義務？另行政當局亦須考慮“不法行為所造成加重的損害、危險及風險”時，究竟係以該未成年人違反《公共地方總規章》的行為本身所造成的加重損害、危險及風險為準，抑或以“陪伴及管束人”未盡管束義務所造成的加重損害、危險及風險為準？連《意見書》的作者亦有所混淆！

16. 顯然，當《公共地方總規章》簡單地將“陪伴及管束人”視為違法行為者來定出罰款責任，便會將違反管束義務的不法事實，與違反《公共地方總規章》的不法事實相混淆。

17. 另一方面，根據《民法典》對父母或行使親權者所定的管束義務，父母的管束責任非純粹反映在能否陪伴子女。如父母不親自陪同管束，也不委託他人陪同管束，而放任未滿12歲的年幼子女在公共地方作出了違法行為，其違反管束義務仍是明顯的，

não previu semelhante regra? Ora, confrontando com a situação dos menores com idade compreendida entre os 8 e os 11 anos, a responsabilidade assumida pelo acompanhante e vigilante do menor com idade inferior a 8 anos é nitidamente maior. Contudo, ao abrigo do RGEP, enquanto que em relação às infracções praticadas por menores com idade inferior a 8 anos, os respectivos pais não ficam sujeitos a qualquer responsabilidade jurídica, nem mesmo quando acompanham e vigiam o menor no momento que este pratica uma infracção ao RGEP, já relativamente às infracções cometidas pelos menores com idade compreendida entre os 8 e os 11 anos, os respectivos acompanhantes e vigilantes são sancionados. Levanta-se a questão de saber, sob o ponto de vista do dever de vigilância, em que casos deverão os pais assumir maiores responsabilidades: será quando esteja em causa infracção praticada por menor que ainda não tenha completado 8 anos e onde o controlo é mais fácil de fazer por este ser física e psicologicamente menos desenvolvido, ou quando esteja em causa um menor com idade compreendida entre os 8 e os 11 anos, onde a vigilância já é mais difícil, comparativamente com o primeiro? É evidente que será a primeira situação.

15. Ainda é de sublinhar que o RGEP apenas prevê que «(...) se a conduta ilícita tiver sido praticada por menor que não tenha completado 12 anos, a infracção considera-se cometida por quem acompanhava e vigiava o menor.», e nesta medida poderão suscitar-se dúvidas quanto à determinação da respectiva sanção, uma vez que esta é graduada através da ponderação da culpa, dos antecedentes e do dano, perigo ou risco causados ou agravados com a conduta ilícita. Como, por exemplo, ao ponderar a culpa, coloca-se a questão de saber que circunstâncias devem ser levadas em consideração, serão as circunstâncias em que ocorre a própria conduta violadora das regras previstas no RGEP, ou as circunstâncias em que ocorre o não cumprimento adequado do dever de vigilância? Cremos que nem a própria entidade fiscalizadora está elucidada sobre esta questão. Mais, coloca-se também a questão de saber quais os antecedentes que deverão ser considerados no momento da graduação da sanção do acompanhante e vigilante do menor. Irão ser consideradas as infracções ao RGEP anteriormente praticadas pelo acompanhante e vigilante, ou as condutas violadoras do dever de vigilância que lhe foram imputadas no passado? Quanto ao factor «dano, perigo ou risco causados ou agravados com a conduta ilícita», também se coloca a questão de saber qual é a conduta ilícita que deve ser levada em conta, será a infracção ao RGEP praticada pelo menor, ou o não cumprimento adequado do dever de vigilância por parte do acompanhante e vigilante? Até o próprio autor do parecer está confuso nesta questão!

16. Daqui podemos concluir com clareza que, o facto de o RGEP vir considerar o acompanhante e vigilante como autor da infracção, para efeitos da determinação da responsabilidade jurídica, este diploma está a confundir entre o facto ilícito constituído pela violação do dever de vigilância com o que substancia na infracção às regras do RGEP.

17. Por outro lado, se confrontarmos o dever de vigilância imposto pelo Código Civil aos pais do menor ou à pessoa incumbida de exercer o poder paternal, o que dele se retira é que o dever de vigilância dos pais não se limita ao facto de estes poderem ou não acompanhar os seus filhos. Ora, se os pais não acompanharem e vigiarem o seu filho menor com idade inferior a 12 anos, e nem o colocarem à guarda de outrém, deixando-o

但《公共地方總規章》卻沒有因此而以其違反管束義務的名義令其受罰。

18. 再者，如果將放任8歲以下的未成年人與放任年滿12歲至15歲未成年子女作出相同違法行為的父母比較，前者的管束責任顯然比後者更大更重，但《公共地方總規章》卻規定前者無須受罰，而後者則須就罰款承擔連帶責任。

19. 此外，雖然《意見書》認為《公共地方總規章》內的“陪伴及管束人”係指父母或法定代理人等法律上有義務管束未成年人的人，但從《公共地方總規章》的條文卻未能明確得出這樣的結論，因為在同一規章內，針對處於8歲至11歲年齡層的未成年人作出違反規章的行為，《公共地方總規章》規定須由“陪伴及管束人”承擔責任，視“陪伴及管束人”為違法者，但針對由年滿12歲、但未解除親權且無收入來源的未成年人所作出的違法行為，則要求有關未成年人的法定代理人對罰款承擔連帶責任。如果“陪伴及管束人”係指在未成年人作出違法行為當時陪同未成年人的法定代理人而不是單純指事實上的“陪伴及管束人”，根據立法者“應懂得運用適當詞彙表述其意思”的原則，《公共地方總規章》的相應規定便應寫成“在場陪伴的法定代理人”。因此，規章所指的“陪伴及管束人”，自然會令人理解為未成年人作出違法行為時“實際上陪伴及管束”未成年人的人。

20. 如這一說法成立，“陪伴及管束人”便不一定是在法律上負有管束未成年人義務的人，一些出於睦鄰或友善原因而短暫時間陪伴未成年人的人，也會成為“陪伴及管束人”。誠然，這些人在短暫的“陪同及管束”未成年人過程中，在照顧未成年人的人身安全方面亦負有為其“驅離危險”的一般義務，故有義務在未成年人的人身安全受威脅時對其實施一些管束行為，但有關管束行為亦僅屬於為未成年人“驅離危險”的層次，如會導致彼等成為《公共地方總規章》中所指的“陪伴及管束人”，並因此而須承擔未成年人違反《公共地方總規章》規定所引致的受罰責任，但真正對未成年人負有管束義務的父母或監護人卻無須就未盡管束義務而負責，便不公平。

21. 另一方面，根據《未成年人教育保護制度》的規定，行政當局有義務將未成年人的行政違法行為告知司法當局以起動相關

praticar infracções no espaço público, é evidente que estão a violar o dever de vigilância. No entanto, à luz do RGEP, estes pais não são sancionados pela omissão do dever de vigilância.

18. Acresce que, se compararmos a responsabilidade dos pais que deixam o seu filho menor com idade inferior a 8 anos com a dos que deixam o seu filho menor com idade compreendida entre os 12 e os 15 anos praticar o mesmo tipo de infracção, é óbvio que a responsabilidade dos pais do primeiro é maior do que a dos pais do segundo. Entretanto, no RGEP não está prevista nenhuma sanção para o primeiro caso, enquanto que para o segundo caso já estabelece que os pais são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa.

19. Por outro lado, não obstante o parecer entender que a expressão «por quem acompanhava e vigiava o menor» referida no RGEP diz respeito às pessoas que legalmente têm o dever de vigilância sobre o menor, como os pais ou os representantes legais, a verdade é que da leitura dos articulados do RGEP é impossível extrair com firmeza esta conclusão, isto porque é o próprio regulamento que vem estipular que à infracção praticada por menor com idade entre os 8 e os 11 anos, é responsável o respectivo «acompanhante e vigilante», sendo este considerado como autor da infracção, enquanto que no caso da infracção ser cometida por menor que já tenha completado 12 anos, mas que não seja emancipado e não tenha fontes de rendimento, já vem prever que os seus «representantes legais» são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa. Ora, se o verdadeiro alcance da expressão «por quem acompanhava e vigiava o menor» será o de representante legal que acompanhava e vigiava o menor no momento da prática da conduta ilícita, segundo o princípio de que «o legislador soube exprimir o seu pensamento em termos adequados», a expressão em causa devia então estar redigida da seguinte forma: «pelo representante legal que acompanhava o menor». Nesta ordem de ideias, o que se retira da letra da lei é que o tal «acompanhante e vigilante» refere-se à pessoa que efectivamente acompanha e vigia o menor no momento da prática da conduta ilícita.

20. Se este é o entendimento acolhido, podendo o acompanhante e vigilante não ser a pessoa que legalmente tem o dever de vigilância sobre o menor, como sucede com aqueles que, por razões de boa vizinhança ou de simpatia, acompanham temporariamente o menor, em determinado percurso, é verdade que, ao longo do curto espaço de tempo de acompanhamento e vigilância, estas pessoas têm o dever geral de assegurar a segurança pessoal do menor, afastando-o do perigo, e por esta razão, caso verifiquem que a segurança pessoal do menor se encontra ameaçada, estas pessoas têm a obrigação de exercer certo controlo sobre o menor. No entanto, este controlo apenas é exercido no âmbito do cumprimento do dever de afastar o menor do perigo. Ora, caso estas pessoas sejam consideradas como acompanhante e vigilante e, nesta medida, fiquem obrigadas a assumir, à luz do RGEP, a responsabilidade jurídica pela infracção eventualmente praticada pelo menor, e isentando de qualquer responsabilidade os pais ou tutores do menor, que são aqueles que verdadeiramente estão incumbidos do dever de vigilância, mas que o não cumpriram como lhes é legalmente devido, obviamente que esta situação é bastante injusta para aquelas pessoas!

21. Por outro lado, de acordo com o RJM, a Administração tem o dever de comunicar à autoridade judiciária as infracções administrativas praticadas por menor, por forma a dar início ao processo de menores, cabendo depois ao juiz determinar quais

程序，由法官決定採取哪些具體的教育或保護措施，但《公共地方總規章》則只規定由民署負責監察及處罰。

22. 雖然《公共地方總規章》亦定出須遵守有關其他公共部門職權的規定，但卻無提及民署有通報司法當局的義務。《意見書》中認為對於12歲至15歲的“違規未成年人”，行政當局會依《未成年人教育保護制度》行事，但實際上根據本署從民署取得的資料，該署從未按《未成年人教育保護制度》向檢察院作出通報。

23. 因此，《公共地方總規章》的規定與《未成年人教育保護制度》、《行政違例一般制度》、《民法典》及《刑法典》有相衝突之處，而在實際操作上亦體現了行政當局未能如《意見書》所言會按《未成年人教育保護制度》行事。

24. 最後，由於根據《基本法》的規定，非本地居民仍須遵守本澳的法律規定，因此，當《公共地方總規章》就違規未成年人訂定了“開創性”的處罰制度，此制度按理亦應適用於非本地居民，然而，根據《行政違例一般制度》，當非本地居民違例者在被確認身份後，如不繳付罰款，則須提供擔保，如拒絕提供擔保，又不繳付罰款或就處罰決定提出上訴，又或在上訴理由不成立後仍不繳付罰款，一旦離境，在其清繳罰款前便不得再次入境。因此，當有必要將上述適用於非本地居民違例者的規定，結合《公共地方總規章》所引入的、針對“違規未成年人”按四個年齡層而有不同處理的規定而適用於實際情況時，在執行上便會出現不少問題，例如，對於12歲至15歲的非本地居民“違規未成年人”，由於彼等法定代理人須就違例罰款承擔連帶責任，如“違規未成年人”無能力或拒絕繳交罰款及擔保金，如何要求其法定代理人承擔連帶責任？如違規未成年人最終在無繳交罰款或擔保金下離境，又不能夠找出其法定代理人，又或其法定代理人亦在無繳交罰款或擔保金下離境，究竟要禁止違規未成年人還是其法定代理人再入境？抑或兩者皆禁止再入境？《公共地方總規章》的立規者是否預見對非本地居民適用有關制度的後果，亦成疑問。

25. 綜上所述，宜建議當局對《公共地方總規章》，特別就未成年人所應承擔的罰款責任及負有管束違例未成年人義務者所應

as providências educativas ou de protecção social necessárias que deverão ser aplicáveis ao caso concreto. Já no âmbito do RGEF, este diploma apenas prevê que as competências para fiscalizar a observância deste diploma e aplicar as respectivas sanções cabem ao IACM.

22. Apesar de o RGEF fazer a ressalva da competência de outros serviços públicos, esta ressalva não faz referência à obrigação do IACM de comunicar à autoridade judiciária. Desta feita, muito embora o parecer entender que a Administração, perante as infracções praticadas pelo menor com idade compreendida entre os 12 e os 15 anos, irá actuar em conformidade com o RJM a verdade é que, as informações recolhidas junto do IACM, demonstram que este Instituto nunca procedeu à comunicação ao Ministério Público, conforme o previsto no RJM.

23. Daí que possamos afirmar que as normas do RGEF são incompatíveis com as do RJM, do RGIA, do Código Civil e do Código Penal, e que existe uma desconformidade entre a prática da Administração e o que foi defendido pelo autor do parecer, ao afirmar que aquela actuará sempre de acordo com o RJM.

24. Por último, ao abrigo da Lei Básica, os não residentes são também obrigados à observância das normas jurídicas vigentes na RAEM. Deste modo, é lógico que o «regime sancionatório inovador» que o RGEF veio criar para os menores infractores também se aplica aos não residentes; no entanto, há que referir que, ao abrigo do RGIA, logo que o infractor não residente seja identificado e, se não proceder ao pagamento imediato da multa, é obrigado a prestar uma caução. Ora, se o infractor que se recusar a prestar a caução, ou não pagar a multa e nem recorrer da respectiva decisão sancionatória, ou tendo interposto recurso não tenha obtido provimento e não pagar a multa, abandonar a RAEM, não poderá voltar a entrar antes de a multa se mostrar paga. Nesta medida, quando na prática haja necessidade de aplicar as referidas normas previstas para os infractores não residentes, em conjugação com a disciplina dos menores infractores, introduzida pelo RGEF, que vem instituir 4 escalões etários com consequências legais diferentes para os mesmos, poderão ser levantados problemas na aplicação destas normas, como podemos verificar no caso de menor infractor não residente com idade compreendida entre os 12 e os 15 anos que não tenham capacidade económica para pagar a multa ou para prestar a caução, ou que recuse fazê-lo, pois aqui coloca-se a questão de saber em que medida poderá a Administração obrigar o seu representante legal, pessoa que responde solidariamente com o menor? Mais, se o menor infractor abandonar a RAEM sem pagar a multa ou prestar a caução, e não sendo possível neste caso encontrar o seu representante legal, ou se este também abandonar a RAEM sem pagar a multa ou prestar a caução, a quem é que se deve aplicar a medida proibitiva de entrada na RAEM? Será ao menor infractor ou ao seu representante legal? Ou será aplicada a ambos? Face a estas dúvidas, interrogamos se o autor do RGEF terá ou não acautelado as consequências que poderão advir da aplicação do RGIA aos não residentes.

25. Face ao exposto, propomos o seguinte:

Que se proceda à revisão do RGEF, especialmente no referente à legalidade e proporcionalidade da matéria sobre a responsabilidade pelo pagamento das multas do menor, bem como da responsabilidade das pessoas que estejam incumbidas do dever de vigilância do menor infractor, assim como, ao aperfeiçoamento do RGIA, com a maior brevidade possível, por forma

承擔的責任的合法性和合理性，重新審視，並盡快完善《行政違例一般制度》，以使本澳的法律秩序在針對未成年人作出違法行為方面所定出的規範，能與違法行為的民事、行政或刑事屬性相適應，以及確保行政違例行為的檢控和處罰免受違法質疑。

(是項刊登費用為 \$194,740.00)

a permitir a adequação das consequências legais das condutas ilícitas praticadas por menores previstas no sistema jurídico de Macau atendendo à natureza civil, administrativa ou penal das mesmas, a fim de assegurar, desta forma, que não suscitem suspeitas de ilegalidade nas decisões acusatórias e sancionatórias que venham a ser proferidas no âmbito do processo por infração administrativa.

(Custo desta publicação \$ 194 740,00)

印務局 IMPRENSA OFICIAL

公開發售 *Publicações à venda*

澳門年鑑 2004 及 2005 (中、葡、英文版)	按每期訂價	LIVRO DO ANO – anos de 2004 e 2005 (ed. em chinês , português e inglês)	Preço variável
澳門現行勞動法例彙編 2005 (中文版)	\$ 52.00	Compilação da Legislação Laboral Vigente em Macau 2005 (ed. em chinês)	\$ 52,00
澳門現行勞動法例彙編 2005 (葡文版)	\$ 65.00	Compilação da Legislação Laboral Vigente em Macau 2005 (ed. em português)	\$ 65,00
澳門行政雜誌 45 至 68 期 (雙語版)	按每期訂價	Revista de Administração Pública de Macau n.ºs 45 a 68 (ed. bilíngue)	Preço variável
過度期之澳門行政當局和官方語言 (雙語版)	\$ 60.00	A Administração de Macau e as Línguas Oficiais no Período de Transição (ed. bilíngue)	\$ 60,00
澳門公共行政之人力資源一九九九至二〇〇四年(雙語版)	按每期訂價	Recursos Humanos da Administração Pública de Macau – anos de 1999 a 2004 (ed. bilíngue)	Preço variável
澳門特別行政區公共行政 2000 至 2005(雙語版)	按每期訂價	Administração Pública da RAEM – anos de 2000 a 2005 (ed. bilíngue)	Preço variável
澳門公共行政在職人員之本地化狀況 (雙語版)	\$ 40.00	Localização dos Efectivos da Administração Pública de Macau (ed. bilíngue)	\$ 40,00
公務員培訓報告 (1986-1999) (雙語版)	\$ 55.00	Formação na Administração Pública de Macau Desenvolvida pelo SAFF entre 1986 a 1999 (ed. bilíngue)	\$ 55,00
選舉活動綜合報告 (雙語版)	\$ 80.00	Actividades Eleitorais - Relatório Geral (ed. bilíngue)	\$ 80,00
澳門稅制 (中文版)	\$ 60.00	Manual de Chinês Administrativo (ed. em chinês)	\$ 80,00
中文公文寫作教程 (中文版)	\$ 80.00	Guia Prático dos Serviços Públicos aos Cidadãos de Macau 2001 (ed. bilíngue)	\$ 45,00
2001 澳門公共服務手冊 (雙語版)	\$ 45.00	Guia de Formalidades da Eleição para a Assembleia Legislativa (ed. bilíngue)	\$ 30,00
立法會選舉實用手冊 (雙語版)	\$ 30.00	Legislação Eleitoral (ed. bilíngue)	\$ 50,00
選舉法例 (雙語版)	\$ 50.00	CD-ROM : Mandarin Interactivo IV	\$ 70,00
CD-ROM: 互動普通話 IV	\$ 70.00	CD-ROM : Eleições para a Assembleia Legislativa — Legislação Eleitoral — Guia de Formalidades (ed. bilíngue)	\$ 35,00
CD-ROM: 選舉法例實用手冊 (雙語版)	\$ 35.00	A Relação Jurídica de Emprego Público em Macau (ed. em português)	\$ 60,00
澳門公職法律關係 (中文版)	\$ 50.00	Curso de Procedimento Administrativo (ed. em português)	\$ 70,00
規範基本權利的法律彙編 1 至 8 冊 (雙語版)	按每期訂價	Noções Gerais de Direito da Família (ed. em português)	\$ 60,00
澳門特別行政區成立必備法例彙編 1 至 9 冊 (雙語版)	按每期訂價	Colectânea de Leis Regulamentadoras de Direitos Fundamentais — volumes 1 a 8 (ed. bilíngue)	Preço variável
規範立法會的法例彙編 1 至 6 冊 (雙語版)	按每期訂價	Leis Fundamentais para o Estabelecimento da RAEM – volumes 1 a 9 (ed. bilíngue)	Preço variável
單行刑事法律彙編 1 至 10 冊 (雙語版)	按每期訂價	Colectânea de Legislação Regulamentadora da Assembleia Legislativa – volumes 1 a 6 (ed. bilíngue)	Preço variável
選民登記法 (雙語版)	\$ 23.00	Colectânea de Leis Penais Avulsas – volumes 1 a 10 (ed. bilíngue)	Preço variável
澳門特別行政區立法會選舉制度 (雙語版)	\$ 53.00	Lei do Recenseamento Eleitoral (ed. bilíngue)	\$ 23,00
大法典彙編 1 至 10 冊 (雙語版)	按每期訂價	Regime Eleitoral da Assembleia Legislativa da RAEM (ed. bilíngue)	\$ 53,00
立法會委員會工作文件彙編 第一屆立法會第一會期 (中文版)	\$ 43.00	Colectânea sobre os Grandes Códigos – volumes 1 a 10 (ed. bilíngue)	Preço variável
立法會委員會工作文件彙編 第一屆立法會第一會期 (葡文版)	\$ 43.00	Comissões da Assembleia Legislativa – Colectânea de Trabalhos – 1ª. Sessão Legislativa da I Legislatura (1999-2000) (ed. em chinês)	\$ 43,00
立法會委員會工作文件彙編 第一屆立法會第二會期 (中文版)	\$ 80.00	Comissões da Assembleia Legislativa – Colectânea de Trabalhos – 1ª. Sessão Legislativa da I Legislatura (1999-2000) (ed. em português)	\$ 43,00
立法會委員會工作文件彙編 第一屆立法會第二會期 (葡文版)	\$ 80.00	Comissões da Assembleia Legislativa – Colectânea de Trabalhos – 2ª. Sessão Legislativa da I Legislatura (2000-2001) (ed. em chinês)	\$ 80,00
		Comissões da Assembleia Legislativa – Colectânea de Trabalhos – 2ª. Sessão Legislativa da I Legislatura (2000-2001) (ed. em português)	\$ 80,00



印務局
Imprensa Oficial

每份價銀 \$103.00

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 103,00